

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ – UNIVAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**

ACÁCIO PONCIANO RODRIGUES

**A AGENDA 2030: TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE DOS/NOS DISCURSOS
PARA A GLOBALIZAÇÃO**

POUSO ALEGRE – MG

2019

ACÁCIO PONCIANO RODRIGUES

**A AGENDA 2030: TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE DOS/NOS DISCURSOS
PARA A GLOBALIZAÇÃO**

Tese de Qualificação de Tese apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS) como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Linguagem.

Linha de Pesquisa: Análise de Discurso.

Área de concentração: Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Telma Domingues da Silva.

POUSO ALEGRE – MG

2019

Rodrigues, Acácio Ponciano.

A Agenda 2030: transparência e opacidade dos/nos discursos para a globalização / Acácio Ponciano Rodrigues. 2019.

156f.

Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre/MG, 2018.

Orientadora: Dra. Telma Domingues da Silva.

Plataforma Agenda 2030. Cartilha. Educação Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Consumo.

CDD 410.1

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a tese intitulada "A AGENDA 2030: TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE DOS/NOS DISCURSOS PARA A GLOBALIZAÇÃO" foi defendida, em 7 de agosto de 2019, por ACÁCIO PONCIANO RODRIGUES, aluno regularmente matriculado no Doutorado em Ciências da Linguagem, sob o Registro Acadêmico nº 98008712, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



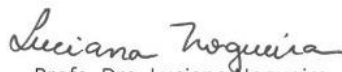
Profa. Dra. Telma Domingues da Silva
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora



Profa. Dra. Fabiane Teixeira de Jesus
Doutora pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Examinadora



Profa. Dra. Lidia Noronha Pereira
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
Examinadora



Profa. Dra. Luciana Nogueira
Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS
Examinadora



Profa. Dra. Paula Chiaretti
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora

DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE SE NO ORIGINAL

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROPPES

Av. Prof. Tuany Toledo, 470 – Fátima I – Pouso Alegre/MG – CEP: 37554-210– Fones: (35) 3449-9231 e 3449-9248

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, pela graça de me conceder a vida e saúde.

À minha família, especialmente, às 'minhas mulheres': Joaquina Ponciano Rodrigues (minha querida mãe); Érika Miranda Silva Rodrigues (minha honrada esposa) e; Laís Miranda Rodrigues (minha amada filha).

Ao competente corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí, pela oportunidade de vislumbrar e participar da produção de conhecimentos relacionados às Ciências da Linguagem. Pela oportunidade em frequentar aulas com Eni Orlandi, uma referência nacional e internacional Ciências da Linguagem.

E, em especial, à gentilíssima Professora Telma Domingues da Silva, pela acolhida, pela nobreza em me atender, pela compreensão das minhas limitações, pela confiança em minha capacidade e pela motivação das minhas potencialidades. Pelas leituras indicadas e pela rica bibliografia que possui como autoria, que muito serviu como embasamento e referência para o processo de escrita dessa tese.

Às Professoras Paula Chiaretti e Luciana Nogueira, por se prontificarem e não medirem esforços para contribuição de minha tese durante o processo de qualificação, e que corroboraram para essa versão final. Em tempo, às Professoras Lídia Noronha Pereira e Fabiane de Jesus pelo aceite em compor e participar da minha banca de defesa.

À instituição em que trabalho (FACECA), pelo apoio, pela motivação e confiança para com os investimentos em minha formação. Especialmente, ao Professor (e ex-diretor) Antônio Carlos Luninatto, pessoa que me abriu as portas para a entrada na Universidade do Vale do Sapucaí.

Aos colegas de curso, em especial os da FACECA, principalmente aqueles que tornaram as tarefas, as angústias e os desafios mais leves, as estradas curtas e os dias mais proveitosos. Com um carinho diferenciado, à Valéria Sarto Silva Lacerda, que me ensinou o verdadeiro sentido e significado de amizade. E, por fim, à querida Keila Regina Médis pela inspiração nos caminhos de condução dessa tese.

Finalizo esse caminho percorrido, até aqui, grato por todo o conhecimento adquirido, não só em relação à Agenda 2030 (por meio do estudo e exploração de sua historicidade e plataforma digital), mas em relação à Análise de Discurso, que ao longo

do curso de Ciências da Linguagem veio transformando meu modo de enxergar o mundo, o meio ambiente, os indivíduos que nele vivem e, acima de tudo, os discursos que nele circulam.

Acredito que esse não seja o final do caminho escolhido a ser percorrido, mas sim, o início de uma nova forma de observar e analisar, especialmente a Agenda 2030, considerando minha posição sujeito ocupada – forma esta que vem passando a acontecer naturalmente, e em mais vezes, já imperceptível, comprovando a assertiva de que o homem, mesmo sem querer, estão interpretando (e o tempo todo).

A todos que lutam pela preservação do meio ambiente (e da vida terrestre), como interesse da coletividade em detrimento aos interesses particulares, dedico!

Anda, quero te dizer nenhum segredo
Falo desse chão, da nossa casa
Vem que tá na hora de arrumar
Tempo, quero viver mais duzentos anos
Quero não ferir meu semelhante, nem por
isso quero me ferir
Vamos precisar de todo mundo para banir
do mundo a opressão
Para construir a vida nova vamos precisar
de muito amor
A felicidade mora ao lado e quem não é
tolo pode ver

A paz na Terra, amor, o pé na terra
A paz na Terra, amor, o sal da...

Terra, és o mais bonito dos planetas
Tão te maltratando por dinheiro, tu que és
a nave nossa irmã
Canta, leva tua vida em harmonia
E nos alimenta com teus frutos, tu que és
do homem a maçã
Vamos precisar de todo mundo, um mais
um é sempre mais que dois
Para melhor juntar as nossas forças é só
repartir melhor o pão
Recriar o paraíso agora para merecer
quem vem depois

Deixa nascer o amor
Deixa fluir o amor
Deixa crescer o amor
Deixa viver o amor

O sal da Terra
Terra...

(O Sal da Terra, Beto Guedes)

RESUMO

RODRIGUES, A. P. **A Agenda 2030: transparência e opacidade dos/nos discursos para a globalização.** 2019. 156f. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre/MG.

A preocupação com a questão ambiental vem sendo pauta mundial, sendo emergente formulações de propostas para a proteção ao ambiente extremamente agredido e devastado. Acredita-se que esse desequilíbrio seja causado pelo crescimento populacional, pela aceleração da globalização, da demanda exacerbada das produções industriais e pelo conseqüente aumento do consumo. Dentre as iniciativas recentes, a Agenda 2030 é uma tentativa de regulamentação do desenvolvimento sustentável e uma proposta de educação ambiental e foi colocada em prática na Plataforma da Agenda 2030 (que aqui vem ser nosso objeto/corpus de pesquisa) – uma tecnologia digital, no qual seus objetivos e metas claras podem ser acessadas por todos. Entretanto, movidos pela inquietação, questionamos: como a educação ambiental é signficada na Plataforma da Agenda 2030? Que efeitos produz? Para quem ela é proposta? Quais as condições de produção que a sustentam? Quais os efeitos de sentidos são produzidos e discursos que lá circulam? Assim, sob a perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso, buscamos nessa tese compreender como se dá o funcionamento discursivo da Plataforma Agenda 2030, de que natureza e para quem são dirigidos esses discursos. Para isso, utilizamos recortes (fragmentos da situação discursiva) como materialidades descritivas da referida plataforma (imagens, slogans e textos). Compreendemos, então, que a Plataforma Agenda 2030, enquanto cartilha digital da Agenda 2030, funciona entre outras instâncias, apagando, quase sempre, a espessura política daquilo que se ensina e divulga. Compreendemos a partir das análises, que a educação enquanto elemento estruturante do discurso jurídico (e também religioso) sobre o meio ambiente, é condição ímpar na mudança do comportamento do homem, para que ele aja com responsabilidade para com o planeta em última instância. Faz-se condições de produção para um discurso reformista da vida terrestre. Compreendemos, ainda, que em seu processo de individuação e de cidadania (responsabilidade civil e educação ambiental) para com o meio ambiente, apaga-se o político da ONU (representante daquele que “comanda o mundo” e manipulador de interesses próprios em detrimento aos coletivos). Apaga-se o discurso capitalista e o discurso político. É nessa opacidade que o funcionamento do discurso da exploração ambiental que sustenta a produção e que promove lucratividade para poucos vem se mantendo, procurando por alguns que possam assumir a culpa, sem sequer reivindicar a repartição dos lucros. Os sentidos de uma cartilha digital para a educação ambiental se deslocam para o sentido de um manual digital para novas formas de consumo (o regrado; consciente; sustentável).

Palavras-chave: Plataforma Agenda 2030. Cartilha. Educação Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Consumo.

ABSTRACT

RODRIGUES, A. P. **The 2030 Agenda:** Transparency and opacity of discourses for globalization. 2019. 156f. Thesis (Doctorate). Graduate Diploma in Language Sciences at the Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre/MG.

Concern with the environmental issue has been a global issue, and formulations of proposals for the protection of the extremely harmed and devastated environment are emerging. This imbalance is believed to be caused by population growth, the acceleration of globalization, the exacerbated demand for industrial production and the consequent increase in consumption. Among recent initiatives, Agenda 2030 is an attempt to regulate sustainable development and a proposal for environmental education and was put into practice on the Agenda 2030 Platform (which is our research object / corpus) - a digital technology in the what your clear goals and objectives can be accessed by everyone. However, moved by concern, we ask: How is environmental education meant in the 2030 Agenda? What effects does it produce? Who is she proposed to? What are the conditions of production that sustain it? What effects of senses are produced and discourses circulating there? Thus, from the theoretical-methodological perspective of Discourse Analysis, we seek in this thesis to understand how the discourse functioning of the Agenda 2030 Platform takes place, of what nature and to whom these discourses are addressed. For this, we use clippings (fragments of the discursive situation) as descriptive materialities of the referred platform (images, slogans and texts). We understand, then, that the Agenda 2030 Platform, as a digital booklet of Agenda 2030, works among other instances, almost always erasing the political thickness of what is being taught and disseminated. We understand from the analysis that education as a structuring element of the legal (and also religious) discourse on the environment, is a unique condition in the change of human behavior, so that he acts with responsibility to the planet ultimately. Production conditions are made for a reformist discourse of terrestrial life. We also understand that in his process of individuation and citizenship (civil responsibility and environmental education) towards the environment, the UN politician (representative of the one who "commands the world" and manipulator of his own interests to the detriment of collective). The capitalist discourse and the political discourse are erased. It is in this opacity that the operation of the discourse of environmental exploitation that sustains production and promotes profitability for a few has been sustained, looking for some who can take the blame without even claiming the sharing of profits. The meanings of a digital primer for environmental education shift to a digital handbook for new forms of consumption (the ruled; conscious; sustainable).

Keywords: Platform Agenda 2030. Booklet. Environmental education. Sustainable development. Consumption.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Busca eletrônica pela Agenda2030.....	41
Figura 2 – Taxa de desocupação para extrema pobreza, pobreza e média nacional	43
Figura 3 – Pobreza e extrema pobreza no Brasil	43
Figura 3 – O processo de construção de uma agenda pós-2015.....	118
Figura 4 – Aliança Global: Inter-relações entre os 17 ODS.....	119
Figura 5 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	123

LISTA DE RECORTES

Recorte 1 – Enunciado da reivindicação e proposta da Agenda 2030 na Plataforma	37
Recorte 2 – “Capa” (página inicial) da Plataforma Agenda 2030	41
Recorte 3 – Interatividade e institucionalidade da Plataforma Agenda 2030	48
Recorte 4 – Vídeos institucionais	62
Recorte 5 – Efeito de pedagogização da (cartilha) Plataforma Agenda 2030	63
Recorte 6 – O processo de individuação.....	66
Recorte 7 – Enunciado 1 da aba “entenda mais”	93
Recorte 8 – Enunciado 2 da aba “entenda mais”	96
Recorte 9 – Princípios orientadores do Desenvolvimento Sustentável	98
Recorte 10 – A (Plataforma da) Agenda 2030 e um “caminho sustentável” “sem deixar ninguém para trás”	107
Recorte 11 – Objetivos do Milênio na Plataforma Agenda 2030	115
Recorte 12 – ODS na Plataforma Agenda 2030.....	121
Recorte 13 – Os ODS na Plataforma Agenda 2030	126
Recorte 14 – Enunciado “Qual é o seu ODS”?.....	128
Recorte 15 – Vida Terrestre (ODS 15)	136
Recorte 16 – Enunciado de “Vida Terrestre” (ODS 15).....	137

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise de Discurso
CAB	Programa Cultivando Água Boa
CF	Constituição Federativa
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CODEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
EA	Educação Ambiental
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
GTA	Grupo de Trabalho Aberto ODS
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
GTSC	Grupo de Trabalho da Sociedade Civil
ODM	Objetivo do Milênio
ODS	Objetivo do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RIMA	Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	15
2 ANÁLISE DE DISCURSO: UMA TEORIA FACE AOS DISPOSITIVOS TEÓRICOS E ANALÍTICOS	22
3 A PLATAFORMA AGENDA 2030	35
3.1 A Tecnologia, a Pedagogia e a Educação.....	51
4 O DISCURSO PEDAGÓGICO EDUCACIONAL E O EFEITO DE PEDAGOGIZAÇÃO DA PLATAFORMA AGENDA 2030.....	55
5 O DIREITO AMBIENTAL E SEUS PRINCÍPIOS (JURÍDICOS-EDUCATIVOS-RELIGIOSOS) NA E PARA A AGENDA 2030	75
6 A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	90
6.1 O (caminho para o) desenvolvimento sustentável.....	90
6.2 A (nova) Agenda para o Desenvolvimento Sustentável	92
6.3 O Desenvolvimento sustentável na Plataforma da Agenda 2030.....	96
6.4 Mas, e a sustentabilidade?.....	102
6.5 Desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade na Plataforma Agenda 2030	105
6.6 A (Plataforma da) Agenda 2030 e um “caminho sustentável” “sem deixar ninguém para trás”	106
6.7 Mas, e enquanto esse “caminho sustentável global” estiver “deixando alguns para trás”?	109
7 A VIDA TERRESTRE (O ODS 15) NA PLATAFORMA DA AGENDA 2030 E A QUESTÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL	112

7.1 Os Objetivos do Milênio (ODM) enquanto condições de produção para os ODS	114
7.2 Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	117
7.3 A questão (da proteção) da Vida Terrestre na Plataforma Agenda 2030	135
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS.....	147

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os problemas ambientais são resultantes da trajetória do desenvolvimento dos homens. A Revolução Industrial foi, sem dúvidas, um advento ainda mais responsável, para esse agravamento. As máquinas e a tecnologia impactaram os ambientes de trabalho e, a partir de então, o homem passou a explorar e produzir uma série de materiais (recursos naturais) para a manufatura de produtos em atendimento às necessidades de melhores condições de vida em sociedade.

Contudo, o atendimento às necessidades foi cedendo lugar para o neoliberalismo, o consumo e o capitalismo e, com isso, as desigualdades começaram a aparecer. Em diversas localidades vemos aqueles que têm demais, pois exploram em abundância, enquanto outros não têm sequer o mínimo. Tamanha discrepância vem gerando preocupações em ser e agir de forma mais sustentável. Deparamos com estruturas de políticas e de amparo social, patrocinadas por atores públicos, pessoas tomadas de responsabilidade social que há tempos associam a questão ambiental à prática dos programas de desenvolvimento sustentável como forma de participação e atuação na sociedade.

Sobre a problemática ambiental, tal qual vem sendo colocada, pensamos como Silva (2016b), que essa decorre em parte do crescimento populacional dos centros urbanos e do modo como a urbanização tem se dado – o que explica a representatividade de uma expressão como “qualidade de vida” enquanto bandeira. Pensamos, também, como Chiaretti e Sarti (2017), que a problemática ambiental decorre do consumo em detrimento à produção – uma lógica da autonomia da contemporaneidade e da imutabilidade dos modos de produção.

Chiaretti e Sarti (2017), em uma publicação recente sobre o destino do homem e o consumo consciente, mencionam existir uma tensão entre a manutenção e a ruptura do consumo. Acreditam que os efeitos do modo de produção (devastações e esgotamento dos recursos naturais) ao mesmo passo que produzem efeitos de sentidos de ameaça, funcionam como combustíveis para o mercado por meio da motivação de consumo de marcas que estejam em conformidade e harmonia com o meio ambiente.

Essa motivação ao consumo em conformidade e harmonia com o mercado faz parte da constituição do “consumidor consciente”, enquanto “agente transformador da sociedade por meio do seu ato de consumo” (CHIARETTI; SARTI, 2017, p. 2135) vem sendo destacado pelo Ministério do Meio Ambiente, sob necessidade de consumo, na condição ou sob a valorização de iniciativas de responsabilidade socioambiental das empresas que se empenham pela construção da sustentabilidade por meio de suas práticas cotidianas.

Estamos, então, vivendo um momento em que se destacam na sociedade as demandas e as políticas ambientais (SILVA, 2016b). A questão ambiental é pauta mundial, considerando que tanto a vida quanto a (falta de) qualidade de vida, nos dias de hoje, estão associadas ao desequilíbrio do meio ambiente. Tal desequilíbrio, acelerado pela globalização, pela integração econômica-social dos países e junto ao crescimento populacional veio imputar grande aumento de consumo e, conseqüentemente, da demanda exacerbada das produções industriais, chegando-se ao ponto de alarde mundial e de prevalência de leis voltadas à proteção do ambiente (o funcionamento do Direito Ambiental) e regulamentação de seus sistemas – como por exemplo, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Em um documento de cunho educativo (enquanto uma “prática educadora”, conforme enunciado em subtítulo), o Ministério das Relações Exteriores, propondo transformações no “nosso mundo”, e enquanto umas das primeiras publicações sobre a Agenda 2030, já nos “intimava” para uma “reformulação” nas propostas de consumo, evidenciando as “consequências” de uma não aceitação à tal reformulação:

Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, incluindo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e de medidas urgentes para combater a mudança do clima, para que possa atender as necessidades das gerações presentes e futuras (BRASIL, 2015, p.1, *grifo meu*).

Assim, a Agenda 2030 vem funcionar como uma proposta de educação ambiental (EA) – “uma proposta pedagógica centrada na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos cidadãos no desenvolvimento sustentável” (JACOBI, 2003, p. 189).

Vem funcionar como um “convite” para se colocar em prática alguns enunciados metafóricos destacados na epígrafe dessa tese de uma “reformulação” nas formas de consumo para que “possa atender as necessidades das gerações

presentes e futuras”: de estar na hora de “arrumar” a nossa casa para se viver mais duzentos anos; de não nos ferirmos e não ferirmos nossos semelhantes; da construção de uma “vida nova” para a morada da “felicidade”; de trazer amor na Terra e para a Terra; de não mais maltratar o planeta por dinheiro; da necessidade de se “recriar” um “paraíso” agora para “herança” de quem estará vindo depois. Para tanto, vem funcionar como um convite que “precisa de todo mundo”, no qual um mais um são sempre mais que dois; no qual por meio de uma coletividade busca-se um bem comum que possa ser repartido por todos.

É nessa conjuntura que a Plataforma da Agenda 2030 busca facilitar a informação e o aprendizado de habilidades básicas para instigar, integrar e harmonizar os cidadãos com o meio ambiente – um verdadeiro “plano de ações para as pessoas, o planeta e a prosperidade” (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2018, p.1), onde podemos compreender a “prosperidade” como efeitos de sentidos de educação (inclusive da educação religiosa), de direito e da sustentabilidade.

A oportunidade de realização do curso de doutorado em Ciências da Linguagem na Universidade do Vale do Sapucaí me levou a retomar, de algum modo, a reflexão sobre esse fato, quando escolhi a “Plataforma Agenda 2030” como objeto de investigação (como *corpus* de pesquisa). A referida plataforma é uma tecnologia digital e como bem nos coloca Silva (2016a), essa (a tecnologia digital) vem implicando em mudanças amplas nas significações do mundo.

A mesma autora nos convida a compreender que a tecnologia digital vem favorecendo um efeito de homogeneização, em função do modo como através dela disponibilizam-se textos para o sujeito leitor/espectador e do modo como o sujeito leitor/espectador vem buscá-los (SILVA, 2016a). Para a tecnologia digital, Orlandi (2007c) vem propor um conceito de memória metálica – aquela memória produzida por um constructo técnico onde existe acúmulo, e não estratificação.

Realizar uma análise discursivo-materialista de uma plataforma ambiental pública e digital (enquanto objeto) significa pensar que essa análise não é uma leitura de conteúdo e que não se restringe a perguntar apenas do que tratam tais informações, mas da relação desse conteúdo com suas condições de produção, dos efeitos de sentido produzidos na leitura, do que não foi dito, para que direções apontam, e assim, sendo uma importante contribuição. Diante dessa consideração, e movidos pela inquietação, questionamos: Como a educação ambiental é significada na Plataforma da Agenda 2030? Quais efeitos de sentidos que são produzidos? Para

quem ela é proposta? Quais as condições de produção que a sustentam? Que discursos estão lá em funcionamento?

Como bem nos coloca Lagazzi (1988), reafirmado por Nogueira (2015), em relações hierarquizadas ou autoritárias ou destinadas a comandos e obediências, sempre estão presentes condições de produção que levam as pessoas a se relacionarem em um contexto de tensão, permeada por direitos e deveres, por responsabilidades e responsabilizações.

A linguagem é lugar de poder e de tensão, mas ela também nos oferece recursos para jogar com esse poder e essa tensão. O poder procura, no entanto, eliminar as possibilidades que a linguagem nos dá para fugir ao controle que ele quer absoluto. Daí as constantes buscas por uma língua cada vez mais perfeita, mais transparente, na qual o sujeito encontre cada vez menor espaço para se colocar, para resistir. Eliminar a ambiguidade, o equívoco, a polissemia, o lugar do “possível”, do desejo. (LAGAZZI, 1988, p. 26).

De acordo com Nogueira (2015), justamente o que nos interessa enquanto analista de discurso é trabalhar com a ambiguidade, o equívoco, a polissemia, considerando que existe o desejo do sujeito.

Assim, sob a perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso (AD), a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, consideramos a opacidade da linguagem como constitutiva de seu funcionamento. Para explicitar essa opacidade no funcionamento de algumas palavras da Plataforma, a paráfrase e a polissemia foram dispositivos analíticos (ORLANDI, 1978) importantes e mobilizados como ponto de partida das análises (na busca da formulação e circulação de tais discursos – educação, sustentabilidade e direito).

Objetivamos, de forma geral, compreender como se dá o funcionamento discursivo da Plataforma Agenda 2030. De forma mais específica, objetivamos: compreender como alguns sentidos delimitam para a “educação” (ambiental e religiosa), para o “direito ambiental”; para a “sustentabilidade” e, ainda, como eles são relacionados com a “proteção da vida terrestre”; proporcionar ao leitor uma compreensão além do texto, não buscando desvendar o implícito – o que está por detrás dele –, mas o que funciona nele, podendo produzir diferentes efeitos de sentido.

Ou seja, objetivamos mostrar o funcionamento discursivo da plataforma digital da Agenda 2030, levando o leitor a uma ótica discursiva dos enunciados de seus

slogans, textos e imagens da compressão dos processos significativos (do direito, da educação e da sustentabilidade ambiental), do funcionamento e produção de sentidos.

A execução desse trabalho científico se justifica pela oportunidade de introduzir aspectos para a compreensão não somente da superfície de diferentes textos relacionados ao tema, mas, analisar esses mesmos, por meio do dispositivo teórico e analítico proposto pela (disciplina) de Análise de Discurso.

Para tanto, foi importante analisar as condições de produção da textualidade da Plataforma e analisar os efeitos de sentido produzidos pelo modo como a mesma significa, por exemplo: “plano de ação” >> “cartilha” (educativa), (cartilha e) “tutela jurídica” e “desenvolvimento sustentável”.

Justifica-se esse trabalho científico pela oportunidade de introduzir aspectos para a compreensão não somente da superfície de diferentes textos relacionados ao tema, mas, analisar esses mesmos, por meio do dispositivo teórico e analítico proposto pela (disciplina) de Análise de Discurso.

Desta feita, no segundo capítulo que segue à introdução, intitulado “Análise de Discurso: uma teoria face aos dispositivos teóricos e analíticos”, discorreremos sobre a perspectiva da disciplina de entremeio, a partir dos trabalhos de Eni Orlandi. O todo abordado nesse capítulo servirá de embasamento para compreensão das análises desenvolvidas nos demais capítulos.

No terceiro capítulo, apresentamos brevemente o *corpus* de pesquisa – ou seja, apresentamos a “Plataforma” da Agenda 2030. Registramos que a Agenda 2030 não é uma plataforma, e sim uma proposta mundial para se colocar em prática os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) desenvolvida por organizações internacionais, perante uma cúpula proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, a “Plataforma da Agenda 2030 (nosso *corpus* de pesquisa) vem significar o modo de como a Agenda 2030 circula – uma materialidade de sua proposta. Assim, nosso objeto discursivo é o discurso da sustentabilidade a partir de organizações internacionais.

Ainda nesse capítulo (terceiro), a referida plataforma é apresentada junto à identificação de sua materialidade tecnológica digital. Os recortes, que apareceram a partir desse capítulo, são suas materialidades descritivas (imagens, *slogans* e textos).

Buscamos em Nogueira (2015) a explicação da constituição dos nossos recortes. Esses representam unidades discursivas, concebidas como fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação – ou seja, nossos recortes são fragmentos

da situação discursiva da plataforma. Nesses, como nos ensina Guimarães (2002), estivemos atentos à incompletude da linguagem e à polissemia.

Pelo fato do material de análise ser uma Plataforma, não poderíamos deixar de falar, a partir de nossa perspectiva discursiva, sobre o efeito de pedagogização (de educação; de um viés pedagógico; de um efeito de “cartilha”). Por isso, no quarto capítulo, buscamos dizer sobre o Discurso Pedagógico, mostrando esse funcionamento do efeito da pedagogização e o processo de individuação (do sujeito).

Como o *corpus* de análise é atravessado por discursos de educação ambiental, tutela jurídica e sustentabilidade, abordamos no quinto capítulo sobre as questões do Direito Ambiental (dos princípios ambientais) – condições essas de produção para as análises que acontecem, em seguida, nos capítulos sexto e sétimo.

Definimos nosso *corpus* (discursivo) a partir de sequências discursivas da plataforma, estruturada a partir da composição de dois planos determinados por Courtine (2009): o plano de determinação das condições de produção de uma sequência discursiva de referência e o plano de determinação das condições de formação de um processo discursivo.

O *corpus* vai se organizando de modo a responder às questões guiadas pelos objetivos da pesquisa. Os recortes dos materiais refletem, dessa forma, sempre o estado atual das análises na pesquisa não podendo, portanto, ser previamente definido (NOGUEIRA, 2015, p. 58).

Para essa escolha, como bem nos salienta Nogueira (2015), utilizamos da noção de domínio de memória, domínio de atualidade e domínio de antecipação; além disso, utilizamos de um conjunto aberto de articulações, por meio de procedimentos de interrogação regulados por dados discursivos.

No sexto capítulo, abordamos a circulação do discurso da sustentabilidade a partir da plataforma, que acontece por meio de enunciados da responsabilidade civil em tutelar o meio ambiente.

No sétimo capítulo, mediante a apresentação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) descritos pela Agenda 2030 e enaltecidos na plataforma, passamos para as análises que acontecem a partir do ODS número 15 (Vida Terrestre) identificado a partir da posição sujeito adotada pelo autor dessa tese – onde culmina a circulação dos discursos educacionais, sustentáveis e, principalmente, jurídicos –, lançando mão do procedimento de paráfrases e

polissemias, que permitiram realizar um batimento entre a teoria e a análise (metodologia escolhida para o estudo).

O batimento proposto por Pêcheux (2008) entre descrever e interpretar é fundamental para a AD. Dessa forma, toma-se a descrição, mas não deixando de levar em consideração os processos de significação face a essa maneira particular de interpretar. Os sentidos não estão escondidos no texto, muito menos estão por detrás dele; o sentido está na discursividade do texto e a partir de gestos de interpretação que o analista o considera.

Falamos, então, da construção do material de análise, que implica encontrar na prática de análise de discurso o momento da interpretação, em relação ao da descrição, num batimento entre um e outro. Assim, em nosso estudo, adotamos a concepção dinâmica de *corpus* sugerida por Zoppi-Fontana (2005), no qual o desenvolvimento das análises acontece em movimento espiral, com processos de descrição, teorização e interpretação nos entremeios. Assim, os recortes refletem o estado das análises e se sustentam por um fechamento provisório do *corpus*, acontecendo de análise em análise – ou seja, acontecendo à medida em que o *corpus* vai sendo recortado.

Por fim, foram apresentadas as considerações finais sobre a pesquisa desenvolvida.

2 ANÁLISE DE DISCURSO: UMA TEORIA FACE AOS DISPOSITIVOS TEÓRICOS E ANALÍTICOS

Na França, a partir da década de sessenta, foi projetada, por Michel Pêcheux e seus colaboradores, uma nova possibilidade de interpretação da linguagem: a Análise de Discurso (AD) – uma disciplina de entremeio, atuante no campo das Ciências Sociais e da Linguística. Desde então, em vez de meramente leituras convencionais de textos e falas, passou-se à utilização de dispositivos teóricos e analíticos visando à interpretação do simbólico; o objeto interpretado pelos princípios da AD permite compreender a maneira com que a ideologia se materializa no discurso.

Questionando a Linguística, o Materialismo, a História e também a Psicanálise, a referida disciplina busca analisar diferentes discursos, que são produzidos em diversas condições de produção. A Análise de Discurso propõe um sujeito que é constituído também pelo inconsciente – formações ideológicas, que sofre constantemente efeitos dessa constituição na produção discursiva. A história, que não é somente cronológica, mas o funcionamento da historicidade, também faz parte do campo teórico da AD (MALDIDIER, 2003).

A tensa relação entre homem, mundo e linguagem não se faz estanque, muito menos transparente, a partir do campo teórico da Análise de Discurso (AD), pois as diversas possibilidades de produção de linguagem ultrapassam as barreiras pragmáticas e literais, até mostrar que os processos de linguagem e de produção de sentidos estão presentes, tanto no mais simples gesto de não falar, até na ilusória intenção de se fazer entender.

Sendo assim, reservamos essa seção para os dispositivos teóricos e analíticos que subsidiarão as demais seções desse estudo. Trouxemos, brevemente, noções da Análise de Discurso, disciplina de entremeio que dispõe ao leitor uma nova maneira de interpretar, a partir da compreensão dos processos discursivos.

A tese, aqui materializada, é o resultado de diversas análises feitas a partir da perspectiva discursiva, dessa forma considerando a AD como referencial teórico. Essa tese não objetiva mostrar o conteúdo da Agenda 2030, mas sim mostrar o funcionamento discursivo de sua plataforma digital, levando o leitor a uma ótica discursiva dos enunciados de seus *slogans*, textos e imagens da compressão dos

processos significativos (do direito, da educação e da sustentabilidade ambiental), do funcionamento e produção de sentidos.

Abordar a história pelo viés da AD é considerá-la fator atuante na produção de sentidos; a história não se compõe somente por acontecimentos, porém, esses fazem funcionar diferentes sentidos. Ao fazer parte da história, o homem se inscreve nela além de personagem, produtor da própria história – daí o motivo de pensar não em fatos históricos, mas a história como historicidade ou acontecimentos que produzem sentidos, independentemente da temporalidade do evento.

Os aspectos de ordem social e histórica são abordados a partir da perspectiva teórica do materialismo histórico. A partir daí, é possível se questionar sobre o funcionamento da língua, na relação entre sujeito e história. Pode-se dizer que filiar-se ao materialismo histórico é considerar a exterioridade do discurso, pois ao ser dito, a (inter)relação com outros discursos se faz necessária para a produção de sentidos, afinal o sujeito, mesmo enunciando, jamais será a origem do dizer, pois através dessa relação entre os já ditos é que o dizer se constitui; logo na produção de discursos o sujeito se constitui ao mesmo tempo que produz sentidos.

Resta-nos lembrar que a análise de discurso trabalha com a materialidade da linguagem, considerando-a em seu duplo aspecto: o linguístico e o histórico, enquanto indissociáveis no processo de produção do sujeito do discurso e dos sentidos que (o) significam. O que me permite dizer que o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído (ORLANDI, 2007c, p.37).

Além da relação com os já ditos, considera-se nesse campo teórico que as determinações históricas constituem as condições em que o discurso é produzido, sendo de fundamental relevância para que tais sentidos sejam compreendidos a partir de dispositivos teóricos e analíticos propostos pela AD.

A forma material afeta o sujeito de modo a produzir sentido. Esse sujeito é sempre já afetado pela história, constituído pela ideologia. Não há sujeito sem ideologia, nem sentido sem sujeito; portanto, este processo funciona de forma a produzir evidências a partir da constituição dos sujeitos e dos sentidos. A relação ideologia e inconsciente está engendrada na interpelação do indivíduo em sujeito, no entanto, o deslocamento na noção de inconsciente passa a circular na análise de discurso como efeito ideológico, pois mesmo sem ter ciência a ideologia afeta e constitui sujeitos e sentidos (PEREIRA, 2018).

A ideologia não se define como conjunto de representações, nem muito menos como ocultação da realidade. É uma prática significativa. Necessidade da interpretação, a ideologia não é consciente: ela é efeito da relação necessária, para que se signifique. O sujeito é o lugar historicamente (interdiscurso) constituído de significação (ORLANDI, 2004, p. 48).

O jogo dos sentidos funciona no trânsito entre sujeitos, discursos e sentidos, pois não existe discurso sem sujeito, e nem sentido sem discurso; daí considerar a não transparência na linguagem é fundamental para a AD.

Segundo Orlandi (2009b), estar no entremeio de outros campos teóricos faz com que a AD não simplesmente busque definições ou funcionamentos destas, mas que questione características anacrônicas:

O quadro epistemológico colocado por Pêcheux, para a análise de discurso, se apresenta como articulação de três regiões do conhecimento científico: (1) materialismo histórico como teoria das formações sociais e suas transformações, aí compreendida a teoria da ideologia; (2) a linguística como teoria ao mesmo tempo dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; (3) a teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Além disso, segundo Pêcheux, essas regiões são atravessadas por uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica [...] (ORLANDI, 2009b, p.108).

Perceber e analisar os processos discursivos é a principal função dessa tese, que toma a AD como referencial teórico. Logo, a AD ao mesmo tempo que considera, indaga a Linguística, a História e a Psicanálise, por isso é considerada uma disciplina de entremeio.

Essa pesquisa busca compreender o funcionamento dos discursos, nas materialidades apresentadas nos recortes que serão analisados, com vistas a compreender como o funcionamento discursivo da Plataforma Agenda 2030 delimita alguns sentidos para “educação ambiental” e “direito ambiental” e “sustentabilidade”, e como eles são relacionados com a “proteção da vida terrestre”. Assim, proporcionará ao leitor compreender além do texto, não buscando desvendar o implícito – o que está por detrás dele, mas o que funciona nele, podendo produzir diferentes efeitos de sentido.

A execução desse trabalho científico se justifica pela oportunidade de introduzir aspectos para a compreensão não somente da superfície de diferentes textos relacionados ao tema, mas, analisar esses mesmos, por meio do dispositivo teórico e analítico proposto pela (disciplina) de Análise de Discurso.

Pode-se afirmar que a AD é uma das teorias/metodologias que encontramos no campo das Ciências da Linguagem que, sempre de forma cautelosa, busca processos e procedimentos que tragam uma nova compreensão da relação entre linguagem e sociedade. A noção de discurso que, por sua vez, sempre está em curso – ou seja, contempla a dinamicidade na mesma velocidade das mudanças, propicia a compreensão do que está ali materializado, através de um dizer ou não dizer e é justamente essa contradição que se faz presente nesse processo discursivo, que além do que se vê, busca aprimorar as técnicas do entender algo que ali está, considerando a opacidade da linguagem.

A AD diz que os sujeitos se constituem simultaneamente ao discurso – que está sempre em curso na relação com os sentidos. Em suma, a ideologia não se define entre uma ou outra, ela funciona, interpelando indivíduos em sujeitos ao mesmo tempo que produz discursos e sentidos (ORLANDI, 2007d).

Ao mesmo tempo que o discurso é constituído, ele se transforma, por isso o discurso está sempre “em curso” não como termo imóvel, mas como efeito de sentido que ultrapassa as barreiras conteudistas e produzem sentidos – e é esse processo que, aqui, interessa (ORLANDI, 2015).

Tanto o dispositivo teórico, quanto o dispositivo analítico, constituem a teoria da AD; afinal o que interessa ao analista não são sentidos específicos, literais ou colados às palavras, mas, os processos de significação e seus efeitos de sentido. No entanto, além da inteligibilidade do texto, a noção de compreensão do mesmo é mobilizada como função essencial do analista de discurso, que muito mais que ler pragmaticamente, toma consigo uma nova forma de leitura, na qual a interpretação dos processos simbólicos, distinta da convencional, considera que os processos sócio-históricos funcionam na discursividade do enunciado.

A marca especificadora de minha filiação na Análise de Discurso é minha proposta de considerar a relação contraditória entre a paráfrase e polissemia como eixo que estrutura o funcionamento da linguagem (ORLANDI, 1996). Aí está posta a relação entre o mesmo e o diferente, a produtividade e a criatividade na linguagem. Esta é uma relação contraditória porque não há um sem o outro, isto é, essa é uma diferença necessária e constitutiva (ORLANDI, 2007c, p. 44).

A partir de um esquema parafrástico, percebe-se o movimento dos sentidos, dessa forma mostrando mais uma vez que a relação mundo, pensamento e linguagem

não é direta. Os processos simbólicos trazem à análise um olhar diferenciado, o olhar que a AD constitui seus dispositivos teóricos e analíticos (ORLANDI, 2007c).

A paráfrase relaciona-se à repetição, relaciona-se à variedade do mesmo e à produtividade. Ela se faz matriz dos sentidos, haja vista que não há sentidos sem repetições, sem sustentações do saber discursivo. A polissemia é entendida como uma ruptura dos processos de significação, um deslocamento dos sentidos, até mesmo porque, “se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer” (ORLANDI, 2015, p.38).

Esta é uma relação contraditória porque não há um sem o outro, isto é, essa é uma diferença necessária e constitutiva. Mas há outros sentidos nessa contradição que é preciso compreender. Em termos discursivos teríamos na paráfrase a reiteração do mesmo. Na polissemia, a produção da diferença [...]. Aquilo que, da situação, significa é já determinado pelo trabalho da memória, pelo saber discursivo, ou seja, aquilo que já faz sentido em nós. O recorte significativo da situação – o que é relevante para o processo de significação – é determinado pela sua relação com a memória. Uma observação a fazer é a de que aí estamos incluindo o próprio sujeito, enquanto locutor. Assim, o que funciona no jogo entre o mesmo e o diferente é o imaginário na constituição dos sentidos, é a historicidade na formação da memória. (ORLANDI, 1998, p. 14-15)

Trabalhando a interpretação, compreendida a partir da corrente teórica da AD, evidenciar as famílias parafrásticas e as possíveis polissemias é tarefa do analista que lança mão de dispositivos teóricos e analíticos, praticando uma nova maneira de ler e interpretar, que leva em consideração a heterogeneidade do texto.

O estudo sobre a heterogeneidade discursiva possibilita o compreender as relações entre formações discursivas e formas-sujeito, ao passo que estabelece relações de confronto e de liderança ao mesmo tempo, “o que implica a concepção de uma Formação Discursiva heterogênea, em que o mesmo convive com a diferença e a divergência, dando origem à contradição” (INDURSKY, 2001, p. 30).

Considerar o discurso como uma relação entre outros discursos (interdiscurso), pode-se dizer que, em sua produção, efeitos metafóricos funcionam na tensão entre o mesmo e o diferente; ou seja, a produção de efeitos de sentido no jogo e no movimento com outros discursos. No entanto, é possível vários outros discursos afetarem de forma significante, aquele discurso formulado, justamente pela relação da historicidade e exterioridade.

Pensar em formações discursivas na Teoria do Discurso é buscar a compreensão de memória discursiva e do interdiscurso, pois existirá uma direção que

a memória do dizer toma na relação entre os discursos. Estas não podendo ser escolhidas pelo interlocutor, pois funcionam de maneira involuntária e afetada pelos processos ideológicos. Uma vez que a ideologia não pode ser mensurada em unidades de ideias, muito menos em pensamentos específicos em relação a uma situação; jamais o homem pode escapar dela, pois é justamente pela interpelação da mesma, que o indivíduo ocupa o lugar do sujeito de discurso, vivendo a multiplicidade da linguagem através desse funcionamento.

Sem esquecer um princípio que proponho como fundamental à análise de discurso, qual seja o de que a linguagem se funda no movimento entre processos parafrásticos (o mesmo) e polissêmico (o diferente), de tal modo que a distinção se faz difícil: dizemos o mesmo para significar outra coisa e dizermos coisas diferentes para ficar no mesmo sentido (ORLANDI, 2015, p. 94).

Assim, o discurso, em seu trabalho, vem mobilizar a heterogeneidade a partir da qual o mesmo se constitui. Para a AD, o que importa é a maneira como um texto se organizou em sua relação com a exterioridade – ou como se organiza produzindo efeitos de um texto homogêneo, a despeito da sua heterogeneidade constitutiva. A partir daí, não se pode pensar o texto enquanto um enunciado homogêneo. Um texto, se dotado de tais características, segundo a qual diferentes textos, discursos e subjetividade estão presentes, pode ser pensado como um espaço heterogêneo.

A Análise de Discurso não se fundamenta em desvendar um único sentido, tampouco elucidar a intenção do falante. O convite é para o caminho da interpretação, que busca compreender os processos de significação e produção de sentidos, e desse modo, “na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2015, p. 13).

Desconsiderar as condições de produção dos discursos é o mesmo que dificultar a interpretação de outras direções para os sentidos, pois além de se tratar de uma importante parte do processo discursivo, essa mobilização ajuda na interpretação das formulações do dizer.

O assujeitamento ideológico é aquele em que o sujeito se inscreve em uma formação discursiva, e dessa forma se identifica em um sítio de sentidos e não outros, dessa forma fazendo produzir tanto processos ideológicos, já que pode ser considerado uma prática. Funcionando de forma a interpelar o indivíduo em sujeito, a

ideologia produz evidência a partir da constituição dos sujeitos e dos sentidos. A relação ideologia *versus* inconsciente está engendrada na interpelação do indivíduo em sujeito, no entanto o deslocamento na noção de inconsciente passa a circular na AD, como efeito ideológico, pois mesmo sem ter consciência disso, a ideologia funciona na constituição de sujeitos e sentidos.

A forma de compreender o mundo e suas relações sociais coloca o sujeito frente a formações discursivas variadas.

Como já abordado anteriormente, na AD, os conceitos dos campos teóricos da Linguística, Psicanálise e História não se aplicam de modo direto à teoria do discurso, eles sofrem deslocamentos; portanto essa disciplina, a AD, é considerada uma disciplina de entremeio por justamente questioná-las, a partir de seu posicionamento no espaço de intersecção dessas disciplinas; porém essas compreensões precisam ser claras para que a verificação do contraponto entre as mesmas torne-se objeto de ciência.

O pertencimento a uma determinada formação discursiva resume-se na ação de estar filiado a algumas redes de sentidos, o que pode ocasionar discursos a sua exterioridade que funcionam na relação dos já ditos; ou seja, é estratificar sentidos engendrados por uma memória, aqui chamada de memória discursiva.

As filiações históricas, dirá ainda Pêcheux, são sempre “tomadas em redes de memória”, dando lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagens por interação: a transferência não é uma “interação”, e as filiações históricas nas quais se inscrevem os indivíduos não são “máquinas de aprender” (ORLANDI, 2007c, p. 86).

Verifica-se que o silêncio, na análise de discurso, funciona como modo de silenciar certos sentidos para evidenciar outros; dessa forma também estando como ponto fundamental e de sustentação para os deslizos e deslocamentos entre as formações discursivas.

Então, ao invés de pensar o silêncio como falta, podemos, ao contrário, pensar a linguagem como excesso. Essa possibilidade, aliás, já está tematizada na linguagem corrente em expressões que se opõem como as que seguem: Estar em silêncio/Romper o silêncio. Guardar o silêncio/Tomar a palavra. Ficar em silêncio/Apropriar-se da palavra (ORLANDI, 2015, p. 31).

A partir da obra “As Formas do Silêncio” (ORLANDI, 2007d), entende-se que o silêncio atravessa as palavras dando sentido às mesmas; portanto, não se tratará do silêncio como ausência de palavras, ou como pausa da fala, mas como parte do processo de produção de sentidos.

Em uma produção de discurso, o efeito metafórico funciona com o mesmo e o diferente, ou seja, a produção de efeitos de sentido com outros sentidos. No entanto, é possível que existam vários outros discursos a partir do mesmo sítio discursivo, justamente pela relação com a historicidade e exterioridade, já que a língua não é um sistema fechado em si.

Para a Análise de Discurso, não se trata de transmissão de informações, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a. Na realidade, a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc. Eles estão realizando o processo de significação e não estão separados de forma estanque (ORLANDI, 2015, p. 19).

No processo de deriva, algum sentido pode se manter, porém, o diferente também funciona em meio ao mesmo. Basta, através de gestos de interpretação, tomar a análise a partir da opacidade do texto, da ausência necessária – que é fundamental na constituição dos discursos (não se pode dizer tudo ao mesmo tempo) – e, por isso, o sujeito se filia a diferentes formações discursivas a partir de uma memória.

Assim, não são os sujeitos físicos nem os lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso (ORLANDI, 2015, p. 38).

Em suma, o discurso, bem como a língua é um sistema aberto, onde os sentidos não estão em seu interior já prontos, mas sim, circulam na mesma intensidade da ideologia. Por isso, não se pode reduzir a produção de sentidos como o funcionamento da língua mais o contexto, mas, processos sócio históricos que circulam nos discursos, inclusive compreendendo de uma forma constitutiva a

produção de sentidos, não sendo reduzidos como uma correlação entre sujeitos e sentidos (ORLANDI, 2015).

A partir da AD, é possível perceber a não contenção dos sentidos, muito menos seu controle, já que a linguagem está em uma relação não-linear com o sujeito, pensamento e mundo. Ao mesmo tempo que o sujeito percebe o mundo, ele faz parte dele; ou melhor, ele é agente integrante e construtor simultâneo desse mundo, a partir dos processos de linguagem.

A exterioridade é um dos elementos essenciais dos estudos da Análise de Discurso, que não se fecha na literalidade das palavras, mas nos processos de significação engendrados pela linguagem, por ora opaca e não linear, segue em derivas, possibilidades que não estão no controle do homem, mesmo estando imerso nesse universo em todos os momentos.

O texto em si não assume a responsabilidade de que o leitor possa perceber toda a alteridade que o constitui. A partir de suas histórias de leitura, cada sujeito-leitor passa a estabelecer relações diversas, pois é capaz de mobilizar uma interdiscursividade diferente daquela do sujeito-autor, integrando suas condições de produção de leitura (INDURSKY, 2001).

Nas análises que estão por vir, evidenciar os processos e caminhos dos sentidos e seus efeitos é a principal tarefa do analista de discurso, que a partir de seu material de análise, lança mão de dispositivos teóricos e analíticos a fim de instigar o leitor a perceber os processos discursivos e suas condições de produção.

Pensar no discurso como produção de sentidos, considerando o contexto sócio-histórico-ideológico que o constitui, é de extrema relevância para essa teoria que se fundamenta na palavra em movimento (ORLANDI, 2015). Por meio do Materialismo Histórico, entende-se a relação entre sujeito e ideologia, na figura da interpelação, processo por meio do qual se constituem sentido e sujeito.

Pode-se dizer que a ideologia interpela o indivíduo em sujeito a partir de distintas formações discursivas ou, até mesmo, de diferentes posições ideológicas que podem variar, inclusive, de acordo com as condições de produção.

Na relação discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições. E isto se faz de tal modo que o que funciona no discurso não é o operário visto empiricamente, mas o operário enquanto posição discursiva produzida pelas formações imaginárias (ORLANDI, 2015, p. 38).

Sendo imaginárias, as posições-sujeito são colocadas em funcionamento, não somente a partir de posições sociais, mas também a partir das imagens que circulam na sociedade a partir dessas mesmas posições ocupadas pelos sujeitos e seus discursos.

Ao descrever algo, o sujeito busca tomar o sentido como único, ou seja, através da descrição é engendrada uma espécie de “garantia” de que aquilo que se diz é transparente em relação à “intenção” de quem disse. Porém, através do estudo em AD, chega-se à fundamentação teórica de que a linguagem é atravessada por diferentes elementos, assim a tornando não transparente e repleta de equívocos.

A discursividade presente nas materialidades significantes (nos recortes que seguem) da Plataforma da Agenda 2030 faz com que o analista de discurso perceba o funcionamento dos processos discursivos, que por sua vez oportuniza a evidenciação tanto dos processos, quanto dos possíveis efeitos de sentido produzidos a partir dos gestos de interpretação.

O jogo dos sentidos, bem como o funcionamento da linguagem é extremamente amplo, portanto, é impossível representar as palavras, em uma relação direta a seus sentidos, pois dependerá das condições de produção para que o mesmo dizer faça sentido em determinado espaço.

Além disso, a partir dos estudos morfológicos da Língua Portuguesa, as palavras podem ser classificadas em diferentes classes gramaticais que, por sua vez, podem ser utilizadas pela perspectiva da AD, como evidenciação da superficialidade linguística do enunciado. É fundamental para a eficiência da AD que, a superficialidade linguística das palavras seja utilizada como “ponte” entre a textualidade e a discursividade, tomando assim, o objeto discursivo não pela perspectiva gramatical ou pragmática, mas pela vertente discursiva – ou seja, pela evidenciação dos processos de significação (ORLANDI, 2015).

Os sentidos se constituem a partir do funcionamento de diversos fatores linguísticos, históricos e psicanalíticos; filiações teóricas que formulam uma disciplina, que pode ser considerada de entremeio – a AD. Essa, por sua vez, toma o texto pensando no seu funcionamento discursivo; ou seja, pela perspectiva da produção de sentidos, podendo derivar-se por diferentes condições de produção: o funcionamento da história, do sujeito e da língua em determinado processo discursivo.

Uma vez que o discurso sempre está em constituição – por não possuir princípio, meio e fim –, pode-se dizer que uma nova maneira de o interpretar é

colocada em funcionamento nessa prática teórica, observando não somente o que está dito, mas também o que não está dito; não buscando encontrar verdades sobre os mesmos, tampouco buscar mistérios implícitos, mas, evidenciar os efeitos de sentido colocados em funcionamento.

O objeto da AD, de fato, é o discurso que se constitui: (1) pelo eixo vertical da constituição (memória/já ditos) – o interdiscurso e; (2) pelo eixo horizontal da formulação (condições de produção/ditos) – o intradiscurso. Assim, a constituição determina a formulação, situação em que os já ditos compõem uma memória, atravessada pela historicidade e pela ideologia.

A memória, por sua vez, tem características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Esse é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra (ORLANDI, 2015, p. 29).

Interpretar é uma condição do sujeito, que passa a fazê-lo baseado em filiações a diversas formações discursivas distintas; porém o faremos a partir do dispositivo da AD. A interpretação em decorrência da inquietação e da prática da ideologia convoca o sujeito interpelado para o funcionamento dos sentidos (ORLANDI, 2015).

Ideologicamente, interpelados em sujeito, somos inseridos, mesmo que involuntariamente, em um contexto social, em que a ideologia é praticada independente da vontade do sujeito; ela acontece e nos convoca a um funcionamento em relação com a história, a língua e a sociedade.

Essas formulações de sentidos são colocadas em funcionamento a partir de processos ideológicos; interpelando assim o indivíduo em sujeito (ALTHUSSER, 1998 *apud* ORLANDI, 2015); evidenciando sua posição-sujeito, a partir da ideologia que o interpela, direcionando o discurso em formações discursivas que se organizam a partir do movimento dessas formações ideológicas.

Como mencionado anteriormente, a discursividade presente nos enunciados é formulada no interdiscurso: (1) no conjunto de formulações que dão sentido ao dito, dessa maneira associando outros ditos – independente de quem o disse, e quando o disse; (2) nas formulações imediatas, ditas naquele momento, mas que são, na

verdade, formuladas a partir de memórias discursivas, filiando-se assim às formações ideológicas.

Considerando que as paráfrases podem representar sentidos mesmos e que produzem tensão com o diferente, observamos nas análises dos recortes da Plataforma da Agenda 2030 a maneira de como os efeitos de sentidos sofrem deslizos; observamos percursos diversos para a discursividade em movimento na produção dos sentidos, comprovando que a linguagem não tem transparência e nem pode ser considerada como linear. Observamos, em síntese, que em sua opacidade é que se dá a construção dos (diversos) discursos.

Em suma, a proposta da AD no presente trabalho/texto/pesquisa (corrente teórica para tal) é mobilizar através de dispositivos teóricos e analíticos, a análise discursiva de tais recortes da Plataforma da Agenda 2030, percebendo sua relação com o mundo e com os outros discursos, que por sua vez é caracterizada pela equivocidade e pela opacidade.

Na AD, a equivocidade não é falha no simbólico ou no fracasso de uma interpretação definitiva para o leitor; em verdade, ela corresponde a um fato na estrutura da língua que, existindo, passa a revelar outras possibilidades de sentidos para o dizer.

A AD permite expor o olhar leitor à opacidade do texto, importando compreender nesse processo a relação existente entre língua e discurso (PÊCHEUX, 1990). Além disso, todo dizer possui uma história, e é nessa historicidade que os discursos se constituem. Nem o sujeito, muito menos o discurso, mostram-se transparentes; é justamente nesta opacidade que a investigação do analista de discursos é colocada em funcionamento.

E, é justamente pela equivocidade e pela opacidade que não nos restringiremos em pensar nas análises como leituras de conteúdos, mas sim, nas relações que o conteúdo da referida plataforma digital junto às suas condições de produção passa a produzir efeitos de sentidos, daquilo que não está sendo dito. Será mesmo que a plataforma quer “nos dizer nenhum segredo”, e que ela “nos convida mesmo a arrumar a nossa casa”, como destacado em epígrafe nessa tese?

Movidos pela inquietação e interpelados como sujeitos, buscaremos: compreender a que realmente se propõe a Plataforma da Agenda 2030; compreender suas proposições (e, por que não dizer promessas?), em meio à sua vaguidão; compreender os discursos (e interdiscursos) em funcionamento, a partir dos efeitos

de sentidos produzidos pelas suas materialidades; compreender as condições de produção que a sustentam.

3 A PLATAFORMA AGENDA 2030

A termo plataforma, originário do vocábulo francês *plate* (plano) e de *forme* (forma), na língua portuguesa é compreendido em seu sentido material como um suporte material ou como uma organização de qualquer projeto, de caráter “reivindicativo” por parte de alguém ou de algum grupo. Já em seu sentido não material, uma plataforma é compreendida enquanto uma organização de “pessoas”, para proposição de atividades com um fim reivindicativo. Ou seja, um conjunto de indivíduos que estejam compartilhando das mesmas “preocupações” e que buscam trabalhar com o mesmo “propósito” ou “objetivo”. Geralmente, os conteúdos das plataformas funcionam a favor de alguma reivindicação ou contra (em protesto) a algum acontecido/movimento. Pode ter um caráter oficial (ou estatal) ou particular.

A sociedade contemporânea veio trazer informações de modo mais acessível e rápido para as pessoas, tendo como suporte o advento da criação do computador e da *internet*, considerados como seus provedores. Os séculos XX e XXI são considerados como séculos do tempo real e, com eles, novas formas de produzir textos surgiram, sempre de origem de um centro produtor de saberes (informações) para seus destinatários finais (leitores, no caso). Surgiram, então, as plataformas digitais, como um veículo destinado à comunicação e à transmissão de informações de diversas ordens – o que não haveria de ser diferente nessa era dita globalizada. Compreendemos então que as plataformas digitais nasceram da demanda (ou a necessidade) dos homens de ampliar as informações em um mundo globalizado. Mas, que tipo de informações seriam essas?

Assim, uma plataforma digital – A Plataforma Agenda 2030 – é o *corpus* de pesquisa dessa tese, sendo importante mencionarmos que o mesmo foi se construindo por etapas, através de uma sequência de análises que seguem daqui até o final do estudo.

De acordo com Dias (2015), a constituição do *corpus* em AD foi desde o início dessa teoria uma questão colocada em discussão, e uma preocupação central dessa disciplina de entremeio é que sua constituição não pode ser jamais separada de suas condições de produção, quer seja pela língua, pelo discurso ou por enunciados.

A constituição do *corpus* está ainda associada à questão do arquivo; está associada a determinado conjunto de formulações produzidas a partir do processo de

interpretação do discurso (em confronto com o arquivo). Entretanto, não consideramos o arquivo como um acúmulo, como um absoluto de materiais pertinentes sobre uma questão. Como nos ensina Orlandi (2012), o trabalho real com os arquivos não é relacionado ao acúmulo de textos à disposição ou com a reprodução de sentidos, mas sim com o trabalho de leitura e com a produção de acontecimentos. Falamos então da materialidade do arquivo – uma forma de encontrarmos na prática de AD o momento de interpretação em relação a sua descrição; eis aí o batimento entre um e outro, como já descrito por Pêcheux (2008).

Desse exercício, temos a constituição do *corpus* e sua materialidade é justamente aquilo que permite que ele se justifique de uma maneira e não de outra, na qual o mesmo arquivo nunca será o mesmo, justamente pela condição de sua materialidade. Assim, palavras, enunciados, imagens, gestos, letras e cores podem ser considerados como materialidades descritíveis do arquivo, como bem nos coloca Pêcheux (2008), até mesmo em espaços virtuais de leitura, colocando em jogo um discurso que pode passar a ser outro.

Nas plataformas digitais circulam, dentre outros, o discurso digital. Entramos, assim, no termo arquivo digital, tendo relação com a nossa sociedade e sua memória histórica (PÊCHEUX, 2010). Dias (2015) nos trouxe algumas considerações tratadas sobre o discurso digital, sobre o discurso de materiais produzidos na *internet* ou para a *internet*, mediante suas caracterizações, tais como: (1) temporalidade – pois são construídos para escapar de cronologias, considerando que o tempo digital é o do acesso e, portanto, um arquivo digital é sempre atual; (2) instabilidade – é, em muitas vezes, mutável e passível de atualizações; (3) heterogeneidade – sendo infinitas as suas paráfrases na *internet*; (4) autoria – nem sempre tem autores ou chancelas institucionais, devendo ser descartados pela demanda da legitimidade do arquivo; (5) leitura dispersiva – sendo preciso compreender a dispersão constitutiva desse arquivo, que impõe um ritmo ao trabalho de leitura. A Plataforma da Agenda 2030 tem todas as características do discurso digital, exceto a “autoria”.

Mas, será mesmo que a referida plataforma não tem “autoria”? Se a Plataforma Agenda 2030 pode ser compreendida como uma organização de “pessoas” para proposição de atividades com um fim reivindicativo ou um conjunto de indivíduos que estejam compartilhando das mesmas “preocupações” e que buscam trabalhar com o mesmo “propósito” ou “objetivo”, quem são essas “pessoas” ou “indivíduos”? Quem “encabeça” a mesma? Existe um encabeçamento explícito? Quem propõe e manipula

seu conteúdo? O que a mesma realmente reivindica? Além disso, qual o verdadeiro caráter da plataforma? Oficial (estatal) ou particular?

A reivindicação e a proposta da Agenda na plataforma são enunciadas pelo Recorte 1.



Recorte 1 – Enunciado da reivindicação e proposta da Agenda 2030 na Plataforma

Como destacado pela plataforma, a Agenda 2030 foi oficialmente adotada pelos “líderes mundiais” (Chefes de Estado e de Governo do mundo todo) na “Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2015”, que teve lugar na “sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York”, de 25 a 27 de setembro. O evento que ocorreu às vésperas da Sessão de Abertura da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, veio representar/simbolizar um momento propício para que os líderes do mundo todo pudessem “anunciar” seu compromisso ímpar com o “desenvolvimento sustentável” e com a materialização do “Futuro que Queremos” (livre da pobreza, com paz e prosperidade).

A agenda foi adotada pelos líderes mundiais, mas foi formulada por quem? Pela ONU? Quem é a ONU? A ONU (com sede em Nova York) não seria o próprio Estados Unidos? Por que ela se enuncia enquanto uma “cúpula”? Será mesmo a plataforma (A Agenda 2030) um aparelho ideológico do Estado¹ ou de interesse particular da ONU? Parafraçando, interesse particular dos Estados Unidos? O compromisso com o desenvolvimento sustentável foi realmente anunciado e decidido pelos líderes de todo o mundo ou foi imposto aos mesmos pela ONU?

¹ O conceito de “Aparelho Ideológico do Estado” será fundamentado e explorado no quarto capítulo dessa tese.

Chomsky (2017) publicou recentemente uma obra intitulada “Quem manda no mundo?”, que, para a breve análise do Recorte 1 e para a inquietação que aqui nos propomos, nos permite compreender a situação internacional enquanto condições de produção para da Agenda 2030 e de autoria de sua plataforma.

O autor, e ativista intelectual, formula uma conclusão altamente preocupante sobre o futuro, ao afirmar que os Estados Unidos comandam o mundo, sendo responsável pelo funcionamento do capitalismo nos dias atuais, ao se fortalecer pelos pensamentos e posicionamentos das grandes corporações. Bem verdade, o mundo é comandado por grandes corporações americanas que visam apenas seus interesses econômicos e parcerias com países elitizados.

Desta feita, tais corporações representam uma ameaça ao planeta, considerando que suas ações dominadoras são capazes de gerar efeitos e impactos que venham comprometer o futuro do mundo, como é o caso do aquecimento global.

Chomsky (2017) afirma, ainda, que o neoliberalismo é o verdadeiro denominador da economia do mercado, estando centrado na economia globalizada e acrescido à política de juros, busca a não intervenção no Estado na economia, onde o mercado se impõe como lei e o capital passa a ter força de acumulação.

Retomando a discussão sobre a autoria da plataforma, reconhecemos e compreendemos que seu conteúdo produz efeitos de sentidos de regras e leis particulares da ONU, representante do interesse particular dos Estados Unidos enquanto “comandante” do mundo. Percebemos a circulação e um discurso autoritário, de poder e administrativo, com interesses privados capitalistas (pois, a natureza não reconhece limites entre países) em detrimento a interesses públicos e comuns da sociedade em relação ao desenvolvimento sustentável; em detrimento ao interesse de “todos” como equivocadamente anuncia a plataforma. Uma “democracia representativa falha” como bem destaca Chomsky (2017).

De acordo com o ativista, uma democracia (ou uma plataforma que propaga um “futuro que queremos”) precisaria ser mais direta, mediante a participação popular para que os anseios de “todos” sejam realmente atendidos – o que não percebemos na proposta da Agenda propagada pela plataforma. Compreendemos que as decisões de um “plano de ação para mudar o mundo” foram tomadas pela elite que está no poder (pela ONU, enquanto representante dos Estados unidos), priorizando seus interesses contemplados, que se fundamenta no capitalismo.

A partir do enunciado do Recorte 1, e com base nas condições de produção compreendidas através de Chomsky (2017), poderíamos esturrar o seguinte deslocamento de sentidos (ou sentidos polissêmicos), para a produção de um discurso autoritário, de poder e administrativo, com interesses privados capitalistas:

Líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU, em Nova York, e decidiram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade.



Corporações americanas, juntas, por meio da ONU enquanto porta-voz mundial, decidiram um plano para sustentar/aumentar o consumo, fortalecer o capitalismo e continuarem no poder.



A cúpula da ONU promoveu objetivos para o desenvolvimento sustentável que venham priorizar o econômico sobre o social e o ecológico, como uma forma de representação do interesse privado em detrimento ao público.



Os Estados Unidos formularam a Agenda 2030 como proposta de desenvolvimento sustentável, visando novas formas de se reafirmar o consumo mundial, a partir de suas grandes corporações, e assim continuarem a comandar o mundo e acumular capital.

Outro ponto destacado para a discursividade da rede é a leitura do arquivo no momento de sua circulação. A textualização é sempre determinada pelo processo de atualização, mas não se trata da atualização da memória discursiva, mas da atualização de dados pela circulação.

Segundo Silva (2016a, p. 1064), tudo o que é “digital demanda e produz formulações/unidades textuais específicas” – como é o caso de *sites*, como um texto específico voltado para esse âmbito. Voltamos então à descrição da Plataforma de Agenda 2030. A mesma encontra-se hospedada em um sítio de domínio institucional de “organização”, por meio do endereço <<http://www.agenda2030.org.br>>. A condição

de “.org.br” não vem produzir efeitos de sentidos de (arquivo) público, de todos (os brasileiros – de não brasileiros também).

Funcionando enquanto legislação, que legislação seria esta de um “.org” e não de um “.gov”? Que movimento existe em que um “.org” diz o que deve ser feito e não um “.gov”?

A Agenda não parte de um governo, e sim de uma organização mundial; não defende interesses de uma nação, mas sim de outra coisa – mas, do quê? O que seria esta outra coisa?

Não seria mais um interesse do governo, e sim um interesse do terceiro setor (sem fins lucrativos). Entretanto, sabemos que a Agenda (enunciada por meio do sítio da plataforma) tem relação forte com questões do lucro. A Agenda é uma questão que vem de outro lugar, senão a do governo.

Na condição de todos e público, o endereço deveria ter o domínio de “.gov.br”, cancelando o apoio do governo a referida plataforma. O endereço, em sua paráfrase, poderia ser encontrado como “<http://www.agenda2030.gov.br>” ou “www.agenda2030.detodososbrasileiros”. Assim, na condição de “.org.br” encontramos a caracterização da autoria, sendo uma chancela institucional, constituindo-se por um arquivo legitimado.

Consideramos importante registrar que o arquivo, mesmo caracterizado pela heterogeneidade, quando procurado pela combinação “agenda2030” em *sites* de buscas, como por exemplo no *Google*, o endereço da plataforma é a segunda opção a aparecer com caminhos de navegação para informações sobre o tema procurado – como mostrado pela Figura 1, que segue. A primeira opção de acesso é a da Organização das Nações Unidas Brasil (ONU Brasil).



Figura 1 – Busca eletrônica pela agenda2030
Fonte: Google (2019)

Assim, quando clicamos na opção do arquivo como caminho de navegação, chegamos à referida plataforma, sendo então essa página inicial tomada como nosso primeiro recorte. Podemos chamar essa página inicial da plataforma como “capa”, como mostra o Recorte 2.



Recorte 2 – “Capa” (página inicial) da Plataforma Agenda 2030

Em relação à descrição dessa “capa”, encontramos três “retângulos” como blocos de leitura de informações agrupadas diferenciadas. Os retângulos menores estão em tons de azul, e o retângulo central (maior, mais largo) destaca-se por uma imagem desfocada, como uma marca d’água com alguma informação. Na verdade, com o enunciado do primeiro Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS): “*No Poverty*”.

A enunciação em inglês, em uma plataforma nacional (brasileira) já produz efeitos de sentidos da mundialização da língua e, conseqüentemente, a circulação de um discurso de poder e dominação. Um firmamento dos Estados Unidos, da representação de seu domínio que será mantido perante o cumprimento dos seus objetivos enquanto regras ou como um estatuto ou manual de interesses capitalistas particulares. De acordo com Silva (2009), o inglês vem se transformando em uma língua supranacional, mundializada e, conseqüentemente, em uma língua dotada de questões ideológicas.

“*No poverty*”, objetivo que foi traduzido na plataforma como “erradicação da pobreza”, funcionaria como uma meta para que todos, livres da condição de “sem dinheiro” possam se transformar em potenciais consumidores, sustentando os interesses capitalistas da ONU (ou das corporações americanas que regem o mercado mundial).

Dentro dessa assertiva, e após dois anos de funcionamento da Agenda 2030, a constatação do relatório Luz 2018, organizado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil (GTSC, 2018) para a Agenda 2030 é de que o Brasil não vem cumprindo ou respondendo aos objetivos propostos. O resultado do relatório foi anunciado em diversas manchetes; dentre elas, destacamos (aqui e especificamente) sobre a “erradicação da pobreza”:

O documento expõe, por exemplo, que logo no primeiro objetivo, a erradicação da pobreza, o Brasil segue o caminho oposto. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há um acelerado crescimento da pobreza nos dois últimos anos. [...] os dados mostram que, em relação à extrema pobreza, o país voltou aos números de 2005 e, em relação à pobreza, aos de 2009. Houve uma perda que se deu bem mais rápido do que o tempo levado para avançar. A pesquisa mostrou ainda que os 10% mais bem remunerados detinham 43,3% da massa de rendimentos, enquanto os 10% de menor renda ficaram com apenas 0,7% desta. O 1% mais rico teve rendimento 36,1 vezes maior do que o rendimento médio da metade de baixo da pirâmide social (SUDRÉ, 2018, p.1).

O Relatório do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil explicou tal resultado por meio de dois gráficos, exibidos na sequência pelas Figuras 2 e 3.



Figura 2 – Taxa de desocupação para extrema pobreza, pobreza e média nacional
Fonte: GTSC (2018, p.7)

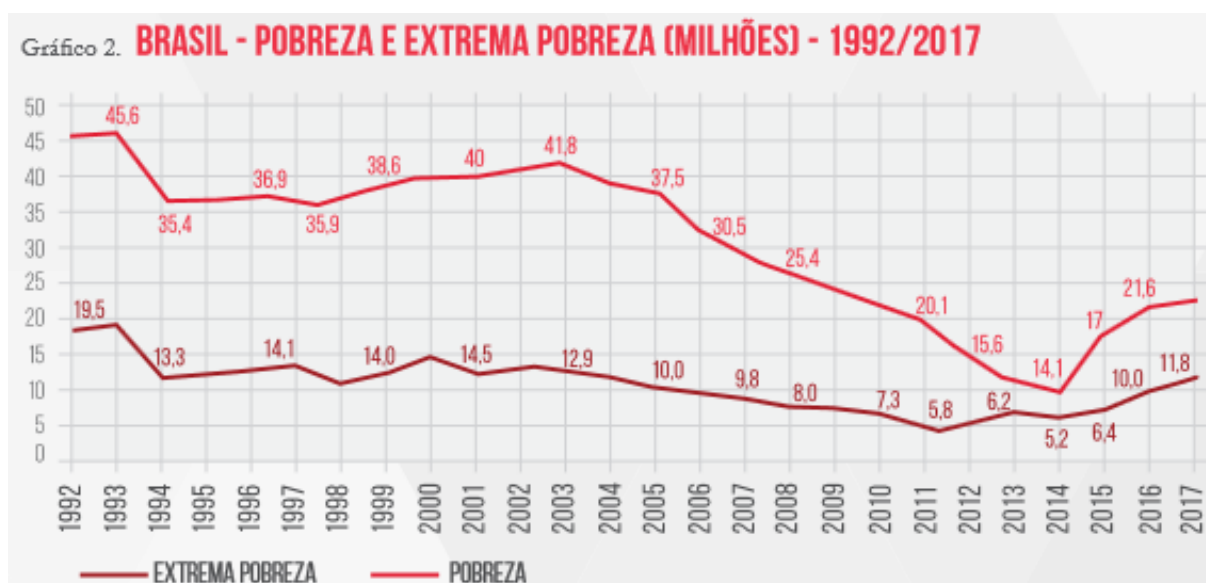


Figura 3 – Pobreza e extrema pobreza no Brasil
Fonte: GTSC (2018, p.8)

Como já dito, esse resultado foi muito explorado pelas notícias jornalísticas, com manchetes cujos enunciados trouxeram as máximas: “Brasil se afasta do desenvolvimento da ONU” destacada pelo Jornal de Fato (SUDRÉ, 2018); “Brasil dificilmente cumprirá os objetivos do desenvolvimento sustentável” destacada pela

Redação do Jornal Gestos (2018); e “Após dois anos, Brasil nada fez por objetivos tratados na ONU” destacada pela Rede Brasil Atual (GOMES, 2018); “Brasil vai na contramão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” destacada pela Redação do Jornal Página 22 (2018).

Assim, a partir das 4 máximas enunciadas pelas manchetes, considerando os resultados do objetivo “erradicação da pobreza”, retomamos às condições de produção acerca da dominação do mundo, acerca de um discurso de poder, liderança e autoritarismo, sustentado pelo capitalismo, lema e objetivo dos Estados Unidos, podemos identificar as seguintes derivas (paráfrases e polissemias) em funcionamento:

*Brasil **se afasta** do desenvolvimento da ONU*

*Brasil **dificilmente cumprirá** os objetivos do desenvolvimento sustentável*

*Após dois anos, Brasil **nada fez** por objetivos tratados na ONU*

*Brasil **vai na contramão** dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*



*Brasil, pela **condição de pobreza não erradicada**, vem descumprindo o plano de ação global da ONU.*

*Brasil, pela **condição de pobreza não erradicada**, não vem aderindo às formas de consumo (sustentável) impostas pelos Estados Unidos (e suas grandes corporações).*

Pessini (2015b) nos trouxe a afirmativa com base na assertiva da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – uma das agências da ONU – de que a educação é um elemento-chave para se atingir o pleno emprego e a erradicação da pobreza.

A visão da Unesco é transformar vidas por meio da educação ao reconhecer seu importante papel como principal impulsionador para o desenvolvimento e para o alcance de outros objetivos do desenvolvimento sustentável propostos pela Agenda 2030. Explicita-se o comprometimento, em caráter de urgência, com uma agenda de educação única e renovada, que seja holística, ousada e ambiciosa, que não deixe ninguém para trás (PESSINI, 2015b, p.1).

Assim, a caracterização da pobreza, vem afastando, nada pode fazer, vai na contramão e não cumpre com as (novas) formas de consumir sustentável, para

continuar sustentando os interesses capitalistas da ONU (ou das corporações americanas que regem o mercado mundial) – quem não tem dinheiro não consome e, até mesmo, quando consome no “crédito” não paga. Contudo, o consumo no “crédito” de certa forma é bom, pois além do débito do que foi consumido, passa a ter na conta o montante dos juros produzidos. Uma ciranda que, de qualquer forma, vem sustentando o capitalismo. Mas, acima de tudo, a ONU aposta na educação enquanto alternativa para a erradicação da pobreza (e do pleno emprego), em suas metáforas do dizer, aposta na educação para continuidade do consumo.

Retomando as descrições dos triângulos, no primeiro azul (acima, na “capa” da plataforma) encontramos no canto esquerdo a mesma imagem que se localiza no centro da mesma, porém com uma dimensão menor, junto ao enunciado “Plataforma Agenda 2030”. A imagem é um círculo, cuja borda é formada por coloridos que remetem, à primeira impressão, a uma aquarela (ou leque) de cores ou até mesmo a uma espécie de “roleta de cores”. São 17 cores e cada uma delas é relacionada a cada um dos 17 ODS (da proposta da Agenda 2030). Trouxemos o termo “roleta”, pois, no canto superior essa imagem parece estar girando – esse efeito é produzido por um efeito de “movimento” de como o círculo está inserido. A ideia de movimento, de “roleta” é ainda sustentada pelo enunciado questionador e convidativo no retângulo menor azul abaixo da “capa”: “Qual o seu ODS?”

Entretanto, em momento algum é explicado que o círculo com uma aquarela de cores simboliza os 17 ODS. Como nos fala Silva (2004, p. 213), “O sentido da imagem como algo “direto”, que não precisa de “explicações”, remete ao impacto da imagem como algo “novo e moderno”. Compreendemos essa explicação para essa descrição pelo fato de uma ideia prévia do que se trata a proposta da referida plataforma e da referida agenda, em sua constituição e historicidade.

O enunciado “Plataforma Agenda 2030” é repetido nessa “capa” como uma forma de saturação, de excesso (de informação ou de se fazer saber-se).

Ainda, no canto superior (do lado direito) encontramos 4 opções de navegação (ou *hiperlinks*): “Agenda 2030” (como um convite para se conhecer a proposta da Agenda, e não da plataforma; “Acompanhe”, “Participe” e “Saiba mais”. Todas as opções produzem efeitos de sentido de informações disponíveis e circulando. São termos convidativos e encorajadores, que dispensam explicações para o que se propõem a fazer, que seria envolver o leitor ao que se pretende informar sobre a Agenda 2030.

Um outro enunciado aparece no centro da “capa”, como uma forma de subtítulo do enunciado “Plataforma Agenda 2030”, sendo ele: “Acelerando as transformações para a Agenda 2030 no Brasil”. Ambos não são mais convidativos, mas sim afirmativos e imperativos. Produzem efeitos de movimento, de trabalho e de algo sendo efetivado. Mas, que transformações seriam essas? O que seria acelerar tais transformações?

O círculo colorido no canto esquerdo superior, em movimento, é uma forma redundante de fixar esse efeito de “aceleração” e de acontecimentos de transformações. Mas, onde estariam as informações sobre tais transformações? Estariam nos *hiperlinks* do canto superior direito da “capa” da plataforma? Onde seriam ou estariam estas transformações? No Brasil ou para o Brasil? Ou para aqueles que vivem no país? Ou para nenhum desses?

Questionamos, então, o que vem sendo apagado quando revitalizamos o presente em nome do futuro de um território? Acreditamos que um apagamento fundamental – o das relações de forma, de micro e macro poderes, da força do capital, atravessando fronteiras territoriais, apropriando-se de práticas cotidianas de significação do espaço material de existências das diversas populações distribuídas de modo desigual pelos territórios nacionais.

Meili (2016), em um estudo sobre linguagem, tecnologia e identidade nas plataformas digitais de comunicação veio colocar que a finalidade dessas de uma forma onde pudesse ser compreendido um dos seus objetivos principais, que é da celeridade das informações.

As plataformas digitais de comunicação ampliam as possibilidades do signo, pois criam novos suportes e conectam polos interativos, permitindo o exercício de mediações híbridas. Devido ao constante aprimoramento de linguagens e soluções, em um processo contínuo de escritura tecnológica, os espaços virtuais de registro e troca informacional reorganizam-se e ampliam-se – o que acelera o fluxo das informações (MEILI, 2016, p.2, *grifo meu*).

Tal celeridade das informações disponíveis nas plataformas (e na rede) dá aos seus sujeitos leitores (e pesquisadores) a ilusão de detentores do saber, do conhecimento exaustivo sobre o tema, considerando a sua opção de clicar brevemente e ser transportado para outra localidade, permitindo-se o complemento de dados que passarão a funcionar como conhecimento produzido, a partir do que se deseja saber ou se pretendeu pesquisar. “É a tecnologia em sua promessa de infinitude: o acesso coloca esse não limite para o que se quer saber, para o que se

pode” (SILVA, 2016c, p. 1068). A ilusão de um mundo de pesquisas sem fronteiras ou barreiras. A ilusão da condição de poder sempre saber mais e estar inserido nesse mundo de informações disponibilizadas e acumuladas.

Na *internet* (e por certo, nas plataformas digitais), os sujeitos vagam por um espaço aparentemente sem bordas/sem limites, na ilusão de sujeitos navegadores potentes, onipresentes, capazes de estarem e chegarem a todo e qualquer lugar sem obstáculos/barreiras (ROMÃO, BENEDETI, 2008).

A condição de acompanhar, de participar e de saber mais, por meio dos *hyperlinks* “Acompanhe”, “Participe”, “Saiba mais”, disponíveis no canto superior da “capa” da plataforma vem oferecer possibilidades e facilidades de montagens operadas pelos seus sujeitos leitores – uma forma de “acompanhar as transformações propostas pela Agenda 2030”, uma forma de “participar das transformações propostas pela Agenda 2030” e de “saber mais sobre as transformações propostas pela Agenda 2030”. Uma circulação do discurso interativo produzido pela memória metálica da rede. De acordo com Silva (2016a, p. 1070), o que se evidencia na plataforma “é a tecnologia, é a facilidade do clique para ‘acesso’ e ‘conexão’ (para a interatividade) e o modo de leitura é relacionado ao modo em que o corpo textual se produz na *internet*”.

Assim, a Plataforma Agenda 2030, em seu formato e composição, vem ser um lugar de informação e de diferentes relações (técnicas/políticas) de leituras, considerando as condições de produção tecnológicas, ambientais e sustentáveis instauradas pela contemporaneidade.

Os formatos de composição das plataformas digitais formatam as próprias enunciações, havendo uma interdependência entre o aspecto informacional e o aspecto sócio comunicativo, o que leva em consideração as relações entre a forma-suporte e a forma-sujeito (MEILI, 2016, p.7).

Essa forma de composição da plataforma, entre seu aspecto informacional e sua relação com os sujeitos, nos faz compreender que a Plataforma (digital da) Agenda 2030 presente na *internet* produz uma determinada visão de sustentabilidade ambiental mundial para os sujeitos urbanos, cosmopolitas e atualizados.

Na condição de estar em um domínio institucional (no “.org.br”) desloca-se o imaginário que sustenta a produção desses sujeitos urbanos, cosmopolitas e atualizados, como nos coloca Silva (2016a, p. 1060): um imaginário que sustenta

sujeitos informados, pois “a informação está na ‘rede’ (na *internet*, no arquivo *on line*), de uma maneira em que o institucional parece parcialmente dissolver-se”.

Se rolarmos a “capa” da plataforma, encontraremos logo abaixo, um outro retângulo azul, com mais dois blocos de informações: no canto esquerdo, a interatividade da plataforma (disponibilizada pelas redes sociais) e, no canto direito a institucionalidade da mesma – ambas características das plataformas digitais. Uma forma de envolvimento e domínio do leitor, enquanto a interatividade convoca, a institucionalidade atesta a legitimidade da proposta, mediante “avalistas” que garantem a realização e a parceria/apoio institucional. Tratamos, então, do nosso terceiro Recorte, na sequência.

A condição de estar em um domínio institucional e disponível para a interação sustenta a condição de uma informação que está acessível. Mas acessível por quem? Acreditamos existir um apagamento (uma *elipse*) de quem é essa agenda na plataforma. Em momento algum, na mesma, não é dito para quem, de quem para quem, ou do que é essa agenda. A agenda poderia ser para grandes indústrias, para pessoas comuns, para governos. Mas quem são as pessoas que realmente acessam a plataforma? Seriam aquelas pessoas interessadas em “dividir responsabilidades” de um mundo que está indo para o “buraco”? Mas, e os lucros? Teria a plataforma interesses em dividir lucros da mesma forma que as responsabilidades?

Fique conectado
Siga nossas redes sociais e fique conectado com todas as novidades.

Newsletter
Cadastre-se e fique por dentro de todas novidades da Agenda 2030

Deixe seu email aqui

Realização:

PNUD
Empoderando vidas. Fortalecendo nações.

ipea
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Parceiros Institucionais:

FURNAS

Apoio Institucional:

BRASIL 2030

Recorte 3 – Interatividade e institucionalidade da Plataforma Agenda 2030

A respeito da interatividade, como bem nos coloca Meili (2016, p.3), “as plataformas digitais giram em torno de uma informação que não é transmitida, mas compartilhada, acessada”.

Na plataforma essa forma de interatividade, de interconectividade é apresentada por meio de opções de os sujeitos ficarem “conectados” à Agenda 2030 por diversas ou todas as formas possíveis: pelas redes sociais (enunciadas por meio dos ícones do *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*), pelo próprio acesso à plataforma ou por informações que circulam em correios eletrônicos (*Newsletter*). “Deixar seu *email*” é uma forma de dizer que, “se você não vem até a plataforma, a plataforma pode ir até você”. Uma forma de se “ficar por dentro das novidades da Agenda 2030”. Nessas opções encontramos a injunção de dois discursos: o discurso da comunicação com o discurso da interatividade – que circulam em um espaço dotado de formas de manutenção de relações. “Como parte de tais processos discursivos, podemos ainda relacionar a própria forma de inscrição da *internet*, enquanto ‘comunicação interativa” (SILVA, 2011, p. 581).

O espaço criado pelas plataformas digitais de comunicação engloba as redes de computadores interligadas no planeta e as pessoas, grupos e instituições que participam dessa interconectividade, um âmbito que emerge das relações entre pessoas, documentos e máquinas (MEILI, 2016, p.7).

A respeito da institucionalidade da plataforma, encontramos no bloco de informações do lado direito, a identificação: dos realizadores da plataforma – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); de Furnas como parceria institucional e do Governo Federal do Brasil, como apoio institucional. Tal identificação evidencia um sentido de legitimidade, não só da plataforma, mas da proposta da Agenda 2030. Mas essa institucionalidade vem legitimar o que na referida plataforma?

Compreendemos, nessas formas de interação para disseminação de conhecimento sobre a Agenda 2030, assinadas por seus “avalistas”, alternativas didáticas para o envolvimento do cidadão nessa nova empreitada mundial. Entretanto, que conhecimento é esse a ser disseminado ou a ser publicizado? Conhecimento do quê? Sobre o quê? E para quem?

Assim, compreendemos a referida plataforma como um espaço educativo, que detém por meio das informações disponibilizadas, um “passo a passo” para a

celeridade das transformações demandadas, principalmente as transformações relativas ao meio ambiente. Compreendermos, então, a plataforma como uma forma de “cartilha” (educativa) da Agenda 2030.

De acordo com Silva (2014), a proliferação de cartilhas em nossa sociedade, fora do espaço escolar, principalmente nas duas últimas décadas, vem servindo para disseminar o conhecimento, e parece ser um observatório interessante para acompanhar e compreender esse entrecruzamento de discursividades.

A cartilha simboliza, ao mesmo tempo que significa, manual didático e um instrumento linguístico, que descreve e instrumentaliza a língua (AUROUX, 1992), conferindo-lhe uma representação e, ao mesmo tempo, constitui-se em um manual de comportamento e de conduta, de conselhos morais, de à Pátria, de rememoração dos feitos considerados dignos de serem lembrados por toda uma nação, visando à formação de um sujeito urbano escolarizado (PFEIFFER, 2001a), de um sujeito politizado e adequado aos valores dominantes em um tipo determinado de sociedade. Vem colocar em funcionamento diferentes formações discursivas, em que se pode observar um deslizamento de sentidos entre diferentes discursos, por meio da construção de novas formas de gestão do político (e do educacional) nas práticas sociais.

Tratava-se de um objeto específico para o movimento de ensino e aprendizado da leitura e escrita, que se constitui no século XIX, em meio a uma variedade de escritos, gêneros textuais, recursos didáticos, utilizados na difusão da leitura e da escrita. Segundo Silva (2014), observa-se também, como parte desse movimento, um apagamento do termo “cartilha”, quando se pretendia uma alfabetização inovadora metodologicamente, antes mesmo dessas teorias entrarem em voga. Tal apagamento fortalece sua presença no discurso pedagógico que se dá por meio de um grande trabalho de formulações, dentro da opacidade sempre presente em tal instrumento linguístico-discursivo, quando se promove o trabalho na relação língua-sujeito-história, atravessando esse retorno da cartilha, que passa a ser dirigida aos sujeitos-cidadãos em nossa sociedade (definida como sustentável).

Retomaremos a discussão sobre esse discurso pedagógico educacional, como um efeito de pedagogização, no capítulo seguinte.

3.1 A Tecnologia, a Pedagogia e a Educação

Considerando a necessidade de “acelerar as transformações para a Agenda 2030 no Brasil” – enunciado trazido na “capa” da referida plataforma digital –, como fechamento desse capítulo e, ainda, uma preparação para o capítulo que entra (ao tratarmos sobre o discurso pedagógico educacional da Plataforma Agenda 2030 e sua relação com o processo de individuação do sujeito), julgamos interessante o tratamento de alguns termos, tais como tecnologia, pedagogia e educação.

Enunciativamente a dicotomia “tecnologia e educação” é cada vez mais presente nas discussões educacionais. Discursivamente, se filiam a uma posição-sujeito que tem como horizonte as relações entre os termos, incorporadas aos processos educacionais.

Assim, na conjuntura (no contexto tecnológico) em que o mundo se volta completamente para um sistema dominado pela tecnologia, é necessário despertar-se para um modelo educacional (não estando a educação ambiental isenta) que acompanhe esse sistema. Segundo Martin-Barbero (1997), a tecnologia não é mera ferramenta e ela não se deixa usar de qualquer modo; e, em última análise, a materialização da racionalidade de certa história e de um modelo global de organização do poder.

A dicotomia “pedagogia e tecnologia” sempre foi elemento fundamental e inseparável da educação. Assim, tecnologia é uma forma de conhecimento. ‘Coisas’ tecnológicas não fazem sentido sem o ‘saber-como usá-las’. Livre da semiótica, a “tecnologia é um conjunto de discursos, práticas, valores e efeitos sociais ligados a uma técnica particular num campo particular” (VALENTE, 1999, p. 199).

A democratização de saberes pela via política das informações propõem alternativas que promovam a produção, a socialização e a facilitação do acesso aos diversos tipos de conhecimento, transpondo a metodologia de trabalho fundamental da reprodução para a produção de conhecimentos.

Entretanto, no que tange à tecnologia, identifica-se um deslocamento inicial em forma de um eixo divisório, que passa a demarcar territórios, separando aquele que foi incluído às tecnologias digitais daquele que não foi – como por exemplo, do acesso à Plataforma (digital) da Agenda 2030. Tal divisor digital diz respeito ao interdiscurso

ideológico das desigualdades no acesso e na utilização das tecnologias da informação e da comunicação, em prol de educar-se; de se permitir saber coisas.

Quanto ao político, pretende-se, dessa forma, compreender que sentidos são construídos no discurso da alfabetização digital (democratização do saber), como parte constituinte do processo da chamada inclusão digital, colocando em evidência o conceito de memória (interdiscurso). “Vamos dizer que essa seria então uma “politização do meio ambiente” como objeto de conhecimento” (SILVA, 2016b, p. 131).

A Análise de Discurso trabalha a textualização do político sendo que a apreensão dessa textualização vem de uma análise dos gestos de interpretação inscritos na materialidade do texto. O político compreendido discursivamente significa que o sentido é sempre dividido, sendo que esta divisão tem uma direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história (ORLANDI, 1998, p.74).

Apesar do discurso da inclusão não ser recente, presente na sociedade ocidental desde os séculos XVII e XVIII (DIAS, 2008), é em nosso tempo que esse discurso assume a roupagem do digital. Esse sujeito urbano contemporâneo, presente nas cidades, precisa, a todo custo, na sociedade em que vivemos, ser um alfabetizado digital, principalmente quando o assunto é educar-se para viver no meio ambiente e em sociedade; quando o assunto é educar-se para o “aceleramento das transformações” ambientais necessárias e emergentes.

O sujeito é um lugar de significação historicamente constituído, ou seja, uma ‘posição’. Essas posições, como sabemos, correspondem, mas não equivalem à simples presença física dos organismos humanos (empiricismo) ou aos lugares objetivos da estrutura social (sociologismo). São lugares “representados” no discurso, isto é, estes lugares estão presentes, mas transformados nos processos discursivos (ORLANDI, 1998, p.75).

Assim como a alfabetização (considerada como digital, como tecnológica) objetiva “colocar uma prótese no indivíduo, torná-lo o outro” (SILVA, 1996, p.156), alfabetizar o sujeito do ponto de vista digital também visa a esse processo de “transformação”. Nesse cenário, a transformação – a passagem da condição de analfabeto digital para o alfabetizado digital – se daria por meio do domínio de competências e habilidades específicas, adquiridas por meio de uma espécie de ‘alfabetização para as novas tecnologias’, que no caso, a alfabetização para a Plataforma Agenda 2030 como ferramenta de aceleração das transformações.

O discurso da inclusão vem sendo utilizado para validar aquilo que o homem não consegue justificar, ou seja, suas atitudes de repulsão ao outro, ao diferente, ao que não está dentro das normas estabelecidas por certo tipo de poder, ao que o Estado não captura. Esse outro insuportável tem, portanto, que ser regulado, enquadrado. Ele precisa ser adaptado a um modo de vida em sociedade, seja ela qual for, ele precisa ser incluído, educado, disciplinado. E isso se faz pelo modo como certa cultura vai envolvendo o sujeito em hábitos que se naturalizam no seu dia-a-dia (DIAS, 2008, p.4).

A escrita como revolução tecnológica viabilizou o surgimento de outras tecnologias, dentre elas a revolução tecnolinguística – ou mecanização da linguagem – através da informatização (AUROUX, 1998). Assim, “o tratamento eletrônico da informação apresentada em linguagem natural [...] passou a funcionar como uma mecanização das formas privilegiadas da comunicação humana” (FERREIRA, 2015, p. 83).

A tecnologia da escrita e a tecnologia da linguagem (gramatização das línguas e a mecanização da linguagem) vêm sendo produzidas e reproduzidas através de diferentes tecnologias que mantêm, tanto a inteligência humana, quanto a sociedade em constante transformação (FERREIRA, 2015).

Além disso, a teoria da enunciação no digital (o eu e o outro) se faz relevante; ela coloca o sujeito da linguagem no centro da reflexão (o locutor em sua relação com o destinatário). A enunciação é, assim, a ação de produzir o enunciado.

A comunicação vem aparecer como consequências de propriedades mais fundamentais da linguagem, dentre elas, a propriedade da constituição dos sujeitos – tal propriedade vem demonstrar a capacidade do locutor, enquanto ele se propõe como sujeito.

Em uma posição materialista sobre a linguagem, o político [...] diz respeito às práticas sociais em geral, nas quais a linguagem é fundamental. Pensar o político não é conceber o que lhe é próprio como deletério, e sim tomá-lo como fundamento das relações sociais (OLIVEIRA, 2014, p. 43).

O reconhecimento da existência de uma historicidade inscrita na linguagem vem implicar na compreensão de que não existem sentidos literais; os sentidos não podem ser qualquer um, considerando que as interpretações são reguladas por condições de produção específicas. A linguagem vai passar a ser concebida enquanto uma forma de prática social, constituída pela exterioridade; já o sujeito passa a ser constituído, historicamente, enquanto lugar de significação. “Afirmar o lugar do político na linguagem é dar visibilidade à sua constituição nas condições sócio históricas e,

ao mesmo tempo, ao seu poder de injunção sobre a sociedade” (OLIVEIRA, 2014, p.51)

Quaisquer tipos de informação podem ser colocados no lugar de demais efeitos de linguagens que, ao se deslocarem passam a ocupar a parte central da cena no texto. Para a elaboração de um texto é necessário certo conhecimento, para cumprir-se o objetivo de fazê-lo circular no discurso eletrônico, por exemplo. É necessário ter, para tanto, noções de escrita para que formulações novas passem a ser produzidas em diversas formas de textualidades, que passam a inaugurar outras relações entre a escrita e a oralidade. Como bem nos coloca Orlandi (2009), muitas são as formas de autorias que acontecem a partir de contextos inesperados ou a partir de diversas formas ou materialidades ainda não exploradas ou experienciadas.

Não podemos escapar da assertiva de que o homem (urbano e moderno) está integrado à tecnologia no seu dia-a-dia. Educá-lo para entender e utilizar-se bem dos meios que lhe são colocados para uma melhor qualidade de vida, justifica a própria educação que tem como fim primeiro, o despertar da consciência crítica para a formação da cidadania, que está relacionada com as condições de normalidade de vida de cada ser humano, respeitando-se suas características guardadas nas diferenças individuais.

As tecnologias tanto servem para reforçar uma visão conservadora, individualista, como uma visão progressista – possui duplo sentido. A posição sujeito autoritária utilizará a plataforma para reforçar ainda mais o seu controle sobre os outros. Por outro lado, uma posição sujeito de mente aberta, interativa e participativa encontrará na plataforma algumas oportunidades de ampliar a interação.

Mas seria a educação uma possibilidade de “transformações” para todos? Que relações de educação seriam essas a permitir tais “celeridades nas transformações” possibilitadas pela tecnologia? A educação para a celeridade das transformações seria um direito, ou na não-transparência da linguagem e na sua equivocidade, seria um dever? Essas são questões que provocam inquietação nesse estudo.

Em razão, justamente pelo fato das novas tecnologias abrirem novas possibilidades educacionais, elas implicam em novos desafios para os sujeitos, cuja objetivação requer como núcleo a reflexão sobre a prática pedagógica socialmente promovida. E, devido ao *corpus* de análise ser uma plataforma (digital), algumas reflexões sobre o processo de pedagogização e o discurso pedagógico educacional são abordados no próximo capítulo.

4 O DISCURSO PEDAGÓGICO EDUCACIONAL E O EFEITO DE PEDAGOGIZAÇÃO DA PLATAFORMA AGENDA 2030

Como já mencionado, o *corpus* de análise dessa pesquisa é uma plataforma digital e pública e, assim, pondera-se como relevante dar destaque ao processo de ‘pedagogização’ pelo Estado, contudo, sob a perspectiva da Análise de Discurso.

Entretanto, antecedendo as considerações acerca dos sentidos de ‘pedagogização’, trouxemos contribuições para compreensão do que venha a ser ‘aparelho ideológico do Estado’, com fundamentações de Althusser (1980).

Inicialmente, esse conceito pode ser compreendido a partir de conjunturas postas e oriundas de instituições caracterizadas como ‘especializadas’, sendo elas religiosas (igrejas), educacionais (escolas públicas; escolas privadas), familiares, jurídicas, comunicativas (rádio; televisão; demais mídias) ou qualquer outro tipo de aparelho que funcione a partir da ideologia (ou de formações discursivas e ideológicas) do estado cultural (ALTHUSSER, 1980).

Althusser (1980) também defendia que os chamados ‘aparelhos ideológicos do Estado’ (entre eles a escola, que nessa tese atribuímos os sentidos de educação e pedagogia/pedagogização), sendo uma forma de ‘divulgação’ da ideologia da classe dominante – um lugar onde a ideologia da classe burguesa se realiza. Tal materialização se dá de forma silenciosa, já que a Escola, ao utilizar de métodos próprios como sanções, exclusões, seleções ou moldes/parâmetros (uma cartilha que fala a um e a todos ao mesmo tempo) entre outros, desempenha um papel altamente dominante.

Se Althusser (1980) defendia os chamados aparelhos ideológicos do Estado (entre eles a escola e compreendemos que, então, seu processo de ‘pedagogização’) como uma forma de ‘divulgação’ da ideologia da classe dominante, um lugar onde a ideologia da classe burguesa se realiza, uma inquietação pode ser representada pela seguinte formulação: será que a plataforma da Agenda 2030 (enquanto cartilha) não se constitui em um deslocamento, passando a ser um lugar onde a ideologia das grandes corporações políticas e econômicas se realiza? O local onde o neoliberalismo e o capitalismo atuam?

Consideramos nessa tese o efeito de pedagogização produzido pela Plataforma da Agenda 2030 como um sentido de ‘cartilha’ e, assim consideramos a

cartilha enquanto um Aparelho Ideológico do Estado, local de realização da ideologia da classe dominante e considerando o fato de que o sentido de uma expressão é determinado pelo momento sócio histórico e conseqüentes posições ideológica que dele afloram.

Retomando o conteúdo sobre o processo de ‘pedagogização’ pelo Estado, contudo, sob a perspectiva da Análise de Discurso, trouxemos a assertiva de Pêcheux (1995) de que a formação discursiva se dá a partir de uma posição ocupada dentro da formação ideológica, passando a determinar tudo aquilo que pode e que deve ser dito/ser falado.

Orlandi (1978) nos coloca que o sujeito tem sempre a ilusão de ser dono de seu dizer, desconsiderando que qualquer dizer provém de uma formação discursiva, a partir de um componente de formação ideológica. Independentemente, se o seu dizer acontece por meio de processos parafrásticos ou polissêmicos, o dizer sempre mantém o sujeito em seu espaço dizível.

Médis (2016), embasada nos conceitos de Eni Orlandi, nos trouxe a colocação de que o sujeito não é mero agente do discurso, justamente por ocupar diversas posições que têm como ponto de partida as diferentes formações discursivas a partir das ideológicas. Assim, qualquer sentido acerca do que venha a ser conhecimento passa a ser construído a partir das condições de produção de determinado discurso ou a partir da formação discursiva que o sujeito se localize.

Assim, com base nessa explanação, podemos dizer que há alguns sentidos construídos sobre o conhecimento que são compartilhados pela plataforma e pelo cidadão.

Aos pensarmos nos discursos que permeiam o ambiente digital da Plataforma da Agenda 2030 (ambiente que a partir do seu funcionamento ideológico passa a ser dito como também educacional e de interatividade), podemos encontrar a “circularidade de um discurso pedagógico”. Orlandi (2001c; 2009b) vem nos colocar a questão da circularidade de discursos como dizeres institucionalizados sobre “coisas” – como por exemplo, sobre a referida plataforma digital). Para Medis (2016), existe nessa questão da circularidade uma caracterização do discurso de “ensinar” ou de “educar”, muito mais forte do que a caracterização de demais discursos, com por exemplo, de “informar”, “persuadir” ou “influenciar”.

Para Orlandi (2009b), pela sua caracterização de persuadir e influenciar, o discurso pedagógico pode ser caracterizado com um discurso autoritário – um tipo de

discurso em que o objeto (no caso, a Agenda 2030 e o desenvolvimento sustentável promovido por ela) apareça como “algo que se deve aprender”.

[...] enquanto discurso autoritário, o discurso pedagógico aparece como discurso do poder, isto é, [...] o discurso que cria a noção de erro e, portanto, o sentimento de culpa, falando, nesse sentido, uma voz segura e auto-suficiente. A estratégia, a posição final, aparece como o esmagamento do outro (ORLANDI, 2009b, p.17, *grifo meu*).

Podemos compreender, então, que o discurso pedagógico da plataforma funciona como um discurso autoritário, de poder, na tentativa de “culpabilização”² do sujeito leitor e cidadão (sujeito a ser educado; sujeito a ser informado e, assim, persuadido e influenciado) por aquilo que ele ainda não aprendeu e deveria ter já aprendido – que, no caso, a Educação Ambiental, a preparação para colocar em prática e participar do desenvolvimento sustentável. Trata-se da interpelação do sujeito pela culpa.

Retomando Medis (2016), a circularidade do discurso pedagógico pode acontecer a partir do rompimento com as leis do discurso (propagadas por Ducrot), sendo elas:

(1) lei da informatividade – se se quer informar, é necessário que o ouvinte desconheça o assunto; (2) lei do interesse – não se pode falar legitimamente senão daquilo que possa interessar-lhe; (3) lei da utilidade – não se pode falar por falar, mas por haver uma utilidade em fazê-lo (MÉDIS, 2016, p. 26).

Para Orlandi (2001c; 2009b), uma outra caracterização da circularidade do discurso está na cientificidade das informações a serem transmitidas – o que promove características de um discurso pedagógico. Essa cientificidade acontece, provavelmente, a partir da linguagem utilizada pelo cientista/idealizador da plataforma digital, ao se apropriar do seu imaginário. A plataforma vem ser, então, lugar para o acontecimento da divulgação de informações científicas.

Qualquer tipo de divulgação científica, de acordo com Silva e Pfeiffer (2014), vem funcionar como uma forma de articular o pedagógico/científico/linguístico, passando a apagar o político daquilo que se propõe a promover/divulgar/ensinar.

“É por meio da rubrica da cientificidade que o discurso pedagógico dissimula sua função de mediador da informação, camuflando, assim, o fato de o processo de

² Abordaremos mais sobre o sujeito interpelado pela “culpa” no quinto capítulo dessa tese.

mediação se dar no interior de uma ordem social dada com seus respectivos valores” (SILVA, 2009, p.1194). “As mediações se sucedem em mediações provocando um deslocamento tal que se perdem de vista os elementos reais do processo de ensino e aprendizagem” (ORLANDI, 2009b, p. 21).

A plataforma é uma mediadora que possui o saber/a informação (da tutela jurídica do meio ambiente, da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável e da educação ambiental e até mesmo, da educação religiosa), dotada de caráter didático e o cidadão é quem não sabe e está na plataforma para se informar; para aprender, ser ensinado – para se educar.

Chegamos então, no termo Educação Ambiental (EA) – um enunciado que ganhou força recentemente, destacando-se pelos seus discursos academicistas, publicitários, políticos, governamentais, institucionais e educacionais.

A Educação Ambiental deve ser orientada para a comunidade. Deverá envolver o indivíduo num processo ativo de resolução de problemas que permita resolvê-los no contexto das realidades específicas, estimulando a iniciativa, o sentido da responsabilidade e o empenho de construir um futuro melhor. Por sua própria natureza, a Educação Ambiental pode contribuir significativamente para a renovação do processo educativo (GOMES; MENDES, 2012, p. 76).

A Lei nº. 9.795 de 1999 veio trazer um entendimento mais formal acerca da EA, compreendendo-a como processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Loureiro (2006) afirma que EA vem sendo base em propostas educativas que acontecem a partir de fundamentos de matrizes ideológicas, sendo reconhecida como de inegável relevância para a construção de uma perspectiva ambientalista de sociedade.

Compreendemos que as primeiras noções sobre EA conduziram a definições e discursos diversos e também divergentes, ligados à visão conservacionista. Entretanto, enquanto proposta social, veio representar uma alternativa para a minimização de alguns problemas ambientais, resultantes da prática da relação do homem com o meio.

Para Carvalho (2014), o conceito de EA vem ser efeito de uma adjetivação, haja vista que pode ser tratado como um atributo ambiental que se aplica ao substantivo 'educação'.

A plataforma (como proposta de um plano de ação para se educar em prol da sustentabilidade, para a proteção da vida terrestre) seria a sede do discurso pedagógico e é isso que o faz, é assim um “dizer institucionalizado sobre as coisas, que se garante, garantindo a instituição em que se origina e para a qual tende. É esse o domínio de sua circularidade. Circularidade da qual vemos a possibilidade de rompimento pela crítica” (ORLANDI, 2001b, p. 23).

Médis (2016), embasada em Orlandi (2001c), vem definir o discurso pedagógico como aquele discurso pretensamente neutro, que objetiva a transmissão de informações teóricas ou científicas e, ainda, que se caracteriza pela ausência de possíveis problemas de informação.

Além disso, os sentidos produzidos não são os mesmos em todos os sujeitos. Por isso, é importante ressaltar a relevância da relação entre a linguagem e o mundo. Médis (2016) encontra em Orlandi (2007b) algumas observações relevantes em relação à linguagem e o mundo, e dá o seguinte destaque elencando-as:

A primeira é de que a linguagem não é transparente. Há opacidade e diversidade de sentidos. A segunda é de que não há uma relação termo-a-termo entre o mundo, o pensamento e a linguagem. Os sentidos não são os mesmos para sujeitos diferentes. E a terceira, é de que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo (MEDIS, 2016, p. 28).

Desta feita, diz-se que a linguagem é uma prática simbólica por sua ação transformadora, que envolve sujeitos e realidade, e perpassa pela relação desse sujeito com o Estado, bem como as formas com que ele se relaciona com a sociedade em que se encontra inscrito. Assim, como bem nos ensina Orlandi (2007b), o sujeito se relaciona com todas as suas práticas em sociedade.

Estando a língua sujeita a equívocos, ela passa a se inscrever na história objetivando a produção de sentidos e de discursividades, que por consequência, passam a se caracterizar a partir das posições-sujeito que ocupam e a partir da constituição dos mesmos em formações discursivas diferentes. Tais posições discursivas adversas definem-se a partir daquilo que os sujeitos possam dizer em determinadas situações, refletindo assim em seus discursos as suas as formações ideológicas (MEDIS, 2016).

Com base na formação ideológica, passamos a compreender então, a Plataforma da Agenda 2030, por meio de sua materialidade gráfica, bem como por meio da interatividade disponibilizada para se educar em relação ao ambiente, como um efeito de “cartilha” – como um efeito de cartilha para a educação ambiental; para a educação na vida terrestre.

As cartilhas são tomadas, pois, como objetos discursivos que, em condições de produção próprias de uma conjuntura sócio histórica dada, estabelecem uma relação determinada entre história, sujeito e conhecimento. Elas produzem e trabalham uma textualidade, retomando e construindo espaços de memória em que estão presentes as cartilhas de alfabetização, através das quais se estabelecem as primeiras relações de um sujeito urbano escolarizado com a escrita, com a leitura, com a interpretação (SILVA; PFEIFER, 2014, p. 89).

Gomes e Mendes (2012), afirmam que nas cartilhas educativas de cunho ambiental sempre existe uma tentativa de aproximação por meio de uso de recursos gráficos e midiáticos que permitam a didatização das informações. Nesse caso, a Plataforma da Agenda 2030 (enquanto cartilha de educação ambiental) vem utilizando-se de vários vídeos explicativos de seu conteúdo.

Por meio de um simples toque no ícone “*play*” no centro da tela, o sujeito leitor dessa “cartilha” ambiental é direcionado para a história da Agenda 2030, de como a mesma se originou, como se constituiu; é direcionado para a identificação e conceituação do que são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, sobre a descrição de cada um dos 17 objetivos elencados.

A legitimidade desses vídeos (desses arquivos) está na originalidade dos mesmos, pois são em inglês, sendo traduzidos por meio de legendas. Mais uma vez compreendemos um discurso de poder e autoridade da ONU (dos Estados Unidos), conservando e mostrando que estão no comando. Produz efeitos de sentidos de originalidade e de “colonização”, pois por meio de legendas não só permite que os sujeitos que acessam a plataforma se informem, mas acima de tudo, enunciam a sua inferioridade em precisar de legendas para compreender as mensagens e o conteúdo dos vídeos – considerando que não compreendem ou não dominem a língua mundializada.

Ao mesmo tempo que o sentido de “legenda” se desliza para permissão de acesso ao conteúdo da plataforma (e da Agenda), desloca-se para a condição de “deseducação” e “desigualdade” em não compreender uma língua que seja

considerada como mundializada. O fato de não compreender o inglês e ter que fazer uso da legenda já seria uma condição ou uma separação/segregação entre aqueles que fazem parte da cúpula (os dominadores, os que controlam o consumo) e aqueles que são excluídos do poder (os dominados, os seduzidos a consumir).

Os vídeos utilizam-se de sequências de imagens e de sons convidativos à explanação dada em seu conteúdo e formato. Além de estarem inseridos na plataforma, também estão disponíveis para acesso direto no *Youtube*. Entretanto, nesse canal, existe uma versão dublada dos vídeos. A dublagem, no caso, produz os mesmos efeitos de sentidos produzidos pela legenda.

Os vídeos representam uma forma de redução, de síntese e fechamento de todo o conteúdo disponível na plataforma, para os leitores que preferem fazer uso desse tipo de mídia, e um complemento para aqueles que buscam mais informações e cientificidade sobre o tema. Assim, os vídeos modernizam a “cartilha” da educação ambiental, na qual está inscrita a referida plataforma.

Os vídeos são compreensíveis para os sujeitos de todas as idades e níveis de escolaridade (e não só para especialistas em causas ambientais). Promovem um discurso persuasivo, pois dirigem-se diretamente aos seus leitores, falando a um e a todos ao mesmo tempo. Em seu sentido didático, convidam o sujeito à participação da construção de um mundo melhor; em seu sentido jurídico, intimidam-no à mudança de comportamentos e atitudes. Um movimento de envolvimento para promoção de políticas públicas atuais.

Assim, retomando o discurso de pedagogização da Plataforma Agenda 2030, percebemos o seu discurso educacional (ambiental) circulando por meio de materialidades didáticas ativas; por meio de, por exemplo, vídeos institucionais (dotado de cientificidade) para explicar o que é a Agenda 2030 e o que são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, onde as leis da informatividade, do interesse e da utilidade são colocadas em funcionamento – como mostrado pelo Recorte 4.



Recorte 4 – Vídeos institucionais

Abarcados pelo processo descritivo que desencadeia a interpretação, observamos que ambos os vídeos trabalham com um jogo de cores e um excesso de informações produzidas pelos jogos de cores. Nos mesmos, o desenvolvimento sustentável é propagado de formas diferentes.

No primeiro vídeo, os símbolos/ícones dos 17 ODS constituem uma faixa de luz, que simboliza um “muro urbano”, como uma forma de “pichação” ou “*outdoor* eletrônico”. Esse mesmo *outdoor* eletrônico utiliza-se da parede lateral de um “arranha céu” – um edifício alto, cheio de janelas e que se caracteriza como um edifício comercial comum em grandes centros urbanos ou metrópoles. Esse muro urbano ou esse *outdoor* eletrônico produzem efeitos de sentidos de que os ODS estão em todo

lugar, por toda parte e devem ser fixados e lembrados e devem reger e reger cidadãos (consumidores sustentáveis) e manter corporações.

No segundo vídeo, temos o número 2030 frisando o prazo estipulado pela ONU para que o “plano de ação global para mudar o mundo” não seja esquecido ou silenciado por meio dos ODS que, de maneira colorida e didática, vem ornamentar o número. Esse ornamento é caracterizado por meio de cidadãos ativos, “construindo”, “consertando”, “produzindo” e “preservando”, em uma ideia de movimento em busca da promoção do desenvolvimento sustentável. É uma junção de sujeitos inseridos e ativos aos ODS.

Nos vídeos, as opções de “assistir mais tarde” ou “compartilhar” produzem efeitos de sentidos de “agendamento do saber” ou de “adquirir uma informação” para usar posteriormente, quando necessário para se (re)educar ou para educar e informar a outro. É o funcionamento explícito da “informatividade”, do “interesse” e da “utilidade”, por meio de uma cientificidade.

Identificando, apresentando e descrevendo (e não nos livrando da interpretação de) o Recorte 5 (e, ainda, não deixando de considerar o Recorte 4 – com os vídeos, enquanto recurso didático metodológico, enquanto uma proposta de metodologia ativa do processo de ensino-aprendizagem; do processo de educação), percebemos rapidamente o efeito de pedagogização produzido.

As metodologias ativas têm como base propostas que se fundamentam em desenvolver processos de aprendizagem que se utilizam de experiências reais ou simuladas, com vistas a propor soluções eficientes, resolução de desafios e práticas sociais em diversos contextos de ensino (BORGES; ALENCAR, 2014).



Recorte 5 – Efeito de pedagogização da (cartilha) Plataforma Agenda 2030

Na sequência, após a “capa” já identificada pelo Recorte 2, anteriormente, temos uma tela com o enunciado central “Conheça a Agenda 2030” em primeiro plano, acompanhado de seu complemento ou subtítulo “Conheça o plano global para mudar o mundo até 2030”, e em segundo plano a imagem do primeiro ODS – só que dessa vez não desfocado (ou com aparência da marca d’água), bem nítido e colorido. Um efeito de evidenciação produzido a partir do convite para se conhecer a Agenda 2030 e seu plano de ação global. O fato do leitor da cartilha já poder conhecer o seu conteúdo, já permite que o mesmo veja tudo com mais clareza (um jogo metafórico, auxiliado pelo recurso de imagens e materialidades lúdicas dos efeitos produzidos pelo enunciado).

O convite principal para a leitura da cartilha (das informações ambientais que fornecerão o processo de uma educação/alfabetização ambiental) se dá por meio do enunciado “Conheça a agenda 2030” – escrito em branco, com letra em tamanho maior, se comparado aos demais enunciados da página. Assim, o convite “conheça” pode ser parafraseado como “acesse para saber”.

O segundo convite, um efeito de progressão do primeiro, se dá pela explicação de um convite para conhecer “o plano de ação global para mudar o mundo até 2030”, escrito em branco, com letra em tamanho menor – um enunciado vago.

Um plano de “ação global” seria um plano de ação do “globo”? Quem seria esse globo? Quem estaria aí incluído para mudar o mundo? O que seria “mudar o mundo”? Seria melhorar as condições do mundo ou melhorar as condições da vida terrestre?

Um “plano de ação” seria uma receita de papel, mas que para nada ser feito, a considerar o efeito surreal e irrealizável. Uma adesão à vaguidão, pois aplaca a consciência de alguém ao ponto que imputa a responsabilidade a todos. Seria, como trazido pela nossa epígrafe, um plano de “vai precisar de todo mundo”, onde “um mais um é sempre mais que dois”?

Retomando, o efeito de pedagogização está no fato de que, por meio de um simples clique, você tem acesso a um “plano de ação”, que se desloca para o sentido de acesso a uma “cartilha” para a promoção da educação ambiental, que pode ser compreendida pela seguinte família parafrástica:

Conheça a Agenda 2030

Conheça o plano de ação global para mudar o mundo até 2030

Conheça o “passo a passo” de ação global para mudar o mundo até 2030
Conheça o “passo a passo” para acelerar as transformações da Agenda 2030 no Brasil

Percebemos o discurso pedagógico educacional da plataforma, ao passo que em seus enunciados circulam a formulação de sociedades socialmente justas, em responsabilidades nacionais (“no Brasil”) e planetárias (“o mundo”). A tensão que há entre noções de individualidade (“acelerar as transformações da Agenda 2030 no Brasil”) e coletividade (“o plano de ação global para mudar o mundo até 2030”) está na contradição constitutiva dessa relação (podendo ser algo bem conflituoso).

Nesse jogo metafórico, os sentidos de “individualidade” e de “coletividade”, “local” e “planetário” são produzidos nos enunciados.

Local e planetário, natureza e universo, meio ambiente, essas são referências diretas ao espaço/mundo. A noção de espaço muitas vezes está relacionada com a ideia de coletivo, de ambiente comum, onde ocorrem as relações dos seres humanos, num entendimento de vínculo constitutivo (LUCA; LAGAZZI, 2016, p. 645).

Além disso, de acordo com Silva (2016b), nas cartilhas, uma série de enunciados vai construindo os sentidos de conhecimento científico – tais como: “Conheça a Agenda 2030” e “Conheça o plano de ação global para mudar o mundo até 2030”. Percebemos que esses enunciados se utilizam de verbos no imperativo; como uma forma de “ordem” por parte daquele que ensina (a plataforma), para aquele que aprende (o leitor da cartilha). Os enunciados dirigem-se a um tu/você: os verbos são apresentados, como se vê, conjugados, marcando-se a segunda pessoa do discurso (singular). Um discurso pedagógico educativo preenche de sentido esse enunciado, que remete a um repensar sobre a utilização dos recursos naturais; a um repensar sobre a educação ambiental.

Silva (2014) vem observando um robusto imaginário no termo cartilha, circulando repetidamente na sociedade. Como diz Pêcheux (2008), todo processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias que dizem respeito aos interlocutores, mas também ao referente, o que significa dizer que a cartilha aqui é tomada como um objeto imaginário, distinto do material didático empírico, e que os interlocutores, enquanto posições de sujeito relacionam-se e apropriam-se da cartilha nesse espaço-tempo das formações imaginárias. Não são os indivíduos empíricos, pois, que funcionam nos processos discursivos, mas suas imagens que resultam de

projeções e que irão constituir as posições de sujeito. Esse mecanismo produz também as representações imaginárias do referente em um processo de “subjetivação, individuação e de identificação”. A cartilha, em sua materialidade, constitui-se em um dispositivo estruturante da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem.

Pensando a cartilha enquanto plataforma (e vice-versa), concordamos com Dias (2013), que a relação entre linguagem e tecnologia é não direta, referencial; ademais, o uso das novas plataformas digitais tomadas como meros instrumentos, no sentido pragmático, como ferramenta aplicada à educação, podem reduzir o trabalho de produção de conhecimento ao nível do utilitário. Por conseguinte, consideramos a linguagem na relação com a tecnologia, numa abordagem discursiva, enquanto uma relação de sentidos possíveis, que venha romper com as evidências produzidas na sociedade contemporânea. Em seus estudos sobre a compreensão da discursividade da Educação na sua relação com as plataformas digitais e o sujeito, a autora entendeu que o processo histórico de identificação do sujeito a uma formação discursiva, a uma região de sentidos se dá por meio da evidência do sentido.

Assim, a partir das ponderações de Silva (2014) e de Dias (2013), trouxemos na análise do Recorte 6 (que segue), o processo de individuação do sujeito leitor, como sujeito cidadão, nos textos/enunciados da Plataforma da Agenda 2030. O recorte trazido faz parte do conteúdo explicativo que aparece bem abaixo, se rolarmos a página da tela exibida pelo Recorte 5 – ou seja, a partir do texto produzido, que busca explicar o enunciado “Conheça a Agenda 2030 – Conheça o plano de ação global para mudar o mundo até 2030”.

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro.

Este é um plano para governos, sociedade, empresas, academia e para você.

Recorte 6 – O processo de individuação

A princípio, podemos segmentar o referido recorte em seus objetos ideológicos: “plano de ação” (que plano? Para quê?), “para as pessoas” (que pessoas? Empregados? Trabalhadores? Administradores de empresas?), “planeta” (qual?), “prosperidade” (o que é? É futuro?), “paz universal” (o que é? É possível? Como?), “vida digna”, “parceria global” (com quem? Entre quem? Entre pessoas? Entre organizações?), objetivos e metas claras (como? De que forma? São transparentes ou são opacos?), “escolhas necessárias”, “para melhorar a vida das pessoas”, “para você” (quem é você? São os sujeitos leitores da plataforma? Os sujeitos consumidores? Aqueles que têm acesso ao consumo?).

Percebemos nesses enunciados uma “mundialização do *nonsense*” (pela língua de algodão) (NOGUEIRA, 2015), de “falhas”, de “vagueza”, de “apagamento” e de “pressupostos” (como um mundo melhor para todos; um “consenso”) pela língua de vento.

Sabemos, então, que a língua não é indiferente ao modo de como a sociedade se organiza (não é indiferente às classes sociais; às lutas de classes). Tem aí uma questão da materialidade linguística em funcionamento, que é a língua de algodão, a língua de vento e língua de madeira. De acordo com Nogueira (2015, p. 277), “todas essas línguas: de madeira, de vento, de algodão tendem, na verdade, a apagar a materialidade da língua”.

Gadet e Pêcheux (2004) nos ensinam que a língua de vento é sempre fluídica, rápida e oposta à língua de madeira (uma língua do Direito e da Política). Entretanto, em pesquisas recentes são comprovadas as relações entre essas das línguas:

Em todas as esferas da atividade humana vêm ocorrendo transformações muito rápidas, desaguando num estágio denominado de “pós-modernidade”, designação tão imprecisa quanto controversa. O fato é que vivemos numa sociedade do espetáculo, sob a primazia das imagens, da fala breve, [...] que, cada vez mais, se utiliza de estratégias [...], materializadas nos textos (verbais, imagéticos e/ou híbridos), das mais variadas formas, não ocorrem em todos os momentos, em todos os lugares da mesma maneira. Em diferentes condições sócio históricas, as “línguas de madeira” relacionam-se com as “línguas de vento” de formas distintas (GRANGEIRO, 2008, p.1).

“Este é um plano para governos, sociedade, empresas, academia e você” – um enunciado com efeitos de sentidos de publicização, de propaganda da Agenda 2030; um imperativo publicitário – o funcionamento de uma língua de vento. Nogueira (2015, p.276) nos aponta, ainda, que essa língua vem permitir “à classe no poder exercer

sua maestria, sem mestre aparente, não servindo nem mesmo a seu mestre” – como compreendemos que aconteça na Plataforma da Agenda 2030, onde a ONU representante de interesses da sociedade não aparenta ser a representante de interesses de grandes corporações americanas.

Grangeiro (2008) levanta a hipótese de não haver dicotomia entre as línguas de vento e de madeira; haja vista que ambas se constituem de formas breves, parágrafos curtos, frases de efeito. O que as difere seria a forma mais fluida da língua de vento (entretanto, não mais inocente) da língua de madeira e justifica:

[...] visto que as questões de interesse do povo não são discursivizadas, são silenciadas, transformando assim a “fala política” num “diálogo de surdos” entre seus interlocutores mais imediatos, quais sejam: “o povo”, “os eleitores” e os seus mais variados “porta-vozes” e/ou pretensos governantes. É possível que essa língua de vento da Política ou essa política da “língua de vento” que ocorre, por meio, por exemplo, do silenciamento de determinados temas e de outros mecanismos seja uma outra forma de manifestação da língua de madeira, visto que, de uma ou outra forma, “as falas políticas”, as questões concernentes à cidade, às pessoas, continuam inacessíveis ao “povo”, não são discursivizadas (GRANGEIRO, 2008, p.9).

Além disso, na repetição de “para as pessoas” (e o planeta e a prosperidade), “para que todos os países”, “para governo, sociedades, empresa e academia” e “para você” compreendemos um estereótipo do *nonsense*, o funcionamento da língua de algodão, que segundo Nogueira (2015, p. 276), “tem resposta para tudo porque ela não enuncia nada. É uma língua de poder, consensual por excelência”. E, a autora continua dizendo que essa língua vem caracterizar “o funcionamento paradoxal de que ao mesmo tempo em que se tem um esvaziamento de sentidos, se tem uma saturação de sentidos. É tudo e nada ao mesmo tempo” (p. 277).

Do recorte, segmentamos (ainda) para análises “um plano de ação para as pessoas, o planeta”, “um plano de ação para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro” e “este é um plano para governos, sociedade, empresas, academia e para **você**”

Pensando nesse ‘você’ enfatizado no recorte por meio de um sublinhamento, constituímos assim, com base nas metáforas do dizer, uma nova família parafrástica, a partir do processo de individuação (da educação ambiental):

Plano de ação

Plano de educação ambiental

Plano de ação para as pessoas
Plano de educação ambiental para as pessoas
Um plano de ação para você
Um plano de educação ambiental para você
Ainda,
Um plano de ação para as pessoas
Um plano de ação para você
Então,
Um plano de ação para o planeta
Um plano para (todos) nós

As formações discursivas são compostas pelas memórias do dizer, pelos esquecimentos sendo da ordem segunda (enunciação), ou sendo da primeira (ideológica). A formação discursiva se constitui na relação com o interdiscurso, representando no dizer as formações ideológicas. Assim, o lugar do sentido, do sujeito e da metáfora, é função da interpretação, espaço da ideologia (ORLANDI, 1996). Assim, quando se diz algo, esse dizer poderia ser dito de diferentes formas, compondo assim famílias parafrásticas. Afetando o sujeito e o fazendo ter uma noção ilusória que aquele dito é inédito, sendo que está de alguma forma presente na memória discursiva.

No enunciado “um plano para governos, sociedade, empresas, academia e você”, (onde o você está bem identificado no texto, por meio do grifo/negrito/itálico produzido pela própria plataforma) desenvolve-se, pois, um processo complexo de assujeitamento, de individuação desse sujeito urbano àquele “analfabeto na educação ambiental” – que passará, por meio da plataforma (enquanto cartilha) a cumprir um plano (de alfabetização ambiental) que irá trazer melhoria para a vida das pessoas. Evidencia o sentido de ser ele, exatamente ele, aquele que será responsável por essa construção de um mundo melhor; responsável por colocar o “plano” em prática.

“Para você” já traz indícios da responsabilização (ou de uma culpa); uma tentativa de dividir uma “conta” sendo que nem todos “devem” (ou consumiram). Nesse enunciado, a publicização da Agenda está relacionada com “o esquivar da responsabilidade” de algumas pessoas, haja vista esse “você” anônimo, geral e

universal, mas que ao mesmo tempo ninguém sabe bem quem é. Quem é esse “você”? Quem poderá/deverá ser responsabilizado (ou culpado)?

Nesse processo de individuação do sujeito, independentemente de a quem a cartilha se dirija (cidadão comum, gestor público, empresário, pesquisadores e estudiosos), todos devem ocupar a posição sujeito a ser educado, um lugar definido em uma determinada formação social. Percebemos aí o funcionamento de uma discursividade, apagando ‘as dissimetrias e dissimilaridades entre os agentes do sistema de produção’, de uma forma implícita, a partir do sujeito convidado a um consumo consciente. Essas questões indicam que não se trata de uma situação de comunicação entre o autor e o leitor dessa cartilha; não se trata de uma transmissão de informação, mas de um efeito de sentidos entre os interlocutores, de um discurso em funcionamento em sua relação com a exterioridade também discursiva.

“Para as pessoas” e “das pessoas” como uma forma generalizada e, portanto, interdita do sentido político e simbólico dos sujeitos que a constituem, nas suas mais diversas práticas cotidianas de existência, é redita na textualização da Cartilha enquanto um conjunto de indivíduos que precisam mudar seu comportamento, sendo responsáveis pelas consequências dos mesmos.

O cumprimento do plano de ação seria uma forma de aproximação do homem a um mundo melhor para todos. Há dicotomias: homem/mundo melhor e comportamento e responsabilidade. Um discurso que vem individualizar as formas de apropriação/significação do espaço onde se insere, apagando as contradições próprias às relações de força e de sentido, às condições materiais de existência, aos modos e meios de produção (SILVA; PFEIFFER, 2014). Tal discurso, como formulado por Orlandi (2003), apaga e evita, conseqüentemente, a necessidade das mudanças de estrutura. Tal discurso vem explorar em menor proporção os processos/relações e em maior proporção as consequências/resultados. Vem esvaziar o social enquanto estruturante, onde seus efeitos deslizam para o indivíduo. O meio ambiente, as mudanças climáticas, nessa discursividade, significam a natureza respondendo ao homem por sua má ação, uma resposta moral – um castigo.

Ainda o “plano de ação para pessoas”, “para governos, sociedade, empresas, academia e para você” pode ser compreendido como um “conjunto de informações” contidos na plataforma. Mas, devemos considerar essas informações não da mesma forma em que estejam tomadas nas áreas de comunicação, mas sim uma informação re-significada – como nos apresenta Silva (2011).

Na plataforma, como “um plano de ações para as pessoas, para governos, sociedade, empresas, academia e para você”, as informações são re-significadas como informações educativas para sujeitos pragmáticos dotados de necessidades, sobre o que Pêcheux (2008) chama de “coisas-a-saber”. Assim, na plataforma há uma saturação de “coisas-a-saber” sobre a educação ambiental, produzidas a partir de um modo próprio de funcionamento da linguagem. “Coisas-a-saber” como informações para serem colocadas em prática para começar a se livrar desse “castigo”.

Por meio do seu recurso digital, as informações re-significadas na plataforma, quando combinadas, permitem a produção de “coisas-a-saber” (do meio ambiente; um plano de educação ambiental) como parte da sociedade de direito, constituída a partir do sujeito de espaço público, remetendo à ilusão de sujeitos autônomos, através da representação de sua livre escolha de quais informações se deseja ter.

Sabemos que sob o ponto de vista discursivo, a produção de sentidos “ligados às palavras” é um efeito ideológico e a língua é o lugar em que se pode observar o funcionamento discursivo, a constituição dos sentidos que se dá na relação entre linguagem e ideologia. Segundo Orlandi (2015, p. 45), “o sujeito se constitui por uma interpelação – que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva”. Por formação discursiva, entendemos ser aquilo que, em uma formação ideológica dada, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, “determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 147). E a ideologia representa o efeito de completude e de evidência dos sentidos, sustentado na sua institucionalização, na sua inscrição na memória discursiva.

A partir dessas considerações, a respeito da relação entre plataforma (enquanto cartilha e educação ambiental) e cidadão, consideramos que a Plataforma Agenda 2030 produz um discurso pedagógico educacional. E, segundo Silva e Pfeiffer (2014), o trabalho pedagógico de educação de comportamentos é uma constante.

Assim, acreditamos, ainda, que esse discurso pedagógico se sustente pela proposta emergente de uma educação ambiental, pela proposta de uma educação ao desenvolvimento sustentável – mas, que serão tratados em demais capítulos, com detalhes.

Contudo, sabemos que a educação ambiental e a educação ao desenvolvimento sustentável são temáticas que extrapolam o discurso educacional e se determinam, também, de um modo singular de pertencimento ao Estado: uma pedagogização que passa a ser jurídica para a vida em sociedade. Uma

pedagogização que trabalha a formação (comportamental) do cidadão em um processo contínuo de aperfeiçoamento do conhecimento (no caso, ambiental). Assim, por meio de cartilhas pedagógicas educacionais, ou até mesmo jurídicas, passamos a produzir respostas às “demandas da sociedade e do meio ambiente”, por meio de instrumentos e tecnologias, que passam a legislar a matéria a saber (que no caso, a matéria do Direito Ambiental a se fazer cumprir), com vistas à conformação, a adaptação e a reprodução de “comportamentos ideais e de relações socioambientais recomendáveis” – efeitos de sentidos que a própria cartilha produz.

Mas que demandas seriam essas? Que demandas funcionariam aí como um pré-construído? A Agenda (ou a cartilha da Agenda) seria uma resposta?

Compreendemos que seja a cartilha, na verdade, que ao mesmo tempo em que se coloca prescrevendo, vem formular ou faz com que essas “demandas” apareçam como um “pré-construído” (ou um efeito de pré-construído). A formulação da cartilha é devido à suposição de que existe uma demanda anterior.

As “cartilhas” (que no caso, as plataformas digitais) passam então a servir às políticas públicas do Estado, buscando a compreensão do funcionamento do discurso de divulgação de conhecimentos científicos na sociedade, observando como as relações entre ciências e ideologia se dão, e observando o modo pelo qual o Estado passa a se apropriar desses conhecimentos, iniciando uma das formas de disciplinarização dos cidadãos, própria à injunção da forma-sujeito jurídica. “As cartilhas têm, portanto, esse caráter de se constituírem enquanto uma forma de capacitar as populações a se adequarem à legalidade ambiental” (SILVA, 2010, p. 26).

Assim, na textualidade das relações entre ações humanas e impactos profundos na vida do planeta, entre comportamento do homem e responsabilidade com o meio ambiente encontramos regularidades que sustentam tais dicotomias:

[...] o homem (que não faz parte da natureza, nem do meio ambiente, portanto) é o responsável por ações que deterioram esta natureza, agindo sobre o meio ambiente, impactando os recursos naturais. Nesta discursividade, o homem não é um recurso, mas o responsável por afetar os recursos, porque promove alterações profundas na vida do planeta. Desta posição discursiva, ‘planeta’ é um objeto natural, assim designado por um discurso científico, que o neutraliza politicamente. As alterações, desse lugar discursivo acarretam na degradação ambiental, colocando em risco o futuro da natureza e, conseqüentemente, por dependência, do homem que consome cada vez mais (SILVA; PFEIFFER, 2014, p 97).

Assim, para não arriscar “o futuro”, demandaria-se nos dias de hoje uma reformulação nas condições e relações existentes entre homens e natureza, por formas que se transponham às ordens soberanas nacionais, tirando os homens do centro dos territórios enquanto sujeitos políticos e vinculados ao Estado e, assim colocando-os na condição de indivíduos que devam se comportar de uma nova forma, com mais responsabilidade ambiental e que se relacione melhor com todas as formas de vida terrestre. Para isso, diversas são as formas de disponibilizações de conhecimentos pedagógicos e jurídicos de “coisas a saber” (próprias de uma formação discursiva neoliberal – a responsabilização individual), principalmente aquelas que se fundamentam na relação do trinômio Ciência/Estado/Sociedade (SILVA; PFEIFFER, 2014).

Das “coisas a saber”, o foco na Agenda 2030, propagado na plataforma, vem sendo a polêmica de como os ODS possam ser implantados.

[...] é realmente difícil mudar os paradigmas do desenvolvimento, ainda substancialmente dominado pelo econômico sobre o social e ecológico. Por isso, qualquer análise contundente sobre os ODS deve ter por premissa que, mesmo não sendo o ideal para resolver os graves problemas mundiais, representam um acordo não legalizado, o consenso possível, entre países – diversos em suas culturas, crenças, capacidades econômicas e relações de poder – no sentido de acomodar a disputa primordial entre os interesses públicos e privados. [...] do contrário, o utilitarismo neoliberal, que tenciona as negociações do Financiamento para o Desenvolvimento, seguirá impedindo a efetiva implementação dos ODS e a pactuação com processos nacionais que incluam múltiplas vozes (principalmente as das populações vulneráveis e marginalizadas) e que estabeleçam mecanismos transparentes para avaliação das ações nos territórios (CARTA CAPITAL, 2015, p.1).

Suspendemos a evidência que se constrói em torno do “futuro”, que acaba por apagar (apagamento político fundamental das políticas públicas) o presente, o aqui e o agora. Compreendemos que projetar o futuro permite apagar as relações sócio-histórico-ideológicas que configuram as práticas humanas. Falamos em práticas justamente pela impossibilidade de separar o homem da natureza, do meio ambiente, dos recursos naturais. Falamos em gestos de interpretação que se filiam ao discurso jurídico.

Muito embora tenha se criado uma legislação específica, a mesma vem como imposição legal, que institui uma nova ordem discursiva (dessa prática). Conhecimentos jurídicos vêm significar normatizações das práticas do espaço

ambiental. É desse conhecimento jurídico – do Direito Ambiental – que trataremos no próximo capítulo.

5 O DIREITO AMBIENTAL E SEUS PRINCÍPIOS (JURÍDICOS-EDUCATIVOS-RELIGIOSOS) NA E PARA A AGENDA 2030

Uma inquietação que permanece é saber se a educação ambiental, por si só, como um discurso da Plataforma da Agenda 2030, seria capaz de colocar em circulação elementos (conhecimento/informação) capazes de produzir um “comprometimento” do cidadão para com o meio ambiente?

Registramos que por “comprometimento”, em suas bases metafóricas, poderíamos significar “responsabilidades” e “deveres e direitos” do cidadão para com o meio ambiente – uma forma histórica do sujeito no capitalismo.

Compreendemos anteriormente que, no contexto mundial, a educação ambiental é ampliada para uma “educação socioambiental” ou “educação para/pela cidadania”. Esses elementos funcionam como “representação política” no sentido de um engajamento: “vamos tomar partido pela causa ambiental”. Compreendemos, ainda, que o enunciado da “responsabilidade socioambiental” é hoje difundido, repetidamente. É uma forma do já dito ou de uma paráfrase que circula na sociedade de que “somos todos responsáveis pela sobrevivência do planeta”.

Tal enunciado poderia, a meu ver, ter sua “origem” no contexto de uma reunião internacional de chefes de Estado, na ONU, ou outra organização internacional. Mas esse enunciado é reportado aos próprios cidadãos nos diferentes Estados, e somos todos, através dele, interpelados individualmente enquanto cidadãos mundializados, em uma mesma responsabilização (SILVA, 2011, p. 566).

No momento histórico atual, o meio ambiente constitui-se em ponto de convergência, canalizando um grande investimento político ideológico para a sociedade dita democrática. E a EA vem mostrando-se como uma evidência, impondo a necessidade de meios institucionais produzirem consenso na sociedade, como uma forma de convocação emergente para o salvamento do planeta, a começar pela proposta da Plataforma da Agenda 2030 de “acelerar as transformações” – o funcionamento de uma imposição de que “acelerar as nossas responsáveis pela sobrevivência do planeta”; de “acelerar os nossos deveres para o salvamento do planeta”.

A EA vem sendo compreendida como toda e qualquer ação educativa que passe a contribuir para a formação de um cidadão mais consciente em relação à preservação do meio ambiente; à formação de um cidadão apto a tomar decisões coletivas que envolvem ações relacionadas ao desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável.

Assim, considerando as responsabilidades, os deveres e os direitos dos cidadãos para com o meio ambiente, e como condições de produção para o sexto e o sétimo capítulos, trouxemos brevemente a noção de Direito Ambiental nesse capítulo, onde trabalhamos ainda alguns de seus princípios como dispositivos do seu funcionamento junto à proposta de educar-se ambientalmente e de fazer cumprir a demanda pela tutela jurídica por meio de responsabilidade civil.

Gadet e Hak (2014, p. 182) definiram as condições de produção como as “determinações que caracterizam um processo discursivo, sejam as características múltiplas de uma situação concreta, que conduz à produção, no sentido linguístico ou psicolinguístico, da superfície linguística de um discurso empírico concreto.

Ferreira (2001), tomando como base ou em um desdobramento do que abordam Gadet e Hak (2014), também discorre sobre o assunto ao defender que:

[...] as condições de produção são responsáveis pelo estabelecimento das relações de força no interior do discurso e mantêm com a linguagem uma relação necessária, constituindo com ela o sentido do texto. As condições de produção fazem parte da exterioridade linguística e podem ser agrupadas em condições de produção em sentido estrito (circunstâncias de enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico) (FERREIRA, 2001, p. 13).

Não podemos deixar de mencionar a ponderação de Orlandi (2015) acerca das condições de produção e sua importância para a produção de discursos:

As condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso [...]. Podemos considerar as condições de produção no sentido estrito e temos as circunstâncias de enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos no sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio histórico, ideológico (ORLANDI, 2015, p. 30-31).

Para a mesma autora, a interpretação é sempre regida por condições de produção (ORLANDI, 1994). O que temos, então, são possibilidades de sentidos, efeitos, evidências que vão modificar conforme as condições de produção, posição

sujeito leitor, momento histórico, etc. Assim, percebemos a inexistência da verdade, considerando que cada contexto permitirá a circulação de determinados discursos a serem tomados como verdade. Entretanto, em outros contextos (distintos), com outras formações ideológicas, a verdade passa a ser outra. Por meio dessas ‘pontas soltas’ no discurso que os analistas têm a permissão de obterem determinadas conclusões a respeito (ou na) de uma dada verdade.

Seguimos então, considerando que, “o meio ambiente é o meio e o berço para que haja todas as espécies de vida, proporcionando equilíbrio entre os ecossistemas” (RODRIGUES; BERTOLI, 2009, p. 4), justifica-se sua abordagem, sua importância e os cuidados a dedicar-lhe nos dias de hoje.

O crescimento populacional, e a desigualdade social contribuíram para a degradação ambiental, à medida que a falta de consciência dos países em desenvolvimento, que procuram o crescimento a qualquer custo, atingiu o meio ambiente sem as devidas cautelas e sem se importar com as consequências nele produzidas. Também nos desenvolvidos, considerados de primeiro mundo, utilizando-se de técnicas modernas, acabam poluindo o meio onde vivemos, sem, contudo, reparar o dano e isso ocorre para manter a economia estável (RODRIGUES; BERTOLI, 2009, p.3).

A presença do ser humano, no planeta, influenciou gradativamente o equilíbrio do meio ambiente, à medida em que passou a necessitar a explorar a natureza para abrigar-se ou para alimentar-se. O que partiu de uma necessidade vital, acarretou no decorrer do tempo, em uso sem consciência e, automaticamente, em desequilíbrio do meio. Sem dúvidas, o avanço tecnológico foi um dos principais causadores de tanta poluição; se por um lado esse marco facilitou a vida da humanidade, por outro colaborou para os prejuízos causados em seu entorno e, por consequência, na qualidade de vida.

Nos últimos anos, o aceleração da degradação ambiental começou a chamar a atenção da sociedade, pois o que pensava-se ser inesgotável, começou a faltar ou a causar impactos diretos no meio ambiente. Guerra, vazamento de usina nuclear e de petroleiro, fábrica de móveis, indústria, escapamento do carro e chaminé, descarga de fábrica são registros frequentes de danos ao meio ambiente – a fauna marítima, fluvial e lacustre, as reservas florestais, ao ar atmosférico, colocando terra, mar e ar, em vias de colapso total; sem contar o crescimento populacional exacerbado.

A questão ambiental tem sido tema de debates em diversos eventos internacionais, como as conferências da ONU, ocorridas em Estocolmo (1972), Tbilisi

(1977), Rio de Janeiro (1992), Thessaloniki (1997), Johannesburgo (2002), Rio de Janeiro (2012) e Nova York (2015). A necessidade de revisar a relação homem-ambiente tem ganhado atenção dos governantes, da iniciativa privada, da comunidade científica, da mídia e da sociedade civil.

A demanda pelos cuidados e tutelas especiais com o meio ambiente vem sendo pauta constante de discussões da temática ambiental em todo o cenário mundial entre áreas competentes. Toda a degradação apurada é resultante da exploração desenfreada do ambiente pelo homem por diversos séculos, tendo emergindo consciência dessas ações somente nos dias de hoje, a partir da percepção dos danos causados e dos impactos que vem sendo causados para a sociedade. Assim, na atualidade, inúmeras são as propostas de explorações sustentáveis e para a preservação do meio ambiente, onde a AGENDA 2030 vem representar a culminância de tais propostas – uma forma de educação ambiental.

A sobrevivência humana sempre esteve ligada ao meio natural. Mas com o padrão desenvolvimentista de acumulação e concentração de capital, verifica-se uma apropriação da natureza de forma inadequada, onde se retira dela muito além do necessário ao sustento humano em nome do capitalismo que só visa o lucro, provocando desequilíbrio na relação do homem com o meio natural, onde o processo de degradação tem aumentado cada vez mais, comprometendo a qualidade de vida da sociedade. Dessa maneira se faz necessário medidas urgentes em todo mundo quanto a uma conscientização das pessoas que a levem a gerar novos conceitos sobre a importância da preservação do meio ambiente no dia-dia, e a educação ambiental é uma ferramenta que contribuirá significativamente nesse processo de conscientização (MEDEIROS; RIBEIRO; FERREIRA, 2011, p.1).

Alguns estudiosos consideram que tal devastação não advém de agora, mas sim de muito antes, e que a mesma acompanha, na mesma intensidade e velocidade, o homem desde seu primórdio, até a presente data. Contudo, de acordo com Salles (2014), chegou-se ao tempo em que necessário se faz um consenso geral, ações imediatas do governo e da legislação para frear tal ação predatória da humanidade, já em plena destruição.

A conjuntura catastrófica vem servindo para alarmar os homens já condenados à morte, e para o chamamento de atenção para com a demanda de qualquer tipo de mudança em busca de sobrevivência em meio a esse ecossistema em desequilíbrio (do homem e de todas as formas de vida terrestres). Juridicamente, e não deixando de ser um processo também democrático, o artigo 225 da Constituição Federativa

(CF) de 1988 foi um passo à grande mudança e iniciativa em prol da garantia da qualidade de vida de todos os seres.

Algumas outras iniciativas antecederam o artigo 225 da CF de 1988, dando suporte para que esse referido artigo se culminasse como marco. Dentre eles, destacamos a proposta do movimento ecológico que se deu no início dos anos 60, como uma forma primeira de proteção ambiental em detrimento à degradação. Posteriormente, no início dos anos 80, pautado na herança da Conferência de Estocolmo de 1972, temos os primeiros passos legislativos para a promoção do meio ambiente, entrando em vigor a Política Nacional do Meio Ambiente, com a proposição da Lei nº 6.938/81, (visando a promoção de condições de vida em todas as suas formas) e da Lei nº 7.347/85 (propondo disciplinariedade na ação cívica pública enquanto instrumento processual de defesa do ambiente e de outros interesses).

Enquanto culminância legal, a CF de 88 cria um novo conceito jurídico para tutela do uso coletivo do ambiente, onde toda a sociedade passa a ser dona desse bem, que passou a ser protegido constitucionalmente.

Uma tentativa de proteção recai sobre a sociedade. Sob esta ótica, entende-se que a preservação de 'todas' as espécies de vida é necessária, uma vez que elas formam uma grande cadeia interligada, onde uns dependem dos outros, para que a vida humana continue a aflorar. Quando quebramos um elo desta corrente, fazemos com que haja um desequilíbrio, manifestado muitas vezes através das catástrofes (RODRIGUES; BERTOLI, 2009, p. 3).

Ainda, outro marco legal foi a Lei nº 9.605/98, que veio dispor de sanções penais e administrativas a serem aplicadas às condutas lesivas ao meio ambiente.

Dentre as diversas definições que circulam, o meio ambiente é definido nos dias de hoje, a partir da complexidade que o envolve – complexidade essa formada a partir de elementos naturais e culturais que interagem e influenciam no estilo de vida terrestre.

A definição de meio ambiente é ampla, pois entendemos que meio ambiente é tudo aquilo que nos circundam; entretanto, conforme o artigo 3º, inciso I, da Lei nº 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), entende-se por meio ambiente o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (GRANJA, 2012, p. 1).

No ano de 2002, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) veio lançar a Resolução n. 306/2002, cujo fim maior ocupou-se de auditorias ambientais,

conceituando o meio ambiente como o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 2002, p.1).

Alguns anos após tal resolução, um outro conceito de meio ambiente veio agregar a interação de elementos naturais, artificiais e culturais na proposta de busca de equilíbrio a partir de todas as formas possíveis e existentes de vida. Como nos interessa o meio ambiente físico (ou natural), esse veio a ser conceituado como o ambiente que se constituiu a partir do equilíbrio de recursos naturais e ecológicos (solo, ar, água, fauna e flora).

Meio ambiente natural, ou físico, constituído pelo solo, a água, o ar atmosférico, a flora, enfim, pela interação dos seres vivos e seu meio, onde se dá a correlação recíproca entre as espécies e as relações dessas com o ambiente físico que ocupam. É este o aspecto do meio ambiente que a Lei nº 6.938, de 31.8.1981, define, em seu artigo 3º, quando diz que, para os fins nela previstos, entende-se por meio ambiente o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (SILVA, 2009, p. 21)

O Direito Ambiental surgiu na metade do século XX com a necessidade de organizar as atividades humanas, pois as consequências começaram a ser sentidas, tendo por objetivo evitar impactos negativos sobre os recursos ambientais ou sobre o meio ambiente.

Direito ambiental nada mais é do que um complexo de princípios e normas reguladoras das atividades humanas que, direta ou indiretamente, possam afetar a higidez do meio ambiente, visando à sustentabilidade para as presentes e futuras gerações. Sendo o meio ambiente um assunto do interesse de todos, insere-se no rol dos bens tutelados pelo Poder Público (ou pelo Estado), com o objetivo de assegurar a sadia qualidade de vida.

A CF de 1988 trouxe, tanto implícita, quanto explicitamente questões ambientais. Implicitamente, podem ser encontradas na mesma, perante: artigo 5º, LXXIII; artigo 20, II; artigo 23, I, III, IV, VI, VII, XI; artigo 24, VI, VII e VIII; artigo 91, § 1º, III; artigo 129, III; artigo 170, VI; artigo 174, § 3º; artigo 200, VIII; artigo 216, V; artigo 220, § 3º, II; e artigo 231, § 1º (SILVA, 2009).

Como percebemos, então, existe uma difusão na natureza jurídica do meio ambiente, considerando que ele pertence a todos, de direito a todos os cidadãos, mesmo que não pertença a ninguém de maneira individualizada, como proposto pelo

referido artigo 225 da CF 88. Assim, esse conceito é considerado com o normativo, que vem embasando diversas outras leis a partir do ano de 1988, sendo ainda termos referentes para todas as formas possíveis de pacificação. Tal artigo constitucional vem associando o propósito de qualidade de vida subsidiado no equilíbrio do ambiente, sendo base ainda para os princípios do Direito Ambiental (ARAÚJO, 2011).

Assim, conceituamos o direito ambiental como uma especialização do direito administrativo que estuda as normas que tratam das relações do homem com o espaço que o envolve. “É o conjunto de normas que regem as relações humanas com o meio ambiente” (FRANCO; DALBOSCO, 2001, p.1).

Ainda, o Direito Ambiental pode ser conceituado como um complexo de “princípios e normas coercitivas reguladoras das atividades humanas que, direta ou indiretamente, possam afetar a sanidade do ambiente em sua dimensão global, visando à sua sustentabilidade para as presentes e futuras gerações” (MILARÉ, 2013, p. 255); um “sistema de normas jurídicas que, estabelecendo limitações ao direito de propriedade e ao direito de exploração econômica dos recursos da natureza, objetivam a preservação do meio ambiente com vistas à melhor qualidade da vida” (FREIRE, 2004, p. 24) e; “uma ciência nova, porém autônoma. Essa independência lhe é garantida porque o direito ambiental possui os seus próprios princípios diretores, presentes no artigo 225 da Constituição Federal” (FIORILLO, 2006, p. 26).

De forma simplista, importa saber que o direito ao meio ambiente é um direito fundamental de 3ª geração. Embora não esteja expressamente no rol do artigo 5º da CF, trata-se de um direito fundamental, positivado no artigo 225.

O Direito Ambiental objetiva tutelar o meio ambiente, garantindo que os ecossistemas sejam mantidos, garantindo e propiciando o bem-estar social e a segurança do equilíbrio ambiental, para que as gerações futuras continuem a usufruir dos recursos naturais.

Assim, o meio ambiente é um direito social do homem. E, sendo assim, o direito ambiental, que visa a conservação da vida, da diversidade de espécies e da capacidade de suporte do planeta Terra, dedica-se à garantia desse direito de gozo de futuras gerações (SÉGUIN, 2006).

Assim, por dano ambiental, relacionando-o à responsabilidade civil e à responsabilidade de reparação, entende-se como:

[...] o prejuízo causado a todos os recursos ambientais indispensáveis para a garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, provocando a degradação e conseqüentemente o desequilíbrio ecológico, sendo a pluralidade de vítimas a sua característica. O dano ambiental é a degradação e a alteração adversa das características do meio ambiente (GRANJA, 2012, p. 1).

Desse modo, quando o equilíbrio ecológico se afetar pelo resultado da degradação de recursos naturais, automaticamente, ocorre o dano ambiental. E, por conseqüência, o dano ambiental prejudica o direito de viver em um ambiente equilibrado ecologicamente – ou seja, prejudica o direito de viver, pois prejudica um bem comum (MILARÉ, 2013).

Quando o dano passa a prejudicar um bem comum, sua reparação não se finda com a reparação da natureza, mas estende-se pelo privo de sofrimento da coletividade – ou seja, pelo privo do bem-estar da qualidade de vida resultante do meio ambiente desequilibrado. O dano ambiental passa a comprometer várias vítimas.

E para a prevenção desses comprometimentos, o Direito Ambiental vem aplicar seus princípios (jurídico-educativos) gerais, sendo eles: da Prevenção, da Precaução, da Participação ou Princípio das Informações, da Ubiquidade ou da Cooperação entre Povos, do Desenvolvimento Sustentável, do Equilíbrio ou do Ambiente Ecologicamente Equilibrado e Democrático ou de Natureza Pública de Proteção Ambiental.

O Princípio da Prevenção se explica pela dificuldade ou pela impossibilidade de recuperação de certos danos causados ao meio ambiente, afetando então toda a sociedade. Por esse motivo, necessário seriam ações, atitudes e planejamentos de educação ambiental – um “plano de ações global para mudar o mundo” – para o apelo de consciência ecológica das comunidades em relação ao meio em seu entorno (DI CARLO, 2014). Cabe ao poder público a ação de punições com interesses em figurar como exemplos que desencorajem demais cidadãos à prática agressiva ao ambiente.

O Princípio da Precaução é, de conduta genérica, em prol de agressões que possam causar danos ao meio ambiente, considerados como de reparo improvável ou dificultado. Ocorre perante ameaças de danos irreversíveis e, portanto, demanda-se por ações de precaução e prevenção aos prejuízos e se caracteriza como aquele princípio que preconiza e sustenta o Direito Ambiental. Di Carlo (2014) nos recomenda que tal princípio seja aplicado em casos de incertezas científicas, funcionando como razão para adoções de ações preventivas à degradação do meio ambiente.

O Princípio da Participação ou Princípio das Informações refere-se às ações de informatização da coletividade acerca de seu estado de direito, com fins de mantê-la atualizada sobre potenciais causadores de poluição/degradação ambiental. Como nos informa Di Carlo (2014), esse princípio representa a proposta de educação ambiental por meio da informação ambiental; informação essa que vem promover conscientização ecológica por parte dos usuários do meio ambiente.

Ao Princípio da Ubiquidade ou da Cooperação entre Povos cabe informar que o meio ambiente demanda por análises relacionadas à sua promoção sustentável, sendo analisadas, portanto, todas as atividades que nele são realizadas e que possam abalar suas estruturas. É um princípio que se ocupa de cuidar da qualidade de vida perante a qualquer empreendimento que possa ameaçá-la. De acordo com Di Carlo (2014), recomenda o desenvolvimento de um Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA), servindo como modelo para análises de trabalhos realizados em cadeia, com promoção da cooperação entre povos.

Em relação ao Princípio do Desenvolvimento Sustentável, difundido a partir da Conferência Mundial de Meio Ambiente de Estocolmo, em 1972, objetiva a longevidade do meio ambiente em todos os seus aspectos produtivos, para evitar prejuízos maiores às gerações futuras. Parte do ponto de que os homens tenham direito ao desenvolvimento sustentável na terra. É uma forma comum de preservação do meio ambiente e que sustenta diversas políticas públicas atuais.

A inclusão do tema do ambiente nas políticas públicas e na imprensa remete à possibilidade de uma conscientização do cidadão comum, que o obriga a manifestar um certo domínio sobre os processos que envolvem, não exatamente a natureza, mas a expansão do modo de vida urbano, entre a produção de bens e o consumo de recursos naturais por exemplo (SILVA, 2004, p. 215).

Para a promoção do Desenvolvimento Sustentável, tal princípio ampara a promoção de padrões de consumo regrados e de estratégias para um consumo mais consciente e mais sustentável, visando sempre crescimento sem destruição (DI CARLO, 2014).

O Princípio do Equilíbrio ou do Ambiente Ecologicamente Equilibrado deve ser garantido por legislações nacionais que representam a responsabilidade ambiental a ser assumida pelos homens. Tais legislações devem ser pensadas e repensadas, constantemente, a partir de mudanças de cenários, de realidades e com base em

pesquisas sociais. Como nos ensina Franco e Dalbosco (2001), é um princípio metafórico do direito à vida, ou contra qualquer tipo de ação que passe a privar o direito à vida (terrestre).

Por fim, o Princípio Democrático ou de Natureza Pública de Proteção Ambiental vem convocar a todos os indivíduos, estendendo tal convite às organizações governamentais, para serem tomadas decisões administrativas ou judiciais para encorajamento e cumprimento da proteção ambiental. De acordo com Di Carlo (2014), todos os indivíduos têm o direito de participar da elaboração de políticas públicas ambientais, considerando que o meio ambiente seja um bem coletivo e, portanto, podendo ser representado pelos indivíduos quando a intenção é a sua proteção e, ao mesmo tempo, a proteção da coletividade.

Assim como a vida terrestre em um ambiente protegido se faz direito de todos, que dentro da memória discursiva vem circulando através de um enunciado do discurso ambiental, de que “a natureza é de todos”; de que o “meio ambiente é de todos” – como bem nos ensina Silva (2014).

Sempre que tratamos do termo ‘ambiente’, podemos “investir na direção de uma compreensão histórica da própria natureza, cuja concepção é parte do construto humano enquanto produção simbólica” (SILVA, 2016b, p. 131). Assim, conhecendo sobre tais princípios ambientais, podemos compreender que suas aplicações põem em circulação não só um discurso jurídico, mas, também um discurso educacional.

De acordo com Pêcheux (2010), não basta, pois, existir a lei para ser lida por todos, é necessário que existam os intérpretes, aqueles que sabem ler o texto original, evidenciando o funcionamento do processo de divisão social da leitura.

Na proposta de um “um plano de ação global”, em seus deslizes, encontramos a proposta de sustentabilidade (de desenvolvimento sustentável), percebemos a circulação de sentidos educativos, como uma forma de educação para mudança do mundo, bem como a circulação de sentidos jurídicos, como a convocação da participação democrática de todos os cidadãos, para o exercício de suas responsabilidades civis para com a vida terrestre.

Mas que responsabilidades civis seriam essas? Seriam padrões de consumo regrado? Responsabilização pelo salvamento do planeta? De construção de um mundo novo? Entramos aí, ao longo do que funciona no discurso ambiental: a culpabilização, que vem esbarrando em um discurso religioso, com efeitos de sentidos

de uma educação religiosa (da necessidade e imposição de adoção de princípios religiosos enquanto responsabilidades civis para com a vida terrestre).

Em relação aos “padrões de um consumo regrado” encontramos em Chiaretti e Sarti (2017), uma reflexão entre o destino do homem no discurso sobre o consumo consciente. As autoras citaram Fontenelle (2010) para explicarem a origem da apelação ambiental para o consumo responsável e sustentável:

[...] a partir da década de 90, “[...] os movimentos de crítica ambiental deslocaram a ênfase, até então dada à produção, para os campos dos hábitos de consumo e do papel do consumidor na responsabilidade pela sustentabilidade ambiental [...]”, e esse deslocamento, que foi levado a efeito também pelos discursos oficiais do Ministério do Meio Ambiente, bem como pela publicidade empresarial, não pode ser naturalizado, pois materializam implicações importantes “[...] para uma certa formatação social e subjetiva [...]” (FONTENELLE, 2010, p. 221, *apud* CHIARETTI; SARTI, 2017, p. 2129).

O objetivo das autoras (que não se difere de um dos objetivos dessa tese) foi o de encontrar condições de produção discursiva para o gerenciamento das relações entre os homens das formas de ser e de se comportar na sociedade, além de maneiras de consumir. E, para tanto, recorreram a algumas descrições para interpretações.

As mesmas citam o funcionamento da ideologia cristã destacada por Althusser (1980), como uma garantia de sujeitos inscritos em determinadas práticas, interpelados e ao mesmo tempo submetidos e livres/autônomos.

Dentre algumas das práticas dos sujeitos interpelados e ao mesmo tempo submetidos e livres/autônomos, destacam a soberania do consumo consciente – um discurso sobre a ecologia que subscreve um discurso sobre o “apocalipse ecológico”, operando para produzir uma responsabilização dos sujeitos no campo do consumo; uma nova forma de subjetivação (CHIARETTI; SARTI, 2017).

A soberania do consumo (ou do consumidor) é apontada a partir de Fontenelle (2010), que defende a teoria de que os problemas sociais coletivos se transformem em problemas de “*self care*” (o governo de si mesmo), na qual a partir do momento que escolhemos passamos a ser responsáveis pelas nossas escolhas.

O objetivo de um “governo de si mesmo” é “a construção de uma nova ordem política e social que promete solucionar problemas sociais através de uma revolução não contra o capitalismo [...], mas, contra a maneira errada de governarmos a nós mesmos” (FONTENELLE, 2010, p. 219 *apud* CHIARETTI; SARTI, 2017, p. 2133).

O convite para o “governo de si mesmo” é considerado por Fontenelle (2010) como uma forma de consumo responsável, consciente, sustentável, ético e cidadão – ou seja, regrado.

Entretanto, na visão de Zizek (2008;2009) citado por Chiaretti e Sarti (2017), representa “[...] uma tirania da escolha que não deveria nos enganar, pois se trata de seu verdadeiro oposto: a ausência da escolha real quanto à estrutura fundamental da sociedade” (ZIZEK, 2008, p. 455). O indivíduo livre e autônomo é chamado a “[...] decidir, mas ao mesmo tempo recebe a mensagem de que não está em posição efetiva de decidir [...]” (ZIZEK, 2009, p. 158).

Seria, metaforicamente, o mesmo que dizer: que o sujeito consumidor regrado é aquele capaz de decidir de que formas vai consumir, contudo “convidado” (intimado) pela Agenda 2030 a consumir de maneira sustentável para não deixar de consumir, ao mesmo tempo em que continue sustentando o capitalismo enquanto consome? (Ou que continue fortalecendo “aquele que comanda o mundo”?).

Chiaretti e Sarti (2017) mencionam que a cultura do consumo, para um consumidor que governa a si mesmo, passa a vender uma nova mercadoria, que é a redenção da culpa, ou até mesmo o que chamam de “terceirização da redenção”, ao considerarem que são esses consumidores os responsáveis pela escolha das empresas as quais desejam consumir; um efeito da responsabilidade social, do empenho na construção de uma sociedade mais sustentável e justa.

Os próprios consumidores, movidos pela redenção da culpa, passam a se responsabilizar por novas formas de proibições a si mesmos, como bem destaca Fontenelle (2010).

Ainda que o Mercado [...] convoque incessantemente o sujeito ao consumo [...], os sinais da natureza, de acordo com o discurso ecológico, alertariam para os “perigos” do consumo “inconsequente”, criando consumidores que, culpados (afinal a culpabilidade é uma moeda do sujeito no pagamento à dívida com o Outro), procuram “consumir de forma consciente”, colocando em ação a responsabilidade por impor limites ao ‘sem limites’ do capitalismo de consumo ou a auto regulação do livre Mercado (CHIARETTI; SARTI, 2017, p. 2134).

Podemos observar, ainda, como destacam Chiaretti e Sarti (2017), a partir de um consumo consciente, a negação de uma via alternativa à do consumo. Uma nova relação do mercado com os sujeitos consumidores, por meio da responsabilização (e culpabilização) ao imporem limites a si mesmos.

Assim, um discurso de “salvamento do planeta” só poderia se efetivar se sustentado pelo discurso da prosperidade: “de padrões de consumo regrado”, de um consumo consciente para a “construção de um novo mundo”.

Antes, as pessoas eram convidadas a “salvar almas”; agora, elas são convidadas a “salvar o planeta” – compreendemos um discurso de prosperidade interpelado por um discurso religioso. Mas, de que forma?

O discurso de prosperidade é um discurso de promessa, onde as pessoas só vão passar a ganhar se forem regradas, da mesma forma que os cristãos eram regrados e normatizados – interpelados pela culpa. Metaforicamente, falando das responsabilidades civis para com a vida terrestre (como convoca a Agenda 2030 na plataforma), um consumidor “regrado” é um consumidor “culpado”, que é instado a todo momento pela publicidade a consumir e, ao mesmo tempo, “culpabilizado” pelo discurso ambiental de que ele está consumindo (mas será que da melhor forma possível? Será que consumindo de forma consciente?).

A culpa e a culpabilização do sujeito formulam condições para que possa circular um discurso religioso, com vistas à promoção de uma educação religiosa (de promessa a um consumo regrado) do então “consumidor”.

O próprio discurso do Papa que veio preceder a abertura da Cúpula da ONU, em Nova York, veio estabelecer o tom sobre o tamanho do desafio com o “salvamento do planeta”

O Papa Francisco arrancou aplausos dos mais poderosos Chefes de Estado do mundo que, de pé, agradeciam a mistura de sermão e sabão que acabavam de receber. Francisco não deixou pedra sobre pedra ao discorrer sobre as mazelas planetárias, causadas e alimentadas pela ganância desenfreada e pelas corrupções – da alma, inclusive – e permitidas por governos de interesses questionáveis. O Papa sabia muito bem do que falava: herdeira dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio – ODM –, a Agenda 2030 se apresenta como um imperativo mínimo para uma esperança civilizatória. “Os objetivos do desenvolvimento sustentável nos desafiam a mudar paradigmas, a regular interesses privados para garantir que o interesse público prevaleça”, disse o Papa, clamando que “a ética na política exige que os Estados, antes de tudo, prestem contas e priorizem suas populações, não apenas as classes que dominam, política e economicamente, as pessoas e o planeta” (CARTA CAPITAL, 2015, p.1, *grifo meu*).

“Mazelas planetárias”, “ganância desenfreada”, “corrupções (inclusive da alma)”, “governos de interesses questionáveis”, “uma esperança civilizatória”, “mudar paradigmas”, “regular interesses”, “garantir a prevalência de interesses públicos em

detrimento a interesses privados”, “prestação de contas”, “priorização da população em detrimento às classes que dominam” e “priorização do planeta” são objetos ideológicos, que permitem um autoexame, uma auto avaliação – que permitem a “construção de um novo mundo”; a circulação de um discurso de persistência.

Nos objetos ideológicos destacados percebemos um elemento recorrente dos discursos religiosos, que é a interminável luta do bem contra o mal. Entretanto, por meio de paráfrases, os sentidos do religioso adquirem outros significados, permitindo que o discurso político, por muitas vezes, possa se apropriar do discurso religioso, como nos afirma Grangeiro (2008):

[...] consideramos que, embora a interdiscursividade seja um elemento inerente e constitutivo da linguagem, todo esse atravessamento do discurso político pelo discurso religioso são marcas de alguns processos um pouco mais complexos dos “regimes de discursividade” contemporâneo (GRANGEIRO, 2008, p. 9).

A “construção de um mundo novo”, enquanto um convite à educação religiosa, por muitos pesquisadores, como Pessini (2015b), como uma visão utópica (surreal) da Agenda 2030 em circulação na plataforma.

Um mundo livre da pobreza, fome, doença e penúria, onde toda a vida pode prosperar.

Um mundo livre do medo e da violência, com alfabetização universal, com o acesso equitativo e universal à educação de qualidade em todos os níveis, aos cuidados de saúde e proteção social, onde o bem-estar físico, mental e social estão assegurados.

Um mundo em que são reafirmados os compromissos relativos ao direito humano à água potável e ao saneamento e onde há uma melhor higiene, e onde o alimento é suficiente, seguro, acessível e nutritivo.

Um mundo onde habitats humanos são seguros, resilientes e sustentáveis, e onde existe acesso universal à energia acessível, confiável e sustentável.

Um mundo de respeito universal dos direitos humanos e da dignidade humana, do Estado de Direito, da justiça, da igualdade e da não discriminação; do respeito pela raça, etnia e diversidade cultural; e da igualdade de oportunidades que permita a plena realização do potencial humano e contribua para a prosperidade compartilhada.

Um mundo que investe em suas crianças e que cada criança cresça livre da violência e da exploração.

Um mundo em que cada mulher e menina desfrute da plena igualdade de gênero e no qual todos os entraves jurídicos, sociais e econômicos para o seu empoderamento foram eliminados.

Um mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e socialmente inclusivo em que sejam atendidas as necessidades das pessoas mais vulneráveis.

Um mundo em que cada país desfrute de um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e de trabalho decente para todos.

Um mundo em que os padrões de consumo e produção e o uso de todos os recursos naturais – do ar à terra; dos rios, lagos e aquíferos aos oceanos e mares – são sustentáveis.

Um mundo em que a democracia, a boa governança e o Estado de Direito, bem como um ambiente propício em níveis nacional e internacional, são essenciais para o desenvolvimento sustentável, incluindo crescimento econômico, inclusivo e sustentado, desenvolvimento social, proteção ambiental e erradicação da pobreza e da fome.

Um mundo em que a humanidade viva em harmonia com a natureza e em que animais selvagens e outras espécies vivas estão protegidos (PESSINI, 2015b, p.1).

A “prosperidade” e as “promessas” da Agenda 2030 contidas na plataforma são extremamente ambiciosas e transformadoras. Mas será que funcionais e possíveis? Percebemos nessas a exaustão e a repetição de significados e sentidos de “prever” e “nos comprometer” enquanto sujeitos consumidores (e regrados, interpelados pela culpa), com vistas a “construir um mundo novo”, que na versão cristã corresponderia à “busca de um novo céu e uma nova terra”.

Esse “novo mundo”, de “novo céu” e “nova terra” como nos remete a Bíblia, veio nos impor e interpelar enquanto “signatários” da Agenda 2030, fazendo nossa “profissão de fé” – ou seja, nos comprometendo com a promoção, com a tolerância e com uma nova ética de cidadania global (responsabilidade civil) e responsabilidade compartilhada (a partir da promessa de um consumo regrado, que pode ser aprendido por meio da culpa e da remissão por meio de uma educação religiosa, sustentada por princípios religiosos).

Compreendemos, então, que a sustentabilidade tão difundida pela Plataforma Agenda 2030 é algo que impõe a educação ambiental (questões ambientais) e o direito ambiental (questões jurídicas) em funcionamento, além da educação religiosa (questões religiosas) A evidência nos aponta para as formações ideológicas que nos constituem como sujeitos: a sociedade contemporânea é marcada de maneira destacada pelo discurso ambiental. A linguagem na plataforma tem funcionamento específico e o material a ser analisado nos próximos capítulos que seguem exemplifica essa afirmação.

6 A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Consideramos nesse capítulo a abordagem da Agenda 2030 enquanto condições de produção dos discursos que circulam na Plataforma Agenda 2030, dentre eles, o discurso da sustentabilidade (ou do desenvolvimento sustentável, como veremos em detalhes, aqui).

6.1 O (caminho para o) desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável desejado pelas sociedades atuais deve promover a inclusão social, o bem-estar econômico e a preservação dos recursos naturais. Esse desenvolvimento é denominado por Sachs (2004) como *inclusivo, sustentável e sustentado*.

É cada vez mais importante o reconhecimento pela sociedade de que ela é parte integrante do mundo, que os recursos naturais são finitos e que a humanidade depende desses para sua sobrevivência. Para isso, faz-se necessário conservar a biodiversidade e realizar atitudes sustentáveis.

A conceituação do desenvolvimento sustentável tem como marco o ano de 1987, quando a então presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – *Gro Harlem Brundtland* – apresentou para a Assembleia Geral da ONU o documento “Nosso Futuro Comum”, que ficou conhecido como Relatório Brundtland (VEIGA, 2005). Nesse Relatório, o desenvolvimento sustentável foi conceituado como sendo aquele que atende às “necessidades” do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Observamos aí uma opacidade.

Porém, para Frey (2001), embora o relatório de Brundtland critique os processos decisórios nos sistemas econômicos e políticos mundiais, não vem oferecer propostas pautadas em concretudes que possam modificar os mecanismos de decisões ou de condições e poderes em foros nacionais e internacionais.

Embora esse momento tenha se estabelecido como um marco de sua conceituação, a noção de desenvolvimento sustentável representou uma evolução de

conceitos anteriormente elaborados, sendo o principal deles o "ecodesenvolvimento", que vinha sendo defendido desde 1972, ano de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo.

Segundo Sachs (2004), essa transição do conceito de “desenvolvimento” para o “desenvolvimento sustentável” requer uma mudança de paradigmas. Pode-se resumir a evolução da ideia de “desenvolvimento”, no último meio século, apontando para a sua complexidade, representada pela adição de sucessivos adjetivos – econômico, social, político, cultural, sustentável.

Em relação à tal transição, Silva (2016b) vem associar o elemento característico – que é a produtividade (econômica).

Um elemento característico da significação econômica, ideologicamente associada aos sentidos de “desenvolvimento” é, por exemplo, a produtividade: produzir mais e, sobretudo, produzir mais com menos (mais produção agrícola com menos terra e/ou menos trabalhadores; mais produção industrial com menos trabalhadores, menos despesas, visando maior lucratividade...). A produtividade (e a produção em série) é um elemento característico da significação econômica ainda hoje e ideologicamente associada aos sentidos de “desenvolvimento” (SILVA, 2016b, p. 142).

Não está dito, mas ambiente X desenvolvimento e natureza X intervenção são contrários. Embora não esteja dito, “desenvolvimento” está em uma relação sinonímica (pelo modo de produção) com o “consumo”. É impossível consumir e preservar ao mesmo tempo.

Para Veiga (2005), a diferença básica entre os termos ‘ecodesenvolvimento’ e o ‘desenvolvimento sustentável’ é que o ‘ecodesenvolvimento’ não propõe compatibilidade com o crescimento econômico, visando somente a proteção ambiental. Já, em relação ao ‘desenvolvimento sustentável’ vem prezar pela compatibilidade, acreditando na possibilidade de conciliação de crescimento econômico com a conservação ambiental. Silva (2014) nos coloca que há no discurso ecológico um investimento no sentido de procurar “defini-lo” e “precisá-lo” – investimento que significaria para o conceito que esse se apresenta originalmente “indefinido”. E, ainda, que em meio ao discurso ecológico, algumas marcas linguístico-discursivas aludem a interpretações acerca dos possíveis modos legais de apropriação/desapropriação do meio ambiente.

Considerando todos esses conceitos, podemos compreender o desenvolvimento sustentável como sendo o resultado de interações sociais que ocorrem em determinados espaços e tempos, cuja finalidade maior é a econômica, mas não deixando de obedecer à preservação/manutenção do estoque ambiental.

Analisando enunciados do desenvolvimento sustentável em circulação hoje, nesse âmbito discursivo, podemos compreender diferentes aspectos que integram a questão ambiental, no entrecruzamento de discursividades diferentes (SILVA, 2016b). Podemos considerar o político, o educacional, o jurídico, o econômico e o científico, considerando que o conhecimento se faz através de conceitos, de definições, ou seja, através de linguagem, bem como as políticas.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi incorporado às políticas públicas brasileiras a partir da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) que ocorreu no Rio de Janeiro no ano de 1992, ficou conhecida como Rio-92. Dentre os inúmeros documentos produzidos no evento (Declaração do Rio, Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, Convenção sobre a Diversidade Biológica e Convenção sobre Mudanças Climáticas), destacou-se a Agenda 21, que buscava promover o desenvolvimento sustentável.

6.2 A (nova) Agenda para o Desenvolvimento Sustentável

No Recorte 2, na página que chamamos de “capa” da plataforma, em sua parte inferior, uma das opções de navegação traz a aba “entenda mais”. Ao clicarmos nessa aba, alguns enunciados sobre a “identificação” (ou caracterização) da Agenda aparecem. Alguns desses enunciados³ serão trazidos desse tópico em diante, nesse capítulo, não só como objetos de análises, mas, também, como uma forma de convite para se conhecer mais sobre as condições de produção da referida plataforma.

A Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, que passou a ser chamada/nomeada como Agenda 2030, vem corresponder a uma adversidade de programas/ações/diretrizes reunidas para orientar o trabalho das Nações Unidas e de seus países membros rumo ao desenvolvimento sustentável. Formou-se a partir de

³ Que serão nomeados como enunciados da aba “entenda mais”.

ações negociadas, culminado em agosto de 2015 em consenso pelos Estados-membros da ONU, e edificadas por meio da proposta de 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes (BRASIL, 2018).

A Conferência Rio+20, que se realizou em 2012 no Brasil, veio estabelecer um claro mandato para que os Estados-membros da ONU passassem a construir, de maneira coletiva, um conjunto de objetivos e metas, a partir da ampliação das experiências exitosas dos Objetivos do Milênio (ODM) (BRASIL, 2018).

A Agenda 2030 não se limita a propor os ODS, mas em tratar de maneira igualitária aos meios de implementação para permissão da concretização desses objetivos e de suas metas.

Foi oficialmente adotada pelos Chefes de Estado e de Governo do mundo todo na “Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2015”, que teve lugar na sede da ONU, em Nova York, de 25 a 27 de setembro. O evento que ocorreu às vésperas da Sessão de Abertura da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, veio representar/simbolizar um momento propício para que os líderes do mundo todo pudessem anunciar seu compromisso ímpar com o desenvolvimento sustentável e com a materialização do “Futuro que Queremos”.

Dentre os enunciados que caracterizam/identificam a Agenda 2030 na plataforma, temos o apresentado pelo Recorte 7:

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Recorte 7 – Enunciado 1 da aba “entenda mais”

No enunciado “‘A’ Agenda 2030 para ‘o’ Desenvolvimento Sustentável”, destacamos os artigos definidos “a” Agenda e “o” desenvolvimento sustentável. Uma prescrição; um caminho só a ser tomado, fechando em sentido ou promovendo um fechamento de sentido.

Quando adjetivamos o sentido de desenvolvimento silenciemos a discussão sobre o que é o desenvolvimento e ele continua funcionando em relação ao mercado mesmo. Sabemos que toda adjetivação é uma forma de silenciamento.

Se pensado o enunciado do Recorte 7 junto à materialização da proposta da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2015 – “Futuro que Queremos” – um sistema parafrástico poderia ser produzido a partir dos seguintes sentidos:

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 para o Futuro que Queremos

A Agenda 2030 para o Futuro Sustentável

Um esquema parafrástico, com diversas formas de dizeres que se repetem, ao mesmo passo que se reformulam e são retomadas, “num esforço constante de fechamento de suas fronteiras” (BRANDÃO, 2012, p. 48).

A Agenda 2030 é, então, uma referência contemporânea para as propostas que visam mobilizar valores, direcionar modelos de desenvolvimento inclusivos/sustentáveis e amparar políticas de justiça social, por meio de uma aliança pensada para tal promoção. É futurista, considerando seus prazos médio e longos, fixados pelo ano de 2030 como um marco referencial.

Embora o imaginário temporal seja o “marco de 2030”, ideologicamente não percebemos, ainda, a transformação desse modelo de desenvolvimento econômico (como um deslocamento do desenvolvimento sustentável) em momento algum na história da humanidade. Assim, a Agenda vem sendo “vendida” como um plano de melhoria para a garantia da “prosperidade”. De acordo com Luca e Lagazzi (2016), imaginário e ideológico estacionam-se na mesma ordem simbólica das palavras, interligadas pelo discurso. É esse discurso, que segundo Orlandi (2015), vem materializar o contato entre o ideológico e o linguístico. Luca e Lagazzi (2016) trouxeram concepções de Althusser (1978) a respeito da ideologia, destacando que essa possa ser compreendida como uma forma de representação constitutiva da relação imaginária existente entre os indivíduos junto às suas condições reais de existência.

Em meio ao texto que segue o Recorte 7, na plataforma, “uma nova agenda universal” – é o enunciado transcrito do primeiro parágrafo do documento oficial que todos os países-membros da ONU aprovaram formalmente em uma conferência no final de setembro de 2015; ou seja, da Agenda 2030.

Registramos que, mais uma vez, uma “nova” agenda nos traz uma adjetivação de sentidos de nova, ao mesmo passo que silencia discussões possíveis.

Consideramos, aqui, os termos “nova” e “universal”. Assim, “uma agenda nova” e “uma agenda universal”, respectivamente. Antes, porém, vamos considerar a sua historicidade.

Em 2015, na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (25-27/09 - Nova York), adotou-se oficialmente a chamada “Transformando o Mundo: agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Um novo conceito de desenvolvimento é adotado oficialmente pelos líderes mundiais, o chamado “desenvolvimento sustentável”. Desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 – a Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro (conhecida como ECO 92), o mundo identificou um novo caminho para o bem-estar humano, o do desenvolvimento sustentável. Esse conceito, apresentado na Agenda 21, reconhece que o desenvolvimento econômico deve ser equilibrado com um crescimento que responda às necessidades das pessoas e proteja o meio ambiente.

Tem como base a proposta da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável de 2002, de 2010, dos ODM, da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Rio+20) e das contribuições de organizações civis e ONGs de todo o mundo.

O reconhecimento do sucesso dos ODM foi o ponto de partida para o consenso dos países participantes, e para a edificação do documento da Rio+20 – “O futuro que Queremos” –, estabelecendo um grupo de trabalho aberto para elaboração de um conjunto de metas a respeito do desenvolvimento sustentável.

O fato é que (nós sujeitos consumidores) já percorremos um longo caminho em busca do desenvolvimento sustentável. Assim, a “novidade” que a Agenda 2030 traz não é algo tão “novo” assim – é na verdade, um funcionamento simbólico, um funcionamento que diz respeito à linguagem. A proposta da referida agenda vem sendo reagendada e adiada com frequência na história – Eco 92, Agenda 21, Rio+20 e, agora, Agenda 2030. Uma Agenda “nova” que é “velha” – eis aí a equivocidade da língua. O equívoco, assim, é concebido como “fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (PÊCHEUX, 1997, p. 31), como lugar da resistência, e que afeta a regularidade do sistema da língua.

O equívoco ‘da’ e ‘na’ língua, nos permite problematizar a noção de interpretação como uma (trans)formação de sentidos. Permite-nos a noção de interpretação como gesto de leitores que produzem mudanças de sentidos no simbólico, respaldando-nos no que Pêcheux (2008, p. 43) considera como o real da língua: “um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos”.

A respeito da agenda que é “universal”, mas que fala a um e a todos ao mesmo tempo. Noções contraditórias, como se fosse algo da ordem do ordinário: individualidade e coletividade, por exemplo, “a educação ambiental é individual e coletiva”. Como nos ensinam Luca e Lagazzi (2016), o universalismo que fala com todos e com cada um, e com ninguém, apaga as relações de poder e as condições de produção, abrindo espaço na direção da individuação, e não de sentidos de coletividade.

Na AD procuramos compreender a linguagem em seu funcionamento na sociedade, compreender como se dá a produção de sentidos e, constituído pelos mesmos processos de significação. Assim, na proposta da Agenda, o desenvolvimento sustentável é considerado como mais do que o caminho para um ambiente limpo; é considerado como uma nova ordem econômica mundial. Na verdade, quase todas as formas possíveis de atividades humanas afetam o meio ambiente de alguma forma. Eis aí um deslocamento do discurso ambiental para o discurso econômico circulando na proposta de desenvolvimento sustentável.

6.3 O Desenvolvimento sustentável na Plataforma da Agenda 2030

Também (e, ainda), dentre os enunciados que caracterizam/identificam a Agenda 2030 na plataforma, temos o apresentado pelo Recorte 8:

A Agenda 2030: Um plano de ação global para um 2030 sustentável

Recorte 8 – Enunciado 2 da aba “entenda mais”

Do enunciado, tomamos os termos “ação global” e “um 2030 sustentável”.

Para a AD o que interessa é a forma como o texto vem estabelecer relações da língua com a história de significação dos sujeitos em suas relações com o mundo (ou com a natureza linguístico-histórica). É remetendo o texto ao discurso e buscando esclarecer como esse último se relaciona com as formações discursivas, relacionadas com a ideologia, que podemos chegar ao processo discursivo – ao processo responsável pela forma de como o texto significa e de como ele passa a ser interpretado (ORLANDI, 2015). A compreensão dos processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições é o que a AD vem apresentar como produto.

A ação global, enquanto nova ordem mundial, é a transformação do mundo para melhor, colocando como uma data limite aos seus sujeitos – o ano de 2030 – para tal acontecimento. Assim, “um 2030 sustentável” silencia o processo de construção do “desenvolvimento” sustentável e evidencia a “temporalidade” no acontecimento do “sustentável”. Da mesma forma que destacado no Recorte 7, “um” 2030 sustentável é uma adjetivação; contudo, um pouco mais aberta e flexível.

“Das organizações internacionais em seu movimento de gestão planetária sobre os recursos sustentáveis, ao dia-a-dia das grandes cidades, o discurso ambiental é marca de uma sociedade urbanizada, globalizada, uma sociedade da informação” (SILVA, 2016b, p. 141). A Agenda 2030 apresenta propostas que visam uma consciência mais crítica e global a ser compartilhada como forma de uma ação desafiadora para todos os indivíduos em suas metas de desenvolvimento sustentável. Silva (2016b) acredita que exista aí uma crítica inicial à difusão da questão ambiental, que ao invés de compreender melhor a historicidade do/sobre o meio ambiente, o que se verifica é que o discurso ecológico tem funcionado, ao contrário, no sentido de uma naturalização das relações históricas, já que pela “visão global” da questão, afirma-se que “o homem é o único animal que destrói a natureza”.

Trata-se de não evitar a necessidade da transformação da natureza pelo ser humano. Isto é a história: essa relação necessária e transformadora do homem com a natureza e com a sociedade. Ser críticos e consequentes em relação a essa questão é, pois, não evitar a história e não procurar apagar o social como constitutivo dessas relações. O que este discurso faz é esvaziar o social como estruturante e ficar em seus efeitos, por meio do deslize para o indivíduo. (ORLANDI, 1996, p. 44).

Muitos enunciados que circulam evidenciando a produção de sujeitos em processo de educação ambiental também traduzem essa universalização, e compõem os processos de significação dessa ação global – um efeito de universalização do desenvolvimento sustentável – como é o caso do “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

Ainda, dentre a sua caracterização, a Agenda 2030 é “indivisível” e “integrada”. É uma forma de garantia de que “a vida de todos será profundamente melhorada e o nosso mundo estará transformado para melhor” (PESSINI, 2015b, p.1). Ela sintetiza as aspirações e integra as dimensões econômica, social e ambiental. Seu lema central, “ninguém deixado para trás”, baseia-se em cinco princípios orientadores: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2018a). Constituem os “Ps” da “proposta” para o desenvolvimento sustentável. Os cinco princípios, que funcionam como princípios-guia, produzem efeitos de sentidos de “valores fundamentais”, de “referenciais éticos”, de “valores inegociáveis” a serem buscados e preservados com determinação. Tomamos, então, a imagem dos 5 princípios como Recorte de tal caracterização “indivisível” e “integrada” através de tais princípios:



Recorte 9 – Princípios orientadores do Desenvolvimento Sustentável

Pessini (2015b) reproduz em sua publicação os cinco referenciais éticos fundamentais:

1. Pessoas: Acabar com a pobreza e a fome e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade num ambiente saudável.
2. Planeta: Proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos atuais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.
3. Prosperidade: Assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.
4. Paz: Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.
5. Parceria: Mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o desenvolvimento sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas (PESSINI, 2015b, p.1).

Sabemos que não podemos separar a descrição da interpretação, visto funcionarem ao mesmo tempo. Diferentemente dos estruturalistas, que descreviam as formas, abandonando o caráter interpretativo dos fatos, dos arranjos, abordando a materialidade e esquecendo a história, a AD considera o caráter histórico da língua.

Portanto, Pêcheux (2008) nos mostra que interpretar é produzir um enunciado que ‘traduza’ o enunciado de origem; assim, para ele, descrever torna-se indiscernível de interpretar. Ao falar da descrição, ele afirma que ela está exposta ao equívoco, visto que todo enunciado é intrinsecamente possível de se tornar outro e seu sentido derivar discursivamente para outro. Nesse momento, ele trabalha a possibilidade de um enunciado ser descrito como uma série de pontos de derivas possíveis, que oferecem lugar à interpretação, lugar esse que trabalha a análise do discurso.

Podemos ver a formação da imagem em dois planos (ou a partir de dois planos): no centro e na circunferência. No centro, temos uma imagem de um pentágono (uma figura geométrica), que por si só já determina a existência de 5 lados/arestas – que no caso, 5 princípios, onde cada princípio constitui um lado. A partir da circunferência, tem uma imagem de um círculo (outra figura geométrica), que por si só já determina a condição de uma globalização (ou uma ação global,

considerando a ordem estrutural da linguagem), que nos remete rapidamente ao sentido de mundo, de planeta terra, de vida terrestre.

No centro do pentágono temos o enunciado Desenvolvimento Sustentável, e seus 5 lados, formados por “peças de quebra-cabeça” coloridas, que se encaixam em harmonia, dando forma ao círculo. Em cada uma dessas “peças de quebra-cabeça” coloridas, enxergamos a identificação do princípio por meio de palavras, por meio de enunciados e por meio de imagens/figuras (que materializam/simbolizam as palavras/os princípios e os seus enunciados).

Pela formulação das “P”ropostas na imagem (Recorte 9), é promovida uma separação (pelas cores de cada um dos Ps). Ao mesmo tempo, são fragmentadas, como se fossem inseparáveis, produzindo um efeito de encaixe (um quebra-cabeça). Seria como dizer que por meio da “prosperidade” poderíamos alcançar a “paz”, e com paz poderíamos estabelecer mais “parcerias” e com as parcerias poderíamos abarcar mais “pessoas” para promover um “desenvolvimento sustentável” e “salvar o planeta”. Uma forma de fragmento e segmento ao mesmo tempo.

Observamos, ainda, em cada uma dessas “peças” o funcionamento da língua de algodão – uma língua mais sofisticada, mais sutil, que tem reposta para tudo, pois não enuncia nada.

O primeiro princípio é o do “P” de Pessoas. Seu ícone (sua imagem) é representado por 4 pessoas, que poderiam ser uma família, chefes de estado, cidadãos comuns, gestores empresariais, consumidores ou grupos de consumidores, dentre outros. Esse encontra-se na parte superior do círculo e nos remete à ideia de princípio centralizado; princípio que comanda os demais. Seria como dizer que, a partir das Pessoas que a Prosperidade acontece, que a Paz se mantém, que as Parcerias são estabelecidas e que o Planeta é cuidado. Já como referência ética fundamental da Agenda 2030, esse princípio evidencia que, cabe às pessoas “acabar com a pobreza e a fome e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade num ambiente saudável” (PASSINI, 2015b, p.1). Compreendemos, assim, um discurso de gestão em funcionamento.

O segundo princípio (considerando o sentido horário) é o “P” de Prosperidade. Seu ícone (sua imagem) é representado por três barras crescentes, produzindo efeitos de sentidos de indicadores, de dados estatísticos ou de índices financeiros. Seria como dizer que todo e qualquer processo de desenvolvimento (seja ele sustentável ou não) acontece por meio de ações (e consequências), de maneira gradativa. Já

como referência ética fundamental da Agenda 2030, esse princípio evidencia a necessidade de assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza (PASSINI, 2015b). Compreendemos, assim, um discurso do desenvolvimento em funcionamento. Uma promessa do capitalismo.

O terceiro princípio é o “P” de Paz. Seu ícone (sua imagem) é representado por uma pomba, que a partir da memória discursiva, nos remete ao (já-dito) pomba da paz. É o uso do conceito de memória discursiva que possibilita o dizer, o pré-construído (ORLANDI, 2015) – ou seja, as significações e os efeitos de sentidos que foram antes (re)produzidos em volta desse/daquele discurso. Assim, como referência ética fundamental da Agenda 2030, esse princípio evidencia a promoção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Um jogo duplo de sentidos – não pode haver “desenvolvimento sustentável” sem “paz” e não há paz sem desenvolvimento sustentável – “objetos ideológicos” (PASSINI, 2015b). Compreendemos, assim, um discurso de pacificação em funcionamento.

O quarto princípio é o “P” de Parceria. Seu ícone (sua imagem) é representado por duas mãos em forma de cumprimento, remetendo ao movimento de concordância, de acordos realizados, de negócios fechados. Um formato de um bom negócio, igualitário para todas as partes envolvidas; um negócio de beneficiamento mútuo. Já como referência ética fundamental da Agenda 2030, esse princípio evidencia a mobilização dos meios necessários para implementar essa Agenda por meio de uma Parceria Global para o desenvolvimento sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas (PASSINI, 2015b). Compreendemos, assim, um discurso administrativo em funcionamento.

O quinto princípio é o “P” do Planeta. Seu ícone (sua imagem) é representado por uma folha, produzindo efeitos de sentidos de natureza, de meio ambiente e de vida – e por que não de vida terrestre? Já como referência ética fundamental da Agenda 2030, esse princípio evidencia a necessidade de proteção do planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos atuais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e

futuras. Compreendemos, assim, um discurso jurídico (do direito ambiental) em funcionamento.

Entretanto, como sabemos, é possível que vários outros discursos circulem e sejam possíveis em tais Princípios da Agenda 2030 por essa relação com a historicidade/ exterioridade, já que a língua não é um sistema fechado em si.

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação ao dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi (ORLANDI, 2015, p. 30).

Ao se pensar na linguagem de modo discursivo, nem tudo pode significar um movimento ao já-dito. A linguagem passa a funcionar com a imposição da tensão existente entre a paráfrase e a polissemia; ou seja, o discurso se produz a partir da relação entre o mesmo (paráfrase) e o diferente (polissemia) (ORLANDI, 1998). Dessa forma, movidos por tal tensão, fica uma inquietação: tais “P”rincípios seriam mesmo “P”ropostas para o desenvolvimento sustentável ou o silenciamento de um “P”aradoxo de um consumo consciente e regrado? Seriam “P”rincípios para o “salvamento do planeta” silenciando a manutenção da ordem do poder e do comando, sustentada pela imposição de novas formas de consumo que fortaleçam o “bom e velho capitalismo”?

6.4 Mas, e a sustentabilidade?

Nas três últimas décadas testemunhamos um discurso emergente de sustentabilidade, enxergando nessa expressão diversas questões ambientais e de desenvolvimento social. Nesse período, ao longo da historicidade e das condições de produção, a sustentabilidade enquanto termo ‘mágico’, vem sendo pronunciado sem distinção por muitos sujeitos, que acordando com cada contexto diferenciado, vem assumir sentidos múltiplos.

O tema da sustentabilidade é bastante abordado pelas mídias, pelas escolas, empresas e sociedade em geral.

A sustentabilidade se aplica a toda e qualquer atividade humana, e para essa ser sustentável necessita ser economicamente viável, socialmente justa, culturalmente aceita e ecologicamente correta. Portanto, quando falamos de “desenvolvimento sustentável”, de “sustentabilidade”, estamos diante de um conceito que passou por uma evolução de compreensão, e hoje temos essa perspectiva de ser um conceito sistêmico, isto é, que integra aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, entre outros elementos (PASSINI, 2015b, p.1).

Dias (2009) relata a evolução histórica dessa questão que tanto nos inquieta. O ser humano é apresentado como o mais adaptável de todas as espécies animais existentes. Uma adaptação que só foi possível pela capacidade do homem criar, ao seu redor, seu próprio meio ambiente. Para sua sobrevivência, ele sempre modificará o ambiente natural. Assim, o homem da pré-história, para superar suas limitações, começou a criar ferramentas para melhorar seu ambiente próprio e condições de sobrevivência. A essa interferência no meio ambiente para sua própria melhoria denominou-se trabalho.

Qualquer ser vivo fará modificações no meio ambiente para sobreviver, mas os impactos causados pelo homem são conscientes e não instintivos. Embora seja um pensamento bastante lógico, de forma geral, cabe ressaltar que o ser humano pode estar ciente dos impactos visíveis e imediatos, mas os invisíveis e não imediatos, talvez, somente as gerações que lhe sucedam possam sofrer (DIAS, 2009).

Com a percepção de que com cada um fazendo um tipo de trabalho, objetivos comuns poderiam ser alcançados, inicia-se um processo de organização do trabalho. Ainda, segundo o autor, quanto mais pessoas trabalhando, maior o impacto no meio ambiente.

A organização do trabalho trouxe consigo a centralização das pessoas em locais específicos, como cidades, aldeias e vilas. Com o início do processo de urbanização, as ações destrutivas do ponto de vista ambiental também começaram a se intensificar, bem como a extinção de espécies.

No século XVIII, com o início da revolução industrial – que também foi uma revolução científico-tecnológica –, iniciada na Inglaterra e, posteriormente intensificada nos demais países, houve crescimento econômico e da busca por maior

geração de riquezas que, nessa concepção, traria melhor qualidade de vida e prosperidade.

Em contrapartida, a busca por mais riquezas, mediada pelo trabalho, configurou-se como um quadro de degradação contínua do meio ambiente. Dias (2009) destaca também o desmatamento, ocorrido nos séculos XIX e XX, para criação de novas áreas agrícolas e produção de carvão, que levou ao desaparecimento da maior parte da cobertura florestal da Europa.

A visão equivocada de que os recursos naturais eram inesgotáveis começou a ser questionada na década de 1970, embora nos anos 1960 e 1970 existissem algumas ações pontuais nesse sentido. Com isso, as primeiras preocupações com o meio ambiente e com a fonte dos recursos começaram a surgir.

Dias (2009) faz referência a observação de Maurice Strong, no prefácio do livro de Sachs (1993), de que o conceito básico de desenvolvimento sustentável emergido da conferência de Stocolmo de 1972, só será alcançado se forem obedecidos, de forma simultânea, a equidade social, a prudência ecológica e, ainda, a eficiência econômica.

Outro conceito de sustentabilidade importante destacado por Sachs (1993) e citado por Dias (2009) é o da Comissão de Brundtland, que explicita o seu principal objetivo:

É um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas (DIAS, 2009, p.31).

Para os nascidos antes da década de 1990, algumas noções sobre o meio ambiente estavam presentes nas cartilhas escolares. Após a aprovação da Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, o tema começou a ser tratado com maior atenção pelas escolas. Conforme o Art. 2º dessa lei, “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999, p.1).

O tema do meio ambiente – e de sua preservação por meio da questão da sustentabilidade – vem sendo tratado de modo bastante intensificado nas escolas e

em outros espaços, tais como: na igreja, por meio das campanhas da fraternidade; nas empresas por meio das normas ambientais e de reciclagem; dentre outras iniciativas.

Escassez de água, desmatamento, derretimento das geleiras, destruição da camada de ozônio, extinção de espécies são expressões/termos que aparecem nas conversas do cotidiano dos sujeitos sociais. A partir daí, houve uma intensificação das tentativas de conscientização e de cuidados com o meio ambiente, que desencadearam na necessidade de discutir sobre a questão da “sustentabilidade”.

6.5 Desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade na Plataforma Agenda 2030?

De acordo com o dicionário da Língua Portuguesa:

Desenvolvimento Sustentável: Processo de desenvolvimento que busca proteger o meio ambiente, assegurando as necessidades da geração atual, sem esgotar os recursos naturais do planeta para as gerações futuras

Sustentabilidade: Qualidade ou condição do que é sustentável, ou seja, o que se pode sustentar, que se pode defender ou que tem condições para se manter ou conservar (FERREIRA, 2018, p. 1).

Esses verbetes foram apresentados para uma visão sobre o que circula, sob uma ótica positivista, a respeito do meio ambiente e da sustentabilidade. Mas, sob a perspectiva da Análise de Discurso sabemos que, devido à opacidade da língua, é inviável que as palavras tenham um sentido único, ou que os sentidos de uma palavra se esgotem a partir do que os verbetes formulam.

Para a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) (1988), o desenvolvimento sustentável visa atender às necessidades do presente, contudo, de modo a resultados que não comprometam possibilidade de atendimento às gerações futuras.

É importante frisar que essa noção de sustentabilidade constitui uma referência básica e fundamental da legislação ambiental, nos níveis federal e estadual. De fato, a perspectiva do desenvolvimento ambiental sustentável, que contemple a conservação dos recursos naturais e a elevação da qualidade de vida das populações

têm pautado na política ambiental de vários programas federais implementados pelo ministério do Meio Ambiente. Entretanto, o que é observado em muitos momentos, é que o discurso de desenvolvimento sustentável destoa da prática.

Fato importante seria a melhoria contínua de gestão nas políticas públicas, buscando alertar as instituições para os riscos de aprofundamento da degradação ambiental e a destruição dos recursos naturais escassos.

Precisamos considerar que para Lenzi (2009), a sustentabilidade exige a criação de um interesse mútuo a partir de uma aceitação compartilhada dos valores associados à sustentabilidade e a identificação social está fundada num sentimento de dependência e responsabilidade compartilhada para a realização coletiva de um bem público. Para Silva (2014), o sentido de “sustentabilidade” possibilita a exploração “não destrutiva da natureza” para gerar recursos para “conservar a natureza”/ “proteger a natureza”.

Mas é desenvolvimento sustentável o termo que irá prevalecer, circulando hoje mais sintetizado como “sustentabilidade”. O que essa adjetivação produz para os sentidos de desenvolvimento? Um efeito dessa adjetivação é manter para os sentidos de “desenvolvimento” sua opacidade mesma. Ou seja, sobre o que é o desenvolvimento na sociedade brasileira para os diferentes sujeitos não se discute. O que indicaria que o sentido de tal termo seria transparente, funcionando em um efeito de evidência. O investimento no termo “desenvolvimento sustentável”, antes, silencia a discussão sobre os sentidos de “desenvolvimento”, que se mantém, de fato, nessas condições, como emblema das relações de mercado e do sistema econômico capitalista (SILVA, 2016b, p. 140).

Assim, compreendemos que na Plataforma da Agenda 2030, mediante as suas propostas de desenvolvimento pautadas nos 5 Princípios (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias), circule um discurso de sustentabilidade.

6.6 A (Plataforma da) Agenda 2030 e um “caminho sustentável” “sem deixar ninguém para trás”

Quando falamos do (lugar do) meio ambiente – ao denunciarmos agressões, ao nos mostrarmos conscientes dos problemas ambientais globais e/ou nos

mostrarmos atuando de acordo com uma postura sustentável – estamos nos colocando dentro do espaço de significação do político.

E falar do meio ambiente é falar de formas de como o sujeito político pode andar “no caminho sustentável” – como por exemplo, por meio do direito ou por meio da educação.

A escola é a instituição responsável pela educação; ou seja, pela formação do cidadão. Mas, a ‘educação’ (mesmo que a ambiental), enquanto ‘formação do cidadão’, está em todo lugar – inclusive nas plataformas digitais, como por exemplo, na Plataforma da Agenda 2030, cabendo então educar o sujeito para um mundo significado pela devastação planetária. E tal educação (ambiental) se constitui, ao mesmo tempo, direito e dever de todos.

Na referida plataforma, o leitor encontra alguns textos que permeiam os enunciados que caracterizam/identificam a Agenda 2030 (e, conseqüentemente, a própria plataforma). Dentre eles, apresentamos o seguinte trecho como Recorte 10:

A Agenda 2030 e os ODS afirmam que para pôr o mundo em um **caminho sustentável** é necessário tomar medidas ousadas e transformadoras. Os ODS constituem uma ambiciosa lista de tarefas para todas as pessoas, em todas as partes, a serem cumpridas até 2030. Se cumprirmos suas metas, seremos a primeira geração a erradicar a pobreza extrema e iremos poupar as gerações futuras dos piores efeitos adversos da mudança do clima.

A Plataforma Agenda 2030 é um convite a todas e todos para embarcar nessa jornada coletiva – sem deixar ninguém para trás.

Recorte 10 – A (Plataforma da) Agenda 2030 e um “caminho sustentável” “sem deixar ninguém para trás”

No enunciado um “caminho sustentável” “sem deixar ninguém para trás”, identificamos o “sem” como um pré-construído e questionamos: há outro caminho que deixa alguém para trás? Existe algum “convite coletivo” que deixa alguém para trás?

A partir do recorte, um sistema parafrástico pode ser criado:

A Agenda 2030 é um caminho sustentável “sem deixar ninguém para trás”

A Agenda 2030 é um caminho sustentável “sem deixar você para trás”

A Agenda 2030 é um caminho sustentável “para a coletividade”

A Agenda 2030 é um caminho sustentável “para todos, sem exceções”

A Agenda 2030 é um caminho sustentável “para a inclusão”

A Agenda 2030 é um caminho sustentável “não excludente”

Entretanto, em seu sentido polissêmico, a possibilidade de massificação de “sem deixar ninguém para trás” pelo discurso capitalista está justamente na possibilidade de uma singularização do sujeito consumidor, que pode ser silenciada a partir da convocação para o desenvolvimento (“o caminho”) sustentável, segundo a memória discursiva, de que seja aquele que atende às necessidades de consumo do consumo sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Compreendemos, ainda, que a Plataforma Agenda 2030 (enquanto uma cartilha digital de educação ambiental pública ou uma política pública para proteção ao meio ambiente) pode ser associada a um aparelho ideológico do Estado. E compreendemos o processo de individuação na circulação de “sem deixar ninguém para trás” enquanto metáfora do dizer de “sem deixar você para trás”.

A interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, entendida como uma representação constitutiva da relação imaginária dos indivíduos com suas condições de existência, constitui posições de interpretação, ou posições-sujeito (ORLANDI, 2004). A forma sujeito histórica, pela sua relação com o Estado-nação – e seus modos de funcionamento com a relação formal entre lógica/razão e direito, e seus mecanismos burocráticos e de administração – determina modos de individuação dos sujeitos (LUCA; LAGAZZI, 2016).

Luca e Lagazzi (2016), em referência a Althusser (1986), afirmam que processos de individuação dos sujeitos pelo Estado, fora da conformidade promovida pela ideologia da burguesia, vem dar forças para o acontecimento social do discurso de liberdade/autonomia/criatividade/originalidade, promovendo ideias de que os sujeitos possam ser considerados como fontes/origens de sentidos, passando a camuflar forças coercitivas do Estado e dos aparelhos ideológicos.

Esse efeito ideológico elementar, em relação à forma de produção atual – o capitalismo – molda a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve, assim, responder como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), frente ao Estado e outros homens (LUCA; LAGAZZI, 2016).

6.7 Mas, e enquanto esse “caminho sustentável global” estiver “deixando alguns para trás”?

De acordo com Silva e Araújo (2017, p. 18), podemos então dizer que “o discurso é o local onde se pode verificar a relação entre a língua e a ideologia, além de verificar como os efeitos de sentidos são gerados através dos enunciados”.

Retomando a concepção de Orlandi (2009, p. 42-43) acerca do discurso, ela nos leva a entender que o discurso se determina pela formação discursiva; ou seja, “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas ‘tiram’ seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem”.

A respeito dessa mudança de sentidos das palavras, conforme Mariani (1999, p. 108), esses (os sentidos das palavras) “podem mudar conforme a situação em que são usadas e conforme o lugar social ocupado pelo sujeito que fala”. Assim, buscamos entender os sentidos construídos, que de acordo com Soares (2007), se estabelecem por meio dos já ditos/já construídos, retomando sempre discursos em forma de paráfrases e também reproduzindo sentidos como uma disputa acirrada de efeitos discursivos.

Brandão (2012) pondera que o sentido das palavras se dá no interior (no espaço) da formação discursiva, confirmando o caráter material do sentido e do discurso. A autora afirma não haver hegemonia em uma formação discursiva. Em suas palavras:

[...] uma formação discursiva é, portanto, heterogênea a ela própria: o fechamento de formação discursiva é fundamentalmente instável, ela não consiste em um limite traçado de forma definitiva, separando um exterior de um interior, mas se inscreve entre diversas formações discursivas como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica. Significa dizer que o processo discursivo é construído pela relação de conflitos (ou não) travados na disputa de espaço das diferentes formações discursivas (BRANDÃO, 2012, p.40).

Conseqüentemente, o sujeito é definido a partir do lugar onde fala, no espaço de representação social que ocupa enquanto desempenha diversos papéis e, a partir de então, revela-se sua posição ideológica. Dessa forma, os analistas relacionam a linguagem à sua exterioridade – consideram o homem na sua história, consideram os

processos e as condições de produção da linguagem mediante a análise da relação da língua com os sujeitos que a falam e as situações em que os dizeres passam a ser produzidos.

Assim, embora essa Agenda se promova como “o caminho sustentável global”, muito ainda precisa ser discutido no âmbito das dimensões culturais e sociais na análise do desenvolvimento local, para que a geração de riqueza e bem-estar humano respeitem de forma sustentável o meio ambiente de cada região.

Desde o começo, a humanidade vem buscando usar a tecnologia e a ciência para a criação de um mundo perfeito – o que muitos chamam de utopia ou paraíso. Como, na história, a raça humana começou a se organizar, uma elite científica ou tecnocrática subiu ao poder, prometendo às massas que elas poderiam construir um mundo melhor; um mundo perfeito. A antiga Babilônia representou a primeira tentativa de construção do paraíso na terra. Um tipo de governo global que, desde então, a elite global tem tentado recriar.

A promessa nas Agendas (em prol do desenvolvimento sustentável) é sempre a mesma – a elite jura que descobriu uma forma de criar uma sociedade perfeita e um planeta intacto, mas no final, essa forma nada mais é do que um conjunto de regras a serem cumpridas de uma forma tirana e autoritária.

E, dentro desse histórico de agendas, a grande tirania vem sendo representada pela ONU, que dentro do documento da Agenda 2030 é tratada como “sistema ONU”. Seu discurso hierárquico vem sendo sustentado pela circulação de seus efeitos de sentidos de absolutismo e autossuficiência.

Ao comemorar seus 70 anos de existência em 2015, a ONU procurou reinventar-se e ser uma referência importante para todos os 193 países-membros em termos de promoção da paz, superação de conflitos étnicos e desenvolvimento de seus povos (PESSINI, 2015a, p.13).

Um novo conceito de desenvolvimento é adotado oficialmente pelos líderes mundiais, o chamado “desenvolvimento sustentável”. A Agenda 2030 é, assim, a representação de uma “cúpula” – de um conjunto de dirigentes de um partido, de uma instituição ou organização; a chefia, os dominadores, que estão no comando. E os demais? Os demais, cidadãos comuns, se colocam na ilusão de uma responsabilidade civil (na ilusão de um consumidor regrado frente à sustentabilidade, frente ao salvamento do planeta e frente à construção de um mundo novo).

Tal ilusão é destacada por Orlandi (2015), como aquela condição dos sujeitos que se colocam como centro de decisão, camuflam a força coercitiva do senso comum e sustentam as relações de poder entre os demais sujeitos, fazendo-os acreditar na autonomia de suas vontades.

Enquanto isso, nesse “caminho sustentável global”, vem circulando o discurso autoritário, de uma classe dominante (da ONU, dos Estados Unidos?), de imposição de regras à uma classe dominada (consumidores).

7 A VIDA TERRESTRE (O ODS 15) NA PLATAFORMA DA AGENDA 2030 E A QUESTÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Nesse capítulo, mediante a apresentação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), passamos para as análises dos recortes que acontecem a partir do ODS número 15 (Vida Terrestre) da Plataforma da Agenda 2030 (uma cartilha educacional e jurídica) – onde culmina a circulação dos discursos educacional, religioso, sustentável e, principalmente, o jurídico (de direito).

Consideramos, então, nesse capítulo, a Plataforma da Agenda 2030 também como uma cartilha jurídica – que em sua historicidade se constitui a partir de cartilhas educacionais/educativas (MOZDZENSKI, 2010).

Em relação às suas características, de acordo com Struchiner (2002), além da utilização da não formalidade dos registros, as cartilhas jurídicas tendem à exploração de recursos de imagens e multissemióticos (desenhos, diagramas, sinais/símbolos, *layouts* dinâmicos e etc.) para propor formas de tornar a lei mais compreensível a todos os cidadãos – ou seja, de levar a legislação para todos, sem a particularidade de serem especialistas no direito.

De acordo com Bezerra (1998), seu paradoxo reside no fato de que, por um lado, elas são consideradas como contribuições significativas para o exercício da cidadania, por meio de um efeito de pedagogização dos deveres e direitos básicos do sujeito-cidadão. Por outro, podem ser vistas como um sistema de reforço da distância do cidadão leigo juridicamente e o ordenamento, a medida em que se constituem em um instrumento sociopolítico de tutelamento e de submissão ao Estado – cuja função normativa está em mostrar ao sujeito como ele deve agir diante das ações sociais (ou como deve se assujeitar ao Estado).

Assim, o sentido (jurídico) de seu enunciado “Conheça a Agenda 2030 – Conheça o plano de ação global para mudar o mundo até 2030” poderia relacionar-se à repetição (à paráfrase), a partir da matriz de sentidos, sustentados pelo saber discursivo de que:

Conheça a Agenda 2030 – Conheça o plano de ação global para mudar o mundo até 2030

Conheça a Cartilha da Agenda 2030 – Conheça o plano de ação para mudar o mundo até 2030

Conheça a Cartilha da Agenda 2030 – Conheça o conjunto de deveres (e direitos) para mudar o mundo até 2030

Conheça a Cartilha da Agenda 2030 – Conheça o manual jurídico para mudar o mundo até 2030

Já a partir de sua matriz, os sentidos também podem ser outros – podem ser polissêmicos:

Conheça a Agenda 2030 – Conheça o plano de ação global para mudar o mundo até 2030

Conheça a Cartilha da Agenda 2030 – Conheça o plano de ação para mudar o mundo até 2030

Conheça a Cartilha da Agenda 2030 – Conheça o plano de ação para se assujeitar ao Estado e mudar o mundo até 2030

A polissemia, de seu lado, atrela-se à ruptura, ao deslocamento de regras, de criações e criatividades, e interrompe o diferente, ao mesmo passo em que simula movimentos distintos de sentidos em um mesmo objeto simbólico – objeto esse, fonte da linguagem, da condição de existência de discursos, até mesmo porque, “se os sentidos (e os sujeitos) não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer” (ORLANDI, 2015, p.38).

Desse modo, emerge um desafio para a AD. Cabe a ela a proposta de desvendar a relação entre a paráfrase e a polissemia, tanto na constituição dos sujeitos, quanto na produção dos sentidos, na busca de compreender pela repetição, o que pode ser novo, possível e diferente ao mesmo tempo. Tal compreensão imputa ao sujeito uma posição privilegiada, considerando a linguagem como espaço no qual a subjetividade se constitui.

A AD propõe a articulação de sujeitos e sentidos e o reconhecimento de que nem sujeitos, nem tampouco sentidos podem ser fixados, ao passo que também não desfrutam de liberdade absoluta. Se a interpretação das palavras e das coisas, se a

produção dos sentidos é determinada tanto pela memória institucional, quanto pela memória constitutiva, ela pode ou não pode ser imóvel (ORLANDI, 2015).

O ponto de partida e o de chegada, por deslizamentos de próximo em próximo, tornam-se completamente diferentes. Entretanto, há algo de ‘mesmo’ nesse ‘diferente’; pelo processo de produção dos sentidos, necessariamente sujeito a deslizamentos, há sempre um ‘outro’ possível que constitui o mesmo. Dito de outra maneira, o mesmo também é produto da historicidade, já é parte do efeito metafórico. A historicidade aí está justamente representada pelos deslizamentos (as paráfrases e o jogo metafórico) que instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas (ORLANDI, 2004).

Retomando a apresentação do conteúdo do capítulo, traremos, antes da apresentação dos ODS e do ODS 15, a apresentação dos Objetivos do Milênio (ODM) – que também foi destacado na referida plataforma –, enquanto condições de produção para os ODS. Lançamos mão, como complemento de compreensão dos recortes e das análises, de algumas figuras.

7.1 Os Objetivos do Milênio (ODM) enquanto condições de produção para os ODS

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) emergiram de uma série de cúpulas multilaterais realizadas durante os anos 1990 sobre o desenvolvimento humano. O processo de construção dos ODM contou com especialistas renomados e esteve focado, principalmente, na redução da extrema pobreza. A Declaração do Milênio e os ODM foram adotados pelos Estados-membros da ONU em 2000 e impulsionaram os países a enfrentarem os principais desafios sociais no início do século XXI (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2018a).

Relacionamo-nos, nesse capítulo, enquanto condições de produção para o discurso da sustentabilidade que circula nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Assim, elas são o estudo da relação da linguagem com sua exterioridade, o que Pêcheux (1995, p.75), pondera como “o estudo da ligação entre as circunstâncias de um discurso”.

As condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso [...]. Podemos considerar as condições de produção no sentido estrito e temos as circunstâncias de enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos no sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio histórico, ideológico (ORLANDI, 2015, p. 30-31).

Com o objetivo de fazer frente a problemas como pobreza, fome, falta de acesso à saúde, educação, saneamento básico, desigualdade de gênero, trabalho precário, desigualdade social e uma convivência destrutiva com a natureza, a Assembleia Geral da ONU aprovou, em 2000, os ODM. Por mais de uma década, o foco se deu em debates políticos globais e no planejamento nacional de políticas, o que acabou por também incorporar organizações não governamentais e outras organizações da sociedade civil, em direção a um mundo mais justo e igualitário (SACHS, 2012).

De acordo com Passini (2015b), os chamados ODM são em número de oito e são os seguintes: (1) acabar com a fome e a pobreza; (2) educação básica de qualidade para todos; (3) educação entre sexos e valorização da mulher; (4) reduzir a mortalidade infantil; (5) melhorar a Saúde das gestantes; (6) combater a aids, a malária e outras doenças; (7) qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; (8) todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Na Plataforma da Agenda 2030 eles são apresentados, sob a materialização, trazida pelo Recorte 11, e sob o enunciado “aprendendo com os Objetivos do Milênio (ODM)”.



Recorte 11 – Objetivos do Milênio na Plataforma Agenda 2030

Em uma breve descrição do recorte, os ODM são apresentados em 8 quadrados coloridos que formam/constituem um grande retângulo. Cada um dos quadrados é numerado, traz o enunciado específico de cada objetivo e uma figura/ícone/símbolo que materializa o enunciado em uma forma de linguagem. A princípio, as figuras/ícones/símbolos prevalecem sobre o enunciado, não sendo necessário uma leitura para que se compreendam os seus sentidos. Percebemos a língua de algodão em funcionamento.

O fato dos ODM estarem numerados, com utilização de recursos de imagens (ícones) como uma forma de linguagem, e com frases de sentidos de ordem (mesmo não sendo utilizados verbos no imperativo, compreendemos que correspondam às regras, e todas as regras às leis), nos remete a um efeito de sentido de cartilha (jurídico-educacional).

Para o sujeito-leitor, o sujeito-de-direito, a interatividade na Plataforma está em poder navegar em cada um dos objetivos a partir de um simples clique, abrindo nova página, com mais detalhes acerca da historicidade e formulação de cada ODM. O recurso digital da cartilha, em sua tecnologia de constituição, permite “aprender” mais com os ODM.

Os 8 ODM foram por alguns anos enunciados como “os 8 jeitos de mudar o mundo”, como “os 8 jeitos de deixar o mundo mais sustentável”. Mas aqui, uma inquietação: 8 jeitos de quem/para quem mudar o mundo? Uma falha no simbólico.

Sabemos que nenhum discurso pode ser separado de toda ideologia e que todo sujeito é ideológico. Um método de análise, dentro de seus limites, deve procurar sua cientificidade, sua sistematicidade, para que não se torne o “achar do pesquisador”.

De acordo com Luca e Lagazzi (2016), os sentidos não são estáticos se considerarmos a perspectiva materialista que pensa a língua como estrutura falha. Assim, considerando a forma material da língua, pensamos que a sua condição material esteja em suas condições de produção, pois consideramos que o discurso seja produto da língua significante na história (ou na historicidade).

Como bem nos coloca Orlandi (2007c), tanto sujeitos quanto sentidos se deslocam/repetem, encontrando nesse ritual falhas, que constituem aberturas para as derivas de significados. Assim, deslocamentos de significados nunca estão nos sujeitos, mas em suas práticas simbólicas. Estão nas possibilidades de transformação daquilo que já esteja posto.

No enunciado “aprendendo com os Objetivos do Milênio (ODM)”, pela memória discursiva, o movimento de estar “aprendendo” com o ODM pode se relacionar ao sentido de que os referidos objetivos foram o primeiro arcabouço global de políticas para o desenvolvimento e contribuíram para orientar a ação dos governos nos níveis internacional, nacional e local por 15 anos.

Dessa forma, a noção de memória discursiva, que constitui o ‘dizível’, permite formulações de acordo com as posições discursivas, em seus contextos e condições de produção, sendo impossível a naturalidade do significante sempre investido por diferentes sentidos, dependendo das condições e posições discursivas. O sentido é sempre sentido para e não sentido em si (LUCA; LAGAZZI, 2016). Sendo assim, das formas de dizer, os ODM seriam os primeiros passos para a busca e prática dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

7.2 Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os ODS são considerados o centro da proposta da Agenda 2030, e têm um prazo de desenvolvimento proposto para o período de 2016-2030, para aplicação das metas em todos os Estados-membros das Nações Unidas (BRASIL, 2018). Assim, os ODS são considerados como a materialidade do reconhecimento dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, acerca dos desafios a serem superados em prol de promoverem juntos o desenvolvimento sustentável, em todas as suas dimensões (social, econômica e ambiental).

Com base no efeito metafórico, os ODS são a materialidade do discurso estratégico do “plano global de ação” para mudar o mundo até 2030; para uma “aliança global”; um movimento, um avanço para as transformações e as mudanças em relação à promoção do desenvolvimento sustentável.

Mas, seu processo de construção esteve atrelado, historicamente, ao processo de construção de uma agenda pós-2015.

Após a Rio+20, um amplo e inclusivo sistema de consulta foi empreendido sobre questões de interesse global que poderiam compor a nova agenda de desenvolvimento pós-2015. Diferentemente do processo dos ODM, os novos objetivos de desenvolvimento sustentável foram construídos a muitas mãos. O Grupo de Trabalho Aberto para a elaboração dos ODS (GTA-ODS) estava

encarregado da elaboração de uma proposta para os ODS. Composto por 70 países, contou com o envolvimento das mais diversas partes interessadas: desde contribuições especializadas da sociedade civil, até contribuições da comunidade científica e do sistema das Nações Unidas. O objetivo era proporcionar uma diversidade de perspectivas e experiências. Em agosto de 2014, o GTA-ODS compilou os aportes recebidos, finalizou o texto e submeteu a proposta dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e das 169 metas associadas à apreciação da Assembleia Geral da ONU em 2015 (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2018b, p.1).

As Figuras 4 e 5, respectivamente, nos ajudam a contar um pouco da história de sua construção.

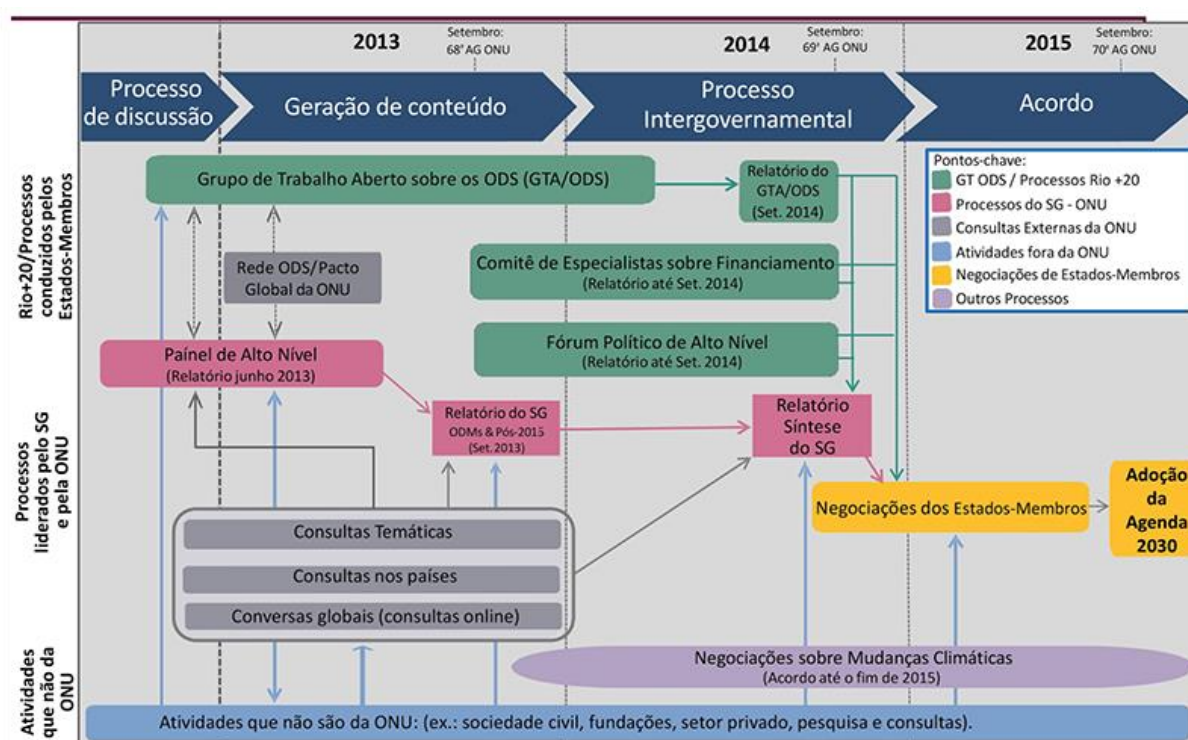


Figura 4 – O processo de construção de uma agenda pós-2015

Fonte: Plataforma Agenda 2030 (2018a)

Dentro do processo de sua historicidade, a luta pelo desenvolvimento sustentável não poderia se estagnar, e demandava ir além de 2015. A erradicação da pobreza e da fome simbolizam passos iniciais para abertura de muitas outras propostas que também são emergenciais, quando a proposta maior é a manutenção de um mundo justo e igualitário. Por isso, justificou-se o comprometimento dos Estados em direção a uma nova sessão de objetivos, a serem aplicados entre 2015-2030. A partir de tal direcionamento, a Assembleia Geral da ONU aprovou a resolução que estabeleceu a Agenda 2030, com os ODS (GENERAL ASSEMBLY, 2015).

A resolução baseou-se nos oito ODM, além de incluir uma série de novos objetivos e metas. E, desta feita, a Agenda 2030 se fez e foi constituída a partir de 17 objetivos e 169 alvos (metas) para a promoção de desenvolvimento sustentável, buscando avançar com os ODM e completar o que não foi alcançado após sua adoção em setembro de 2000. A ideia é a de que, sob caráter recomendatório, os novos objetivos e alvos passem a estimular e inspirar ações para os próximos anos em áreas de importância crítica para a humanidade (GENERAL ASSEMBLY, 2015).

Assim, os Estados reafirmam o compromisso de continuar buscando o fim da pobreza e da fome em todas as suas dimensões, além de assegurar que todos possam atingir seu potencial em termos de dignidade, igualdade e em saúde mental e ambiental. Acima de tudo, há o entendimento de que é necessário proteger os direitos humanos e criar condições para que o crescimento econômico seja inclusivo e sustentável, de forma a sempre dividir a prosperidade e gerar trabalho decente para todos (GENERAL ASSEMBLY, 2015).

A Figura 5 nos trouxe a materialização da “aliança global” para o desenvolvimento sustentável, a partir de “dimensões” – uma forma de elucidar as inter-relações entre os 17 ODS. Mais uma vez percebemos o funcionamento da língua de algodão.

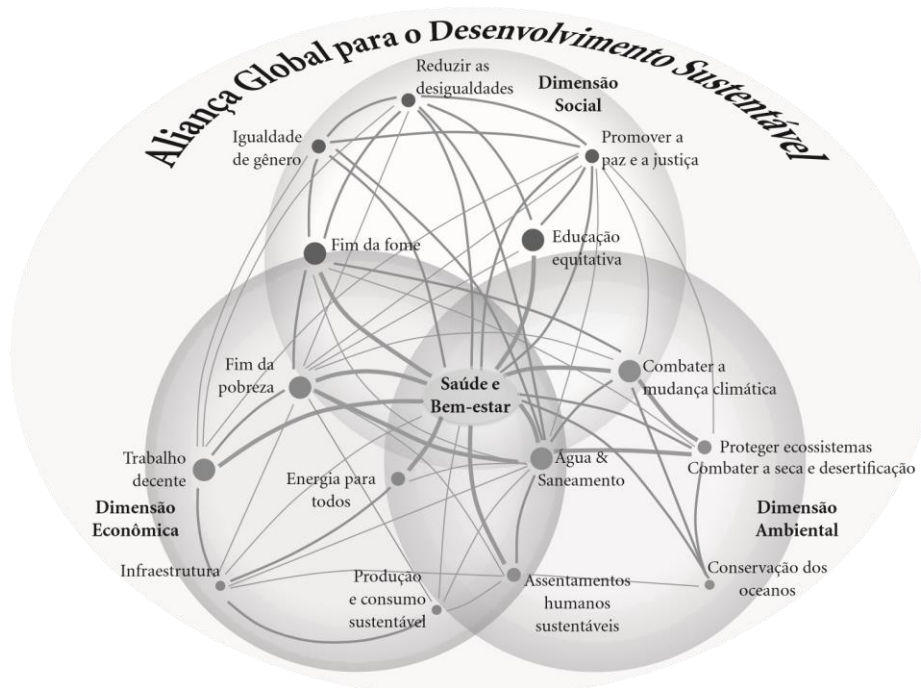


Figura 5 – Aliança Global: Inter-relações entre os 17 ODS
Fonte: Sena et al., 2016, p. 674

No enunciado de “aliança global para o desenvolvimento sustentável”, já compreendemos a conexão de tudo; que tudo está conectado a tudo. Uma formação discursiva não só pelo enunciado, mas do modo de como tudo se formula: pelos globos, pelas marcas (bolinhas) que promovem as interconexões, pela inteiração e interligação das três dimensões exploradas (social, econômica e ambiental) e ao mesmo tempo dispostas em blocos distintos onde são elencadas várias propostas de cada uma das dimensões.

As metas dos ODS têm o potencial de representar uma mudança em direção à sustentabilidade e a uma realidade social mais justa e inclusiva (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2018b). E um foco no bem-estar humano, alinhando desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental e inclusão social (SENA et al., 2016).

Por conta do papel que tem assumido na geopolítica regional e global, países emergentes como o Brasil, tem um papel de liderança. A Agenda 2030 é guiada por princípios que se baseiam no Direito Internacional e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (GENERAL ASSEMBLY, 2015).

Na Plataforma Agenda 2030, todo esse movimento é citado, resumidamente em um só trecho, como transcrito aqui (e já analisado no Recorte 1 dessa tese):

Em setembro de 2015, líderes mundiais reuniram-se na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, e decidiram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2018b, p.1).

Enquanto sujeitos na posição de defensores/protetores do meio ambiente, percebemos um discurso ambiental em circulação, interpelados por um discurso jurídico, na imposição de “objetivos”, “metas” e “regras” a serem seguidas, para tanto. Mais uma vez um incômodo pela inquietação: mas que metas são essas? Quais são as regras? As regras foram elaboradas por quem? A quem são impostas essas metas e regras? Haverá algum benefício (prêmio) para o cumprimento de tais metas? E quem serão os beneficiados? Os objetivos são de interesse de quem ou para quem? E a Plataforma Agenda 2030, em seu formato de cartilha, ocupou-se de transparecer, publicitar e disponibilizar tais informações. Como bem nos coloca Silva (2016b, p. 141), “das organizações internacionais em seu movimento de gestão planetária sobre

os recursos, ao dia-a-dia das grandes cidades, o discurso ambiental é marca de uma sociedade urbanizada, globalizada, uma sociedade da informação”.

A definição dos ODS aparece na referida plataforma, de acordo com o trecho em transcrição:

São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2018a, p.1).

Compreendemos então, nesse enunciado do ODS da citação que o sentido de “futuro” trabalha no equívoco e deixa de ser temporal para funcionar como “realização”. Como nos coloca Orlandi (2015), a língua não é transparente, e nem tampouco um mecanismo de transmissão de sentidos pré-estabelecidos. A língua é suporte material de produção de sentidos, a partir de sua opacidade, e de formulação de leituras sujeitas às condições de produção dos textos em questão, para passarem a ser compreendidos dentro das infinitas formas de interpretação.

Os ODS, na plataforma, são elencados de forma condensada, como materializados pelo Recorte 12.



Recorte 12 – ODS na Plataforma Agenda 2030

Assim, são apresentados em 17 quadrados coloridos (blocos de propostas, de metas e regras) que juntos formam/constituem um grande retângulo. Percebemos que o 18º quadrado (para se fechar o retângulo) é branco, com um “etiquetamento” de “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, produzindo efeitos de sentidos de sintetização ou de um resumo de todos os demais ODS juntos. Ou simplesmente, um efeito de saturação, de acúmulo, de dizer “tudo” porquê naquele formato não havia mais “nada” a ser dito. O perfeito funcionamento da língua de algodão.

O ponto de partida e o de chegada, dos deslizamentos de sentidos entre “o nada” e “o tudo”, tornam-se completamente diferentes. Entretanto, há algo de “mesmo” nesse “diferente”; pelo processo de produção dos sentidos, necessariamente sujeito a deslizamentos, há sempre um “outro” possível que constitui o mesmo (o deslocamento de sentido de “a” para “d” faz parte de “d” e de “a” também). Sabemos que qualquer processo ideológico não se liga à falta, mas ao excesso. E que a ideologia vem representando a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz evidência, sustentando-se sobre o já-dito. A saturação está, ainda, na mesma informação disposta em cima dos quadradinhos. O jogo de imagens articulado à linguagem escrita produz diferentes relações de sentidos e reafirma o caráter de incompletude da linguagem.

As imagens atualizam a memória das mudanças e da inovação que as tecnologias têm trazido à sociedade, reforçando o imaginário de que “o conhecimento está mais acessível”, de que tudo está disponível e que “as tecnologias estão ao alcance de nossas mãos”. Uma naturalização dos sentidos (BRESSANIN, 2018).

Quando “passeamos” com o mouse por cada uma das caixas que representam os 17 ODS, os ícones se movimentam, remetendo à memória do efeito de pedagogização, no ato de que cada ODS se abre, de forma lúdica, para fornecer informações mais detalhadas.

Seria como abrirmos uma “caixa de informações e de conteúdos” disponibilizados de maneira digital. Uma forma de acesso criativa e didática a cada ODS, representado por imagens que resumem seus objetivos. A articulação do não-verbal à linguagem verbal, produzindo efeito de transparência e de visibilidade. Como se os sentidos estivessem sempre lá, evidentes.

Encontramos na Figura 6, um suporte explicativo, de uma forma cronológica e linearizada, sobre os ODS – somente a título de agregar informações.



Figura 6 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
Fonte: Desconhecida (banco de dados do autor)

Transcrevendo seus enunciados:

- 1 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- 2 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
- 3 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- 4 Garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos;
- 5 Alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- 6 Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos;
- 7 Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e moderna para todos;
- 8 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos;
- 9 Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação;
- 10 Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles;
- 11 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- 12 Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis;
- 13 Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
- 14 Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- 15 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, bem como deter e reverter a degradação do solo e a perda de biodiversidade;
- 16 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- 17 Fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (PASSINI, 2015b, p.1).

Os ODS, utilizando-se de uma linguagem de algodão, são dispostos em forma de enunciados que produzem efeitos de sentidos de passos a serem cumpridos, que se deslocam para regras a serem cumpridas, como um “plano de ação”.

“Acabar”, “assegurar”, “alcançar”, “conservar”, “construir”, “fortalecer”, “garantir”, “melhorar”, “promover”, “proteger” e “tornar” são termos que intimidam o sujeito leitor, então sujeito cidadão e sujeito-de-direito ao seu cumprimento.

A presença do termo “todos” funciona como um “você”, como uma forma de arrebanhamento.

Ademais, “uso/manejo sustentável”, “desenvolvimento sustentável”, o próprio termo “sustentável” (no sentido de sustentabilidade) e a “resiliência” são termos presentes nesse discurso jurídico-educativo que interpela a cartilha jurídica da Plataforma (digital) da Agenda 2030. Uma memória metálica (na cartilha/plataforma digital), que “passou a linearizar o interdiscurso, reduzindo o saber discursivo a um pacote de informações, ideologicamente equivalentes, sem inscrever-se no funcionamento da dissimetria” (ORLANDI, 2017, p. 253).

Emerge aí uma noção de sujeito-de-direito pré-construído.

O modo de produção capitalista funda suas relações jurídicas, baseado na noção de sujeito-de-direito, ou seja, o assujeitamento ao Estado Moderno impõe como forma-sujeito- histórica o sujeito-de-direito, que é aquele que responde por si, sob a afirmação constitucional de que “todos são iguais perante a lei” (LAGAZZI, 1988).

Pêcheux (1995), ao falar do efeito ideológico elementar, mostra que ele produz a evidência de que “eu” e “você” somos “sujeitos”. O poder do Estado ganha força no complexo jogo da individuação, no qual “cada um” e “todos” reafirmam o funcionamento jurídico. Imaginariamente somos cidadãos de um Estado constituído.

Dessa forma, os sujeitos-de-direito tornam-se uma base constitutiva do caráter humano; tornam-se cidadãos reconhecidos socialmente, como nos dias de hoje. Entretanto, enquanto reconhecidos como cidadão únicos, o Estado passa a ‘falar’ com todos, simultaneamente, em formas de convites jurídicos à responsabilidade. E, enquanto sujeitos-de-direito, acreditam em suas vontades, liberdades, e em serem fontes de sentidos deles mesmos. Processos de individuação e efeitos metafóricos passa a ser elementares e constitutivos de redes de tensões nas quais vivem e pelas quais passam a se significarem (LUCA; LAGAZZI, 2016).

O capitalismo (o consumo sustentável ou o consumo para o desenvolvimento sustentável), sendo o modo de produção atual, tem como processo, então, a individuação do sujeito, que não é psicológica, mas política. E tem no Estado um espaço institucionalizado e significado pelo poder como espaço onde os sujeitos se inscrevem, trazendo a nós uma outra perspectiva dessa territorialidade de cidadãos, em nosso caso, brasileiros. Espaço gerenciado, espaço significado pela relação com o poder (ORLANDI, 2010a).

Ainda, os termos “acabar”, “assegurar”, “alcançar”, “conservar”, “construir”, “fortalecer”, “garantir”, “melhorar”, “promover”, “proteger” e “tornar”, são termos/valores sociais do direito e constituem uma formação ideológica do direito, de um discurso jurídico. A formação ideológica se caracteriza por ser um elemento capaz de intervir como uma força em confronto com outras na conjuntura ideológica de uma determinada formação social.

Os valores sociais do direito, como justiça, paz, segurança, ordem, cooperação, etc., e outros que às vezes surgem como implicação das ideologias racionais, como democracia, estado de direito, progresso, desenvolvimento e modernidade, devem ser encarados em função do

contexto social onde são aplicados e dos operadores jurídico-políticos que os manipulam (COELHO, 2013, p. 398).

Ainda, em relação aos ODS, passamos às análises do Recorte 13, de um trecho da Plataforma Agenda 2030.

A Agenda 2030 e os ODS afirmam que para pôr o mundo em um caminho sustentável é urgentemente necessário tomar medidas ousadas e transformadoras. Os ODS constituem uma ambiciosa lista de tarefas para todas as pessoas, em todas as partes, a serem cumpridas até 2030. Se cumprirmos suas metas, seremos a primeira geração a erradicar a pobreza extrema e iremos poupar as gerações futuras dos piores efeitos adversos da mudança do clima.

Recorte 13 – Os ODS na Plataforma Agenda 2030.

Se pensarmos as condições de produção da constituição dos ODS da Agenda 2030, a partir de uma reunião de chefes de Estados e mediante uma cúpula da ONU, podemos compreender que as “medidas ousadas e transformadoras” no trecho em recorte, em um movimento de deslize, como “estratégias” ou “propostas” que todos possam se educar para viver em um ambiente/planeta equilibrado – a circulação de um discurso administrativo/de gestão/de educação (ambiental). Ou, em um movimento de deslocamento, podemos compreender tais medidas enquanto regras autoritárias, da classe dominante (do Estado), a serem seguidas para todos os cidadãos dominados (assujeitados) em busca de um desenvolvimento sustentável.

Fala-se muito em “erradicação da fome”, como se a fome fosse algo natural. Entretanto, pouco se fala sobre (e porquê) como a fome é produzida. Por quê?

Se pensarmos as condições de produção da Agenda 2030, como um caminho de transformação e aceleração para as transformações que visam um mundo sustentável, podemos pensar algumas derivas de sentidos, a partir do segmentado do referido recorte: “Se cumprirmos suas metas, iremos poupar as gerações futuras dos piores efeitos adversos da mudança do clima”.

Nesse enunciado, “se”, ao mesmo passo que se constitui um efeito de causa X consequências, constitui uma ilusão de conhecimentos socialmente legitimados.

A condição e “se cumprirmos suas metas”, nos remete ao funcionamento da convocação do cidadão para a responsabilidade civil em relação ao desenvolvimento sustentável. Teríamos o seguinte movimento: “se cumprirmos >> se participarmos democraticamente da construção de um mundo melhor >> uma iniciativa ao processo de mudança”. Eis aí, um novo sistema parafrástico em funcionamento:

Se cumprirmos suas metas, iremos poupar as gerações futuras dos piores efeitos adversos da mudança do clima.

Se participarmos democraticamente da construção de um mundo melhor, iremos poupar as gerações futuras dos piores efeitos adversos da mudança do clima.

Se participarmos democraticamente da construção de um mundo melhor, estaremos trabalhando para um desenvolvimento (mais) sustentável.

De uma perspectiva discursiva, a linguagem é considerada em seu funcionamento na sociedade. Silva (2016) relata que as textualizações com referência ao meio ambiente e seu desenvolvimento sustentável podem ser caracterizadas como uma convocação ao cidadão, por se tratar de um engajamento civil, não mais com o cidadão significado por relações de pertencimento a um Estado Nacional, mas, como cidadão globalizado formado – como um cidadão de responsabilidade civil (a partir de uma ambiciosa lista de tarefas para todas as pessoas).

Eis aí, outro sistema parafrástico em funcionamento:

Falar em ODS é falar em uma ambiciosa lista de tarefas para todas as pessoas.

Falar em ODS é falar em uma ambiciosa lista de tarefas para o cidadão globalizado.

Falar em ODS é falar em uma ambiciosa lista de tarefas para o cidadão ‘alfabetizado’ ambientalmente.

Falar em ODS é falar em responsabilidade civil do sujeito-leitor (da plataforma/da cartilha).

Falar em ODS é falar em responsabilidade civil do sujeito-de-direito.

A partir de então (a partir do sistema parafrástico em funcionamento), considerando esse novo sentido, de que “Falar em ODS é falar em responsabilidade civil do sujeito-de-direito”, trouxemos o Recorte 14, onde nos interessa em nosso

momento particular de análise, é a segmentação do seguinte enunciado: “Qual é o ‘seu’ ODS?” Percebemos uma individualização, um ideário próprio do discurso neoliberal.



Recorte 14 – Enunciado “Qual é o seu ODS”?

Qual é o seu ODS?

Qual é o ODS de todas as pessoas?

Qual é o ODS do cidadão globalizado?

Qual é o ODS do cidadão ‘alfabetizado’ ambientalmente?

Qual é o ODS do sujeito-leitor (da plataforma/da cartilha)?

Qual é o ODS do sujeito-de-direito?

O sentido da indagação em saber “Qual é o seu ODS” se desloca para um convite à responsabilidade civil para o desenvolvimento sustentável.

Em muitos momentos, os leitores da Plataforma (como cartilha) são interpelados como sujeitos consumidores e, então, convocados a exercerem a responsabilidade civil para o desenvolvimento sustentável.

O trabalho da ideologia vem colocar as plataformas digitais enquanto “objetos” disponíveis a todos, imprescindíveis para a eficácia do conhecimento, para solucionar as “coisas-a-saber”. Como nos aponta Bressanin (2018), ao tomarmos as novas tecnologias enquanto instrumentos utilitários, estamos reduzindo o trabalho com

conhecimentos ao nível das informações e da pedagogização possível e veiculadas em espaços das mídias sociais (BRESSANIN, 2018).

Ademais, a associação da cartilha educacional digital da Plataforma Agenda 2030 a uma cartilha jurídica digital se deve aos efeitos de sentidos produzidos pela ideologia, tais como: uma ordem jurídica fornece segurança aos cidadãos; uma noção de sistema positivo e a garantia da paz social; a ideia de que o Direito circunscreve as tensões sociais dentro de um marco de conflitos; a superação dos problemas sociais através de mecanismos equilibrados; a identificação do poder à lei; a identificação da obrigação de obedecer a certos valores aceitos como essencialmente justos. De acordo com Luca e Lagazzi (2016), pelo fato de sermos seres simbólicos convidados para a interpretação contínua, a relação que construímos com o mundo passa a ser mediada pelo simbólico, e os sentidos passam a ser produzidos de forma histórica, não existindo uma linguagem neutra; a clareza (aparente) a língua vem evidenciar-se por meio da produção da ideologia.

“Qual o seu ODS?” – é um convite (da plataforma e da Agenda 2030) ao sujeito leitor para exercer sua posição de sujeito-de-direito. Um convite ao sujeito leitor (enquanto homem) a fazer sua própria história.

Althusser (1978) cita uma afirmativa de Marx, que nos diz que todos os homens, ao longo dos tempos, constroem suas próprias histórias. Contudo, essa construção se dá não por escolhas, mas sim por circunstâncias encontradas diante das heranças e das situações resultantes de seus passados e antepassados.

Com base nisso, de acordo com Luca e Lagazzi (2016, p. 638), a compreensão materialista diz que “os homens fazem a história que é possível ser feita”. Há, portanto, uma crítica sobre o homem-sujeito de sua história, que pode contribuir para que, cada vez mais, a educação ambiental busque nas condições de produção das relações sociais diferentes possibilidades de identificação para o sujeito.

E, retomando o enunciado “qual é o seu ODS?”, o mesmo nos engendra a pensar enquanto analista do discurso, e inserido na posição sujeito cidadão – cidadão alfabetizado ambientalmente e globalizado. Assim, chegamos à nossa motivação e justificativa desse estudo (como explanado, na sequência).

De acordo com Silva e Araújo (2017, p. 18), podemos dizer que “o discurso é o local onde se pode verificar a relação entre a língua e a ideologia, além de verificar como os efeitos de sentidos são gerados através dos enunciados”. O “convite” na

plataforma para descobrir “qual o meu ODS”, desde o início da minha primeira leitura àquela “cartilha ambiental”, provocou em mim uma grande inquietação.

Nenhum discurso está apartado da sociedade que o produz e de seus processos histórico-sociais. A relação é constitutiva. E todo processo discursivo pertence a uma determinada formação discursiva que, por sua vez, faz parte de uma formação ideológica (LUCA; LAGAZZI, 2016, p. 647).

Minha formação profissional é da Engenharia Química (ou seja, de um meio dotado de muitas grandes e constantes “transformações”). Em minha formação continuada, a opção foi pelo Mestrado em Desenvolvimento Sustentável. Sou professor universitário e coordenador de um curso de Engenharia da Produção. Ademais, a responsabilidade civil com o meio ambiente sempre esteve presente em minha trajetória profissional. Me mantenho envolvido há mais de duas décadas com programas e projetos públicos e privados na área. Sou membro do Programa Cultivando Água Boa (CAB) – Projeto da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) para localidades ribeirinhas para captação de água de maior qualidade. Vice-Presidente da Agenda 21 (A Agenda que antecede a Agenda 2030). E, ainda, presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA), que é um Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental de Varginha, MG. É um órgão de apoio à Secretaria do Meio Ambiente, ligado à Defesa Civil de Varginha.

Portanto, naquele momento de leitura da referida cartilha/plataforma ambiental (naquele momento de identificar qual seria o meu ODS – ou seja, em relação a qual ODS eu poderia me comprometer com as transformações demandadas) e interpelado por uma posição sujeito de cidadão, a escolha do recorte da “Vida Terrestre” (ODS15) não poderia ser diferente, haja vista que, segundo Orlandi (1984, p. 84), “o recorte é uma unidade discursiva”.

Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionadas de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva (ORLANDI, 1984). É a escolha de uma parte do objeto, vindo de uma inquietação ou questionamento do analista, podendo estar materializado no texto, na imagem, dentre outros. No entanto, para se fazer um recorte do discurso, necessita reconhecer a dinamicidade desse com os demais componentes do discurso.

De modo geral, esse ODS volta-se para a “proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres”. As matas, florestas e rios de água

doce representam o equilíbrio climático, biodiversidade e aspectos culturais de qualquer país e região. Por isso, preservá-los e protegê-los é de extrema necessidade. Assim, o ODS 15 é um mecanismo importante para viabilizar ações, políticas e projetos nesse sentido.

A destruição de recursos naturais, animais e espaços preservados ocorre de maneira muito rápida. No entanto, a recuperação desses bens pode levar anos, por esse motivo é essencial colocar as metas do ODS 15 em prática de maneira urgente.

Desta feita, especificamente, para o que tratamos nesse capítulo final, identificamos o “eu” homem-sujeito como cidadão responsável (civilmente) pelo desenvolvimento sustentável, pela vida terrestre; pela proteção ao meio ambiente e ao planeta – como será explorado no próximo subtítulo (7.3) desse capítulo.

Antes, porém, ainda falando sobre os 17 ODS, uma inquietação nos motiva ao questionamento: e se não cumprimos (ou forem cumpridas) as “medidas ousadas e transformadoras”? E se não cumprimos (ou forem cumpridas) essa “lista ambiciosa de tarefas”? E se não cumprimos (ou forem cumpridos) os objetivos e as metas claras?

Como já mencionado anteriormente, o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030 (GTSC, 2018) trouxe, em publicação, O Relatório Luz – a segunda síntese da situação do Brasil em relação às propostas do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Em síntese, o resultado do relatório, a partir de dados “oficiais” aponta que o caminho trilhado nos últimos três anos pelo Brasil é “incoerente” com a Agenda 2030. Mas que “dados oficiais” seriam esses? Dados “incoerentes” com o quê? A que se comparam? Ou para que são comparados? A partir de que essa afirmativa foi feita?

De acordo com o relatório:

Os índices brasileiros de violência e desigualdades seguem entre os maiores do mundo e os problemas intensificam-se à medida em que as lideranças políticas progressistas não conseguem produzir convergências, a sociedade civil é alimentada por *fake news* e o desmonte dos principais mecanismos de proteção social e ambiental, conquistados ao longo de décadas, avança (GTSC, 2018, p.5).

Os problemas (do Brasil) seriam somente os índices de violência e a desigualdade? Que seriam as “convergências” que não estão sendo produzidas pelas lideranças progressistas? Que convergências seriam essas a serem produzidas e

para quem? Para atender a quais interesses? Interesses de quem? Quais são os principais "mecanismos" de proteção social e ambiental adotados pelo Brasil? O que visam? E para quê ou quem se destinam? O que podemos compreender por "mecanismos" desmontados?

O relatório trouxe, ainda, um enunciado que engendra à interpretação: "Brasil: um Gigante que ficará para trás?" Nos recomenda: "é urgente implementar a Agenda 2030, pois é urgente mudar a direção do Brasil" e, afirma que "o Brasil tem imensas potencialidades, é um gigante que não pode ser deixado para trás".

O que queremos é possível e viável: políticas públicas planejadas para curto, médio e longo prazo fundamentadas na equidade e participação, na ética, no respeito aos bens comuns, às pessoas e ao planeta, que resultem, um dia, em sociedades pacíficas e prósperas. Esse futuro, apenas novos arranjos transparentes e inclusivos, entre todos os setores do Estado, poderão nos garantir. Sim, seguiremos articulados e monitorando essa Agenda, sim, um outro Brasil, sustentável e justo, é possível (GTSC, 2018, p.5, *grifo meu*).

Objetos ideológicos tais como "sociedades pacíficas e prósperas" (de que forma?) "um outro Brasil" (existe mais de um Brasil?), "um Brasil sustentável" (quais efeitos de sentidos de sustentável e quais os discursos em circulação?), "um Brasil justo" (para quem ou com quem?), "um Brasil possível" (será?). Será que é tudo "o que queremos"? Quem quer? Nós, os cidadãos civis? Os consumidores (conscientes)? Ou a cúpula da ONU (as corporações americanas)?

A partir das matrizes destacadas, alguns sistemas parafrásticos poderiam ser produzidos:

Brasil: um Gigante que ficará para trás?

Brasil: um grande país que ficará para trás?

Um país tão grande como o Brasil pode ser esquecido?

*É urgente implementar a Agenda 2030, pois é urgente mudar a direção do Brasil.
É emergencial implementar a Agenda 2030, pois é emergencial que o país comece a participar (por meio de produção ou consumo) do desenvolvimento sustentável.
É emergencial que os ODS comecem a ser colocados em prática no Brasil.*

O Brasil tem imensas potencialidades, é um gigante que não pode ser deixado para trás.

O Brasil tem muitas formas de colocar em prática os ODS, é um grande país que não pode ser deixado para trás na proposta do desenvolvimento sustentável.

O Brasil tem muitas formas de colocar em prática os ODS, é um grande país que não pode ser esquecido.

Retomando as matrizes destacadas, seus sentidos podem ser outros – podem ser polissêmicos:

Brasil: um Gigante que ficará para trás?

Brasil: uma potência (territorial e populacional) que ficará para trás esquecido?

Brasil: um país com muitos consumidores regrados pode ser esquecido?

É urgente implementar a Agenda 2030, pois é urgente mudar a direção do Brasil.

É urgente implementar a Agenda 2030, pois é urgente tirar o Brasil da miséria (da pobreza).

É urgente implementar a Agenda 2030 em um país que precisa se livrar da pobreza, ter mais empregos e com isso ter consumidores regrados como interessa à ONU.

O Brasil tem imensas potencialidades, é um gigante que não pode ser deixado para trás.

Um país com uma população tão numerosa é um potencial em consumidores regrados e não pode ser deixado de lado na empreitada do sustento ao capitalismo comandado pela ONU.

Em um país com muitos consumidores regrados potenciais, a pobreza precisa ser combatida para que o consumo se torne possível e para o cumprimento de um contrato assinado com os Estados Unidos em relação à colaboração no sustento do capitalismo.

Gomes (2018), porta voz da Rede Brasil Atual, trouxe em publicação que:

Dois anos após o Brasil assinar o compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) nenhum avanço em qualquer dos 17 temas foi registrado até agora. Ao contrário, as organizações que compõem o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 consideram que as políticas implementadas desde então configuram graves retrocessos que se contrapõem ao cumprimento dos objetivos [...]. Medidas como o ajuste fiscal, o teto de gastos – efeito da emenda constitucional 95, aprovada no final do ano passado – as reformas trabalhista e da Previdência, além de cortes severos no orçamento da Assistência Social (98%) e da reforma agrária (95%) estão na contramão da erradicação da miséria [...]. O governo atual só se preocupa em se manter no poder [...] (GOMES, 2018, p.1, *grifo meu*).

O fato de nenhum avanço ser registrado até agora e, o mais agravante, que existem retrocessos ao cumprimento dos objetivos quer dizer que o Brasil não está buscando melhorias para o meio ambiente, para a sociedade e para a qualidade de vida das pessoas que aqui vivem? Ou, em outro sentido, seria que o país, representado por seus cidadãos dotados de responsabilidade civil, nada tem colaborado para a promoção da produção e, principalmente, do consumo sustentável?

Medidas como o ajuste fiscal, o teto de gastos, as reformas trabalhista e da Previdência, além de cortes severos no orçamento da Assistência Social (98%) e da reforma agrária estariam realmente na contramão da erradicação da miséria/pobreza? Ou estão na contramão do sustento do consumo e do capitalismo?

De acordo com os resultados do relatório (GTSC, 2018), as perspectivas do Brasil na Agenda 2030 não está sendo positiva e, nesse rumo, o Brasil (ou seriam os brasileiros, potenciais consumidores?) não atingiu os ODS propostos pela ONU (ou pelos Estados Unidos). O relatório afirma que “não só não cumprimos o que prometemos em relação à melhora da qualidade de vida das pessoas e respeito aos direitos humanos, como pioramos os índices a cada ano”. O que prometemos? Quem prometeu? Os cidadãos civis? A sociedade? Os consumidores? O relatório seria um aparelho ideológico do Estado? Os índices do relatório mostram que a situação do Brasil é pior do que antes da sua assinatura do documento. Mas quem realmente assina o documento? A sociedade? Os consumidores? O governo?

Além disso, os dizeres “apelativos” do relatório produzem efeitos de sentidos de culpabilização (de um discurso cristão, religioso). A culpa aparece novamente como um elemento desse discurso persuasivo, sedutor, de exploração econômica e de manutenção de poder dos “comandantes” do mercado, daqueles que sustentam o capitalismo. O cidadão brasileiro, potencial consumidor consciente, não está cumprindo com os ODS. Ou não estariam consumindo (mais) pela crise econômica

instaurada no país e por isso deixando de “contribuir” com sua parcela ao sustento de um império econômico?

Toda essa tensão que permeia direitos e deveres, responsabilidades, cobranças e justificativas vem me engendrando, em minha posição sujeito analista de discurso, a compreender as derivas de sentidos desse jogo político-ambiental que se alimenta de uma educação jurídica-cristã. Como bem nos coloca Nogueira (2015) e já afirmado anteriormente nessa tese, justamente o que nos interessa enquanto analista de discurso é trabalhar com a ambiguidade, o equívoco, a polissemia, considerando que existe o desejo do sujeito.

7.3 A questão (da proteção) da Vida Terrestre na Plataforma Agenda 2030

De acordo com Rodrigues (2018), Secretário de Inteligência e Relações Estratégicas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA):

Um grande desafio das próximas décadas será produzir alimentos para uma população crescente e em um mundo cada vez mais exigente. Novos padrões de consumo estão surgindo, e países como China e Índia passarão a um novo patamar econômico. Estima-se que em 2050, esses dois países tenham 4 bilhões de pessoas e 80 trilhões de dólares em PIB. Além disso, cada vez mais pessoas estarão vivendo nas cidades. Ou seja, mais gente com maior poder de compra e hábitos alimentares mais exigentes. Para suprir essas necessidades, precisaremos de um meio rural sustentável, que adote conhecimento, conectividade, tecnologia e inovação (RODRIGUES, 2018, p.1).

No texto de Rodrigues (2018), que fala em nome da EMBRAPA – uma organização “brasileira” – o grande desafio, além da produção sustentável, está nos “novos padrões de consumo que estão surgindo”. Seriam esses novos padrões de consumo uma metáfora de novas formas de exploração?

O referido secretário enxerga que os 17 ODS e suas 169 metas associadas lideradas pela ONU, como já ponderamos, são “ambiciosos”, mas constituem a única maneira de construirmos um mundo possível, desejável e sustentável em 2030 – como no caso e, especialmente, o ODS15 (Recorte 15, que segue).



Recorte 15 – Vida Terrestre (ODS 15)

Na Plataforma Agenda 2030, esse ODS é apresentado e simbolizado por um ícone na cor verde, que dentro da memória discursiva, por si só já nos remete à natureza, ao natural, ao meio ambiente. Na sua imagem temos 3 elementos. O primeiro elemento é a árvore (a flora); o segundo elemento, temos pássaros (a fauna) e; o terceiro, a água – materializada por dois traços instalados abaixo da árvore. Todos os três elementos, em conjunto, produzem efeitos de sentidos do funcionamento do equilíbrio climático e da biodiversidade.

Os vínculos e a natureza integrada ODS 15 são de importância crucial para assegurar a concretização dos propósitos da nova Agenda 2030. Em assim ocorrendo, diz o documento, “a vida de todos será profundamente melhorada e o nosso mundo estará transformado para melhor” (PASSINI, 2015b, p.1). Na Agenda 2030, os valores fundamentais que embasam os ODS, sendo o décimo quinto considerado como fundamental, são “respeito à pessoa humana em sua dignidade” e “cuidado para com o nosso planeta, nossa casa comum”.

Vivemos em um planeta em que os seres vivos se relacionam entre si e com o ambiente. Logo, quando falamos em meio ambiente, não falamos somente de árvores, bichos e natureza. Meio ambiente é o lugar em que vivemos! Nossa casa, nossa rua, nosso bairro, nossa escola, nossa cidade, estado, país...NOSSO PLANETA! (SILVA, PFEIFER, 2014, p. 102, *grifo meu*).

Dessa forma, falar em vida “terrestre” é falar em vida no “meio ambiente”; é falar em vida na “flora”, na “fauna” e na “água”; é falar em vida em “casa”, na “rua”, no “bairro”, na “escola”, na “cidade”, etc.

Ainda, pensando no Recorte 15, a noção de “Terra”, enquanto planeta, é uma paráfrase do dizer da “vida terrestre”, e noção central da discursividade (das metas dispostas pelo ODS15), em que se deslocam sentidos e atualiza-se uma memória em relação aos laços de pertencimento do sujeito a um território. Um ‘sempre-já-aí’, como nos diz Pêcheux (1995, p. 151), que corresponde ao pré-construído da interpelação

ideológica, que fornece/impõe a realidade e seu sentido sob a forma da universalidade.

Em um funcionamento dinâmico de sentidos, poderíamos trazer o seguinte esquema:

Enquanto paráfrase:


Vida terrestre >> Vida na terra

Vida planetária >> Vida no planeta

Em um sentido metafórico deslocado:

Vida terrestre >> Meio Ambiente >> Desenvolvimento >> Sustentabilidade

Na referida plataforma, quando “passeamos” nos ODS, e quando “chegamos” ao ODS 15, com um clique abrimos sua “caixa de informações” de “coisas a saber”. Nessa, encontramos o enunciado do referido objetivo, seguido de suas metas, donde priorizamos o seguinte recorte:



Objetivo 15.
Vida Terrestre
Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda

Recorte 16 – Enunciado de “Vida Terrestre” (ODS 15)

Ainda, a atualização de uma memória em relação aos laços de pertencimento do sujeito a um território veio destacada em nossa epígrafe, como uma metáfora do enunciado do ODS Vida Terrestre, conforme Recorte 16:

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda.



*[...] falo desse chão, da nossa casa
Vem que tá na hora de arrumar*

Tempo, quero viver mais duzentos anos
Quero não ferir meu semelhante, nem por isso quero me ferir
Vamos precisar de todo mundo para banir do mundo a opressão
Para construir a vida nova vamos precisar de muito amor
A felicidade mora ao lado e quem não é tolo pode ver [...]
Terra, és o mais bonito dos planetas
Tão te maltratando por dinheiro, tu que és a nave nossa irmã
Canta, leva tua vida em harmonia
E nos alimenta com teus frutos, tu que és do homem a maçã
Vamos precisar de todo mundo, um mais um é sempre mais que dois
Para melhor juntar as nossas forças é só repartir melhor o pão
Recrutar o paraíso agora para merecer quem vem depois [...]

Analisando o Recorte 16, em “proteger X recuperar” e em “promover o uso sustentável X combater/deter a perda”, observamos no discurso ambiental a relação com o discurso econômico, ao se significar “ecossistemas terrestres” e “florestas”, por exemplo, enquanto patrimônio ou recurso, ambos termos que remetem a bens. Como nos coloca Silva (2016b), não é o homem como espécie que vem “destruindo a natureza”, mas a “desertificação” e a “degradação da terra” resultam do modo como, na sociedade, a “natureza” é atravessada e significada pelos discursos políticos, econômicos etc., marcada por um determinado sistema econômico e por determinadas estruturas de poder.

A sociedade moderna, em que se difunde com saturação a “degradação ambiental”, e que essa faz parte da memória metálica da rede nas plataformas digitais ambientais, foi também chamada urbano-industrial e consumista, expressão que, segundo Silva (2016b), a qualifica pelo seu modo de concentração no espaço e pela produção econômica, através da industrialização e do consumo desenfreado. E na sociedade contemporânea, da informação, aprofunda-se a visão naturalizada sobre o funcionamento mercadológico dos objetos/sujeitos. Apesar disso, sabemos sobre o que se está falando: é o (antigo) discurso ecológico que preenche de sentido esse enunciado, que remete a um repensar sobre a utilização dos recursos naturais.

Esse mesmo discurso está em funcionamento não somente no enunciado descritivo do ODS 16, como também no elencar de suas metas.

Em relação às suas metas, trouxemos suas descrições:

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade.

15.1 até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais

15.2 até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente

15.3 até 2030, combater a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo

15.4 até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável

15.5 tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, estancar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas

15.6 garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos

15.7 tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem

15.8 até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias

15.9 até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza, e nos sistemas de contas

15.a mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas

15.b mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento, para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento

15.c reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável (BRASIL, 2015, p. 28-29).

O funcionamento da proteção, da recuperação e da promoção do uso sustentável, a gestão e o combate da desertificação, a detença e a reversão da degradação e da perda da biodiversidade, enquanto responsabilidade do sujeito-cidadão, funcionam com um sentido de responsabilidade civil, fazendo circular um

discurso jurídico, e se jurídico, efeitos de sentidos de lei; de legislação – logo, de ordens e sentidos imperativos.

“Proteger”, “recuperar” e “promover”, “gerir”, “combater”, “deter” e “reverter” – “todas essas reivindicações revestem-se de um caráter fundamentalmente jurídico. Conduzem, inevitavelmente, à ideia de um ‘sujeito-de-direito’, tendo desde então direitos e deveres, um sujeito responsável por seus feitos e gestos” (HAROCHE, 1992).

“Proteger”, “recuperar” e “promover”, “gerir”, “combater”, “deter” e “reverter” – “encontramos, nessas textualizações, a forma verbal no modo imperativo, forma que caracteriza a ordem – mas, nesse caso, mais especificamente, uma convocação, uma convocação a um “cidadão”, pois se trata de um engajamento civil” (SILVA, 2016b, p. 134).

Na maior parte das vezes, fala-se da relação entre o ser humano e a natureza em termos de formação de uma consciência ecológica e chega-se a usar a referência à preservação ambiental para se falar de cidadania sem, no entanto, preencher de sentido a cidadania em sua dimensão histórica e social (ORLANDI, 1996).

Encontramos, nas metas desse ODS 15, um vocabulário estruturado em que conceitos complexos adquirem o formato do discurso pedagógico em injunção ao discurso jurídico. Ao mesmo tempo que as metas se constituem “passos a serem seguidos” para a proteção da vida terrestre (a noção de cartilha educacional), elas são termos que em seu funcionamento polissêmico, nada mais são do que autoritários; as metas produzem assim efeitos de sentidos (deslocados) de regras; de leis – e, se em funcionamento jurídico, por que não, de funcionamento dos princípios do direito ambiental?

Em todas as “leis” (metas) do ODS15, percebemos a circulação de um discurso jurídico, de um discurso do Direito Ambiental por meio do funcionamento de todos os princípios já vistos, anteriormente, sendo eles: Princípio da Prevenção, Princípio da Precaução, Princípio da Participação ou Princípio das Informações, Princípio da Ubiquidade ou da Cooperação entre Povos, Princípio do Desenvolvimento Sustentável, Princípio do Equilíbrio ou do Ambiente Ecologicamente Equilibrado e Princípio Democrático ou de Natureza Pública de Proteção Ambiental.

Percebemos um discurso legitimador dos princípios ambientais em funcionamento. Ao mesmo tempo, compreendemos que o direito a um ambiente melhor, silenciando um discurso de cidadania e gesto de participação, sob a

imposição de regras, metas e objetivos a serem cumpridos; um discurso de dever. Não por opção, em ser cidadão e ter o direito à construção de um mundo melhor para todos, mas pela obrigação, imposição em exercer (o dever) sua responsabilidade civil – por isso a noção da plataforma enquanto uma cartilha jurídica. Na atualidade, a legislação pátria vem sendo atualizada e estruturada de maneira mais severa para com as penalidades daqueles que degradam o meio ambiente. Assim, esse dever, essa lei é de natureza jurídica (e não religiosa, de um discurso cristão, sustentada pelos efeitos de sentido da culpa, como já mencionamos anteriormente).

Assim, encontramos na Plataforma Agenda 2030 um material desenvolvido na forma de “cartilha digital” (educacional e jurídica). Nesse material, a produtividade e a legalidade jurídica são “valores em si”, repassados de modo a desconhecer a possibilidade de uma sociedade diversa, baseada em outras relações. A legislação ambiental é também uma forma de responsabilidade civil para os sujeitos consumidores. A educação ambiental assume forma de divulgação científica e situa o sujeito local como o sujeito do uso, através da legislação ambiental e do conhecimento científico (das informações) sobre a necessidade de proteção ao meio ambiente. Podemos perceber aí a proteção como um efeito metafórico da responsabilidade civil do cidadão.

Se pensarmos a vida terrestre (Recorte 15) e seu enunciado (Recorte 16), podemos remeter esse enunciado a outros: “somos todos responsáveis pela sobrevivência do planeta”; “somos todos responsáveis pela proteção do meio ambiente” – nesse sentido, compreendemos a formulação da educação ambiental em injunção a uma responsabilidade civil sobre o planeta.

A ideia de responsabilidade civil atrela-se à responsabilização ao se pensar que quem deve são os devedores e quem responde pelos débitos ou pela reparação dos danos são seus patrimônios (LUIZ JÚNIOR, 2005).

Os elementos essenciais na responsabilidade civil são: (1) da conduta – elemento constitutivo da responsabilidade civil; ato humano de comissão ou omissão, lícito ou ilícito que é imputável a um agente ou um terceiro que cause danos a outrem; (2) da culpa – violação de um dever jurídico, por meio de um ato intencional cometido; abrange o dolo ou a culpa em sentido estrito –imperícia, negligência ou imprudência; (3) do nexos causal – o liame entre a conduta (positiva ou negativa) e o dano; o que liga o resultado danoso ao agente causador; o indispensável para que se possa

responsabilizar tal agente; (4) do dano – subtração ou diminuição de um bem jurídico; a lesão de um bem jurídico (MONTENEGRO, 2005).

Em relação ao dano ambiental, a responsabilidade civil surge em um contexto diferenciado – passa a ser analisada dentro da tríade prevenção/reparação/repressão (GONÇALVES, 2014).

A responsabilidade civil por dano ambiental é pauta na esfera da sociedade devido às inúmeras mudanças pelas quais o meio ambiente passa nas últimas décadas. Entretanto, esse cenário requer atenção e cuidados para sobrevivências de gerações e vidas futuras em ambiente natural.

“A responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, no sistema jurídico brasileiro, é matéria que goza de status constitucional, visto que inserida no capítulo voltado para a proteção do meio ambiente” (ANTUNES, 2010, p. 211).

Contudo, alguns estudiosos apontam a modernidade enquanto recurso de prevenção de dano ambiental e acreditam que, pelo todo, muitos desgastes e danos ambientais, mesmo que necessários para as atividades empreendedoras, podem ser geridos de maneira diferenciada. Apontam que, no século XXI é inaceitável o desenvolvimento econômico pautado na desenfreada degradação ambiental. Consideram, assim, a tríade prevenção/reparação/repressão como esferas básicas do direito ambiental – da prevenção para o momento que antecede o dano; da reparação e da repressão para o momento de cuidado do dano causado, enaltecendo a reparação amparada pelas normas de responsabilidade civil (FRANCO; DALBOSCO, 2001).

É necessário formar cidadãos para que eles sejam transformadores sociais (PESSINI, 2015b). Se pensarmos a vida terrestre (Recorte 15) e seu enunciado (Recorte 16), podemos remeter esse enunciado a outro: “somos responsáveis pelo desenvolvimento de uma vida digna a todos” – nesse sentido, compreendemos a formulação da educação ambiental em injunção a uma responsabilidade civil sobre o planeta; compreendemos a formulação da cidadania.

Questões de cidadania e ambiente (sustentável) assuntos afins vêm sendo estudadas por muitos pesquisadores na área do Direito, da Sociologia, da Biodiversidade e têm, nas últimas duas décadas, ganhado espaço na Ciências da Linguagem, onde Eduardo Guimarães, Eni Orlandi, Claudia Regina Castellanos Pfeiffer, Andrea Quirino de Luca; Suzy Maria Lagazzy e Telma Domingues da Silva vêm promovendo discussões importantes.

De acordo com Médis (2016), o cidadão no Brasil, não nasce cidadão ele, quase sempre, está para se tornar cidadão. A autora cita as questões de ambiente e cidadania levantadas por Silva (2016), que vem caracterizar tais textualizações do discurso ambiental, sempre que possível, no modo verbal imperativo. A utilização desse se deve ao fato de que se resume em um convite/uma convocação ao cidadão ao seu engajamento civil, não somente pelas suas relações estabelecidas junto ao Estado, mas ainda, pela sua circulação no planeta, inscrevendo-se e significando-se enquanto cidadão globalizado. Se o objetivo da conscientização ambiental é produzir uma diferença em relação à postura cidadã, para a autora, não se trata então do homem como ser biológico, mas das relações de diferentes sujeitos com elementos de uma natureza significada pelos discursos que circulam sobre a natureza.

E se a AD considera o sentido como ‘relação a’, um leitor (cidadão) não atribui sentidos por si mesmo ao que lê; na verdade, ele os interpreta/ produz, porque está imerso na história que lhe permite movimentar diferentes redes de memórias (ORLANDI, 1998). E, assim, interpretando, uma nova era pós-2015 exige uma nova visão e uma “estrutura responsiva”.

Uma estrutura responsiva, como parte de um discurso de responsabilidade e aliança (como o da Agenda 2030 na plataforma) é uma condição de significação de um discurso assim; uma condição para que alguém assuma a responsabilidade. Mas, quem?

O desenvolvimento sustentável – impulsionado pela integração do crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental – deve se tornar o nosso princípio orientador e procedimento operacional padrão. Como bem nos coloca Sen (2000), “desenvolvimento” é um conceito complexo e multidimensional, que em suas variadas definições traz a ideia e produz efeitos de sentido de uma vida melhor – uma equivocidade e uma polissemia.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na referida tese, a partir das perspectivas da Análise de Discurso, não imputamos julgamentos e sim mobilizações do método de análise, junto a muitos questionamentos interpelando interpretações. Conseguimos por esse meio observar o funcionamento de efeitos (diversos) de sentidos.

Como já mencionamos, o trabalho foi desenvolvido objetivando-se compreender como o funcionamento discursivo da Plataforma Agenda 2030 produz alguns sentidos para “educação ambiental”, “educação religiosa” e “direito ambiental” e “sustentabilidade”, e como eles são relacionados com a “proteção da vida terrestre”.

Por meio da análise da Plataforma foi possível perceber que a mesma reproduz efeitos de um processo de pedagogização pela ONU (e pelas suas “parcerias”), em busca de sustentabilidade. E, por meio das diversas famílias parafrásticas (ou dos exercícios de paráfrases realizados) formulamos as análises, oportunizando a visibilidade pela esgotada busca da responsabilização civil com relação à Educação Ambiental.

O campo particular da AD permitiu analisar a construção dos possíveis sentidos que possibilitam pensar o discurso como fronteira entre paráfrase e polissemia. Pensar nessa deriva de sentidos nos engendrou questões norteadoras para refletir na proposta de análise sobre a sustentabilidade ambiental, por meio de recortes da referida Plataforma.

A Plataforma Agenda 2030, enquanto cartilha digital da Agenda 2030, funciona entre outras instâncias, por uma articulação entre o pedagógico, o científico, o jurídico, o religioso, o ambiental e o linguístico, apagando, quase sempre, a espessura política daquilo que se ensina e divulga. Compreendemos a partir das análises, enquanto analista do discurso, e inserido na posição sujeito cidadão que a educação enquanto elemento estruturante do discurso jurídico (e também religioso) sobre o meio ambiente é condição ímpar na mudança do comportamento do homem, para que ele aja com responsabilidade para com o planeta em última instância.

Em seu processo de individuação e de cidadania (entendendo como responsabilidade civil e educação ambiental) para com o meio ambiente apaga-se o político da ONU (representante daquele que “comanda o mundo”, autoritário, detento do poder e manipulador de interesses próprios em detrimento aos interesses coletivos,

e que visa o consumo regrado para a manutenção do capitalismo em detrimento à melhoria de condições da sociedade), promovendo condições de produção para um discurso reformista da vida terrestre.

Um meio ambiente, do qual o homem (o cidadão civil comum) está quase sempre excluído, mas que é de sua responsabilidade desenvolvê-lo e preservá-lo, depois de tê-lo destruído (sua degradação é feita pelo homem e individualmente), e não das condições materiais de existência das sociedades contemporâneas que têm na Agenda 2030 o espaço das regulamentações e negociações da ordem jurídica e política. Apaga-se o político e as contradições inerentes ao atual jogo de forças políticas e econômicas em relação ao desenvolvimento sustentável.

E esse apagamento, disciplinarizado pedagogicamente se instala como um discurso disponível e logicamente estabilizado em nossa sociedade. Instala-se um discurso promissor e esperançoso de um constante (re)agendamento da sustentabilidade.

Nesse ensinar-aprender da Plataforma Agenda 2030 (enquanto cartilha digital), nesse saber-fazer cumprir-se os direitos e deveres, vai se construindo uma sustentação para os sentidos de “vida terrestre”, “desenvolvimento sustentável” e “meio ambiente”, na indistinção de argumentos configurados por um discurso jurídico no modo próprio de funcionamento de um discurso educacional-pedagógico, projetando no cidadão a responsabilidade pela sustentabilidade por meio de uma alteração de comportamento. Projetando a responsabilidade pelo “aceleramento das transformações” e pela execução de “um plano de ação global para mudar o mundo”. Uma discursividade que separa o homem de seu meio, que apaga o presente falando de um futuro, que torna cada um em todos, distinguindo alguns em meio a todos – “sem deixar ninguém para trás”.

Entretanto, em meio a esse discurso do desenvolvimento sustentável, discursos outros circulam na plataforma da Agenda 2030 (discurso de poder, discurso político, discurso capitalista). Como bem nos coloca Nogueira (2015), existem relações hierarquizadas e autoritárias de comando-obediência que estão presentes nas mais diversas situações e diferentes contextos sociais.

Para finalizarmos, trouxemos um texto:

As catástrofes da natureza, como tsunamis, terremotos, mortes, extinção de espécies, sempre estiveram presentes; nada que desresponsabilize os cidadãos dos rituais dos três “Rs” (reciclar, reduzir e reaproveitar). [...] dessas

catástrofes que o homem extrai lucro: afinal, o petróleo nada mais é que o depósito de animais e vegetais mortos no fundo dos oceanos e lagos durante milhões de anos. [...] o divórcio entre Homem e Natureza ocorreu há muito tempo. É por isso que uma catástrofe ecológica nunca pode ser separada do político, ou podemos entender o furacão de Nova Orleans somente como um acontecimento lastimável? A natureza, quando ligada aos homens, nunca pode ser separada disso que o homem criou como uma segunda natureza: a cultura. É preciso que a defesa à Natureza seja, acima de tudo, rentável, ou, no mínimo, organize a culpabilidade (característica do sujeito moderno) diante da sua exploração e garanta um fiador a mais no campo do consumo para que o sujeito possa enredar, mesmo que precariamente, um “Eu sou” (CHIARETTI; SARTI, 2017, p. 2137, *grifo meu*).

É nessa opacidade que o funcionamento do discurso da exploração ambiental que sustenta a produção e que promove lucratividade para poucos vem se mantendo, procurando por alguns que possam assumir a culpa, sem sequer reivindicar a repartição dos lucros. O sentido de uma cartilha digital para a educação ambiental se desloca para um manual digital (de regras e metas e disponível para serem acessadas por todos, sem deixar ninguém para trás) para novas formas de consumo, que visam a erradicação da pobreza, pois representa um empecilho para o consumo (e não como objetivo do desenvolvimento sustentável); que visam a promoção de uma “casa” (Terra) mais confortável para que seus “moradores” (consumidores) possam ter uma vida melhor e de mais qualidade – e para isso, é sempre necessário consumir mais e mais.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. Observação sobre uma categoria: “processo sem sujeito nem fim(s)”. In: ALTHUSSER, L. **Posições I**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editora Presença, 1980.

ALTHUSSER, L. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. Trad. Elisabete A. Pereira dos Santos. 2ed. São Paulo: Global, 1986.

ANTUNES, P. B. **Direito Ambiental**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ARAÚJO, S. M. V. G. de; JURAS, I. A. G. M. **Debate sobre a nova lei florestal: análise dos textos aprovados na câmara e no senado**. Brasília: Comitê Brasil. Brasília, 2012.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Eni Orlandi (trad.) Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

AUROUX, S. **A filosofia da linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BEZERRA, J. de R. M. **Análise de discurso: uma linguagem do Poder Judiciário**. Curitiba: HD Livros, 1998.

BORGES, T. S.; ALENCAR, G. Metodologias ativas na promoção da formação crítica do estudante: o uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do ensino superior. **Cairu em Revista**. v.3, n.4, p.119-143, 2014.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise de Discurso**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei n. 9.795** de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA n. 306/02**. 2002. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=306>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Prática Educadora. 2015 Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2018. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/135-agenda-de-desenvolvimento-pos-2015>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

BRESSANIN, J. A. A discursividade da mídia na construção de sentidos para o sujeito-professor. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 18, n. 1, p. 87-97, jan./abr. 2018.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2014.

CARTA CAPITAL. Agenda 2030 é adotada na ONU. E o Brasil com isso? **Redação Carta Capital**, 7 out. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/gr-ri/agenda-2030-e-adotada-na-onu-e-o-brasil-com-isso-194/>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

CHIARETTI, P.; SARTI, M. M. O “destino do homem” no discurso sobre a ecologia e o consumo consciente. **Fórum Linguistic.**, Florianópolis, v.14, n.2, p.2128 - 2138, abr./jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2017v14n2p2128>>. Acesso em: 1 jun. 2019.

CHOMSKY, N. **Quem manda no mundo?** São Paulo: Editora Crítica, 2017.

COELHO, L.F. **Teoria Crítica do Direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COURTINE, J. **Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009

DI CARLO, B. M. **O histórico da tutela ambiental no Brasil e os princípios ambientais**. 2014. Disponível em: <<http://brunadicarlo.jusbrasil.com.br/artigos/150028427/o-historico-da-tutela-ambiental-no-brasil-e-os-principios-ambientais>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

DIAS, C. Linguagem e tecnologia: uma relação de sentidos. In: PRETI, V.; DIAS, C. (Org.). **Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Editora da UFMS, 2013.

DIAS, C. Telecentros como políticas públicas de inclusão digital: da administração da vida na cidade. In: ORLANDI, E. (Coord.) **A Produção do Consenso nas Políticas Públicas Urbanas**. FAPESP, 2008.

DIAS, C. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do *corpus*. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 972-980, set./dez. 2015.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

FERREIRA, A. B. H. Dicionário Aurélio. **Aurélio Positivo**, 2018. Disponível em: <<http://www.aureliopositivo.com.br/>>. Acesso em: 7 set. 2018.

FERREIRA, A. C. F. O papel e o poder fundador da linguagem na reflexão sobre conhecimento e tecnologia. **Revista de Estudos do Discurso**, Pouso Alegre, v. 11, p. 75-98, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br/published/300.pdf>>. 25 jun. 2016.

FERREIRA, M. C. L. **Glossário de termos do discurso: projetos de pesquisa: A Aventura do texto na perspectiva da teoria do discurso: a posição do leitor-autor**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FONTENELLE, I. A. O fetiche do eu autônomo: consumo responsável, excesso e redenção como mercadoria. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v.22n n.2, p. 215-224, 2010

FRANCO, P. S. M.; DALBOSCO, A. P. **A tutela do meio ambiente e responsabilidade civil ambiental**. Teresina: Revista Jus Navigandi, ano 6, n. 52, 1 nov 2001. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/2357>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

FREIRE, W. **Direito ambiental brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: AIDE, 2004.

FREY, K. A dimensão política democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v.4, n. 9, p1-34, ago./dez. 2001.

GADET, F.; HAK, T. **Por uma Análise Automática de Discurso: uma introdução à obra de Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: O discurso na história da lingüística**. Campinas: Pontes, 2004.

GENERAL ASSEMBLY. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. In: **Resolution adopted by the General Assembly, 25 September**, Nova Iorque: United Nations, 2015.

GOMES, R. Após dois anos, Brasil nada fez por objetivos tratados na ONU. **Rede Brasil Atual**, 25 set. 2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/09/apos-dois-anos-brasil-nao-realizou-qualquer-acao-para-alcancar-objetivos-da-onu/>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

GOMES, R.; MENDES, A. B. Educação ambiental à luz da análise dialógica do discurso: saber científico e quadrinização no gênero textual cartilha quadrinizada. **Revista Estação Científica**, Macapá, v.2, n.2, p. 65-78, jul./dez. 2012.

GONÇALVES, C. R. **Responsabilidade Civil**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GRANGEIRO, C. R. P. **Línguas de vento em madeira de lei**: discurso político em Juazeiro do Norte. 2008. Disponível em: <www.urca.br/ered2008/CDAnais/pdf/Convidados/Claudia_GRANGEIRO.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2019.

GRANJA, C. A. Direito Ambiental e responsabilidade civil pelo dano. Teresina: **Revista Jus Navigandi**, ano 17, n. 3335, 18 ago, 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22449>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL. **Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável: Síntese II**. 2018. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14577.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

GUIMARÃES, E. **Os Limites do Sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 2. ed. Campinas: Pontes, 2002.

HAROCHE, C. **Fazer Dizer, Querer Dizer**. Eni Pulcinelli Orlandi (trad.). São Paulo: Hucitec, 1992.

INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo (orgs.). **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001. p.29-45

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p.189-205, mar. 2003.

JORNAL GESTOS. AGENDA 2030: Brasil dificilmente cumprirá os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Redação**, 11 jul. 2018. Disponível em: <<https://gestos.org.br/2018/07/agenda-2030-brasil-dificilmente-cumprira-ods/>>. Acesso em: 1 jun. 2019.

JORNAL PÁGINA 22. Brasil vai na contramão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mostra relatório. **Redação**, 11 jul. 2018. Disponível em: <<https://pagina22.com.br/2018/07/11/brasil-vai-na-contramao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-mostra-relatorio/>>. Acesso em: 1 jun. 2019.

LAGAZZI, S. M. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.

LOUREIRO, C. F. B. **Caminhos da educação ambiental**: da forma à ação. Campinas: Papyrus, 2006.

LENZI, C. L. A política democrática da sustentabilidade: os modelos deliberativos e associativos de democracia ambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.12, n.1, p.19-36, jan./jun. 2009.

LUCA, A. Q.; LAGAZZI, S. M. Contribuições da análise de discurso para a política pública de educação ambiental. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 624-650, 2016.

LUIZ JUNIOR, J. **Responsabilidade civil por danos ambientais**. 2005. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1934/Responsabilidade-civil-por-danos-ambientais>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

MALDIDIER, D. **A inquietação do Discurso**. Eni Orlandi (trad.). Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: o imaginário sobre os comunistas nos jornais**. Campinas: Revan & Ed. UNICAMP, 1999.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MEDEIROS, M. C. S.; RIBEIRO, M. C. M.; FERREIRA, C. M. A. Meio ambiente e educação ambiental nas escolas públicas. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 92, set 2011.

MÉDIS, K. R. **Relações de Infância, Consumo e Sustentabilidade**. 2016. 114f. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre/MG.

MEILI, A. Linguagem, tecnologia e identidade nas plataformas digitais de comunicação. **Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, v.9, n.1, p. 1-10, jan./jun. 2016

MILARÉ, É. **Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário** 8. ed. rev., atual. ampl. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2013.

MONTENEGRO, M. **Meio ambiente e responsabilidade civil**. São Paulo: IOB Thompson, 2005.

MOZDZENSKI, L. P. Análise crítica do discurso jurídico: uma proposta de investigação. **Revista Ascens**, v. 42, n.1, jan./jun. 2010.

NOGUEIRA, L. **Discurso, sujeito e relações de trabalho: a posição discursiva da Petrobras**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas 2015.

ORLANDI, E. **Protagonistas do/no discurso**. Foco e Pressuposição. Uberaba: Fista, 1978.

ORLANDI, E. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília/DF, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

ORLANDI, E. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **RUA**, Campinas, n. 1, 1995.

ORLANDI, E. O discurso da educação ambiental. Em: TRAJBER, R.; MANZOCHI, L. H. **Avaliando a educação ambiental no Brasil**: materiais impressos. São Paulo: Gaia, 1996.

ORLANDI, E. **Discurso e leitura**. 3. ed. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996b.

ORLANDI, E. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, n. 1, p.73-81, jul./dez. 1998.

ORLANDI, E. **Paráfrase e polissemia**: a fluidez nos limites do simbólico. Rua, Campinas, 4:9-19, 1998b.

ORLANDI, E. Análise de Discurso e Interpretação. *In*: ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto**: Formulação e Circulação dos Sentidos. Campinas: Pontes, 2001a.

ORLANDI, E. O discurso pedagógico: a circularidade. *In*: ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**. As formas do discurso. Campinas: Pontes, 2001b.

ORLANDI, E. Os Recursos do Futuro: um outro discurso. **Revista Multiciência**, no.1, outubro de 2003.

ORLANDI, E. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. Análise de Discurso. *In*: ORLANDI, E. P.; LAGAZZIRODRIGUES, S. (Org.). **Introdução às ciências da linguagem** – Discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, E. Educação em Direitos Humanos: um discurso. *In*: _____. **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teóricos-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007b.

ORLANDI, E. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5.ed. Campinas: Pontes Editores, 2007c.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007d.

ORLANDI, E. **O que é linguística** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 5 ed. Campinas: Pontes, 2009b.

ORLANDI, E. Os sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória. **Entremeios**, v.1, n.1, jul. 2010.

ORLANDI, E. Apagamento do político na ciência: notas à história da análise de discurso-fragmentação, diluição, indistinção de sentidos e revisionismo. *In*: ORLANDI, Eni. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Pontes: Campinas, 2012.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, E. **Eu, Tu, Ele** – Discurso e real da história. Campinas: Pontes Editores, 2017.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. *In*: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. 2. ed. Eni Orlandi (trad.) Campinas: Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. A Análise do Discurso: três épocas. *In*: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. *In*: ACHARD, P. (et al.). **Papel da Memória**. José Horta Nunes (trad.). Campinas. Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni (Org.) **Gestos de leitura**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. A Língua Inatingível. *In*: ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Sérgio Augusto Freire de Souza (trad.). Campinas: Pontes, 2011.

PEREIRA, Guilherme Marques. **As campanhas publicitárias e a materialidade do discurso neoliberal do/no ensino superior privado**. 145f. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre/MG, 2018.

PESSINI, L. **Bioética em tempos de globalização**. São Paulo: Loyola, 2015a.

PESSINI, L. **Alguns comentários bioéticos em relação à Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável**. 2015b. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570923-alguns-comentarios-bioeticos-em-relacao-a-agenda-2030-da-onu-para-o-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

PFEIFFER, C. C. Cidade e Sujeito Escolarizado. *In*: ORLANDI, Eni (Org.). **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas, SP: Pontes, 2001a.

PFEIFFER, C. C. Escola e divulgação científica. *In*: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Produção e circulação do conhecimento: Estado, Mídia, Sociedade**. Campinas, SP: Pontes, 2001b.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **Conheça o plano de ação global para mudar o mundo até 2030**. 2018a. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/>>. Acesso em: 28 de jun. 2018.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **Acelerando as transformações para a Agenda 2030 no Brasil**. 2018b. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/>>. Acesso em: 28 de jun. 2018.

RODRIGUES, C. H. G.; BERTOLI, W. B. **Responsabilidade civil por danos ambientais**. 2009. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/djEletronico/DJE_20090924_181.pdf> Acesso em: 12 jul. 2018.

RODRIGUES, R. A. R. Alianças para a implementação da Agenda 2030. **Notícias da Embrapa**, 5 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/35582181/artigo---aliancas-para-a-implementacao-da-agenda-2030>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

ROMÃO, L.; BENEDETTI, C. R. A navegação do sujeito no discurso jornalístico impresso e eletrônico. **Verso e Reverso**, v. 23, n.1, 2008.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, J. D. From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals. **Lancet**, Nova Iorque, p. 2206-2011, 2012.

SALLES, C. Meio ambiente e educação ambiental nas escolas públicas. **JusBrasil**, 2014. Disponível em: <<https://carollinasalle.jusbrasil.com.br/artigos/112172268/meio-ambiente-e-educacao-ambiental-nas-escolas-publicas>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

SÉGUIN, E. **O direito ambiental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SEN, A. **Development as Freedom**. 4.ed. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, Inc., 2000.

SENA, A.; FREITAS, C. M.; BARCELLOS, C.; RAMALHO, W.; CORVALAN, C. Medindo o invisível: análise dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável em populações expostas à seca. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v.21, n.3, p.671-684, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000300671&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18 dez. 2018.

SILVA, E. R. O discurso da mundialização da língua inglesa em livros didáticos usados na escola pública. **Congresso Internacional Abralín**, 2009. Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN_2009/PDF/Elias%20Ribeiro%20da%20Silva%20-%20ok.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2019.

SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA, M. V. O dicionário e o processo de identificação do sujeito. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Org.). **Língua cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996. p.151-162.

SILVA, M. V. As cartilhas na sociedade do conhecimento: **Entremeios**, n.8, jan.2014

SILVA, T. D. Natureza e ecologia na televisão brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v.7, n. 2, p. 206-222, jul./dez. 2004.

SILVA, T. D. Populações tradicionais: sobre a formulação e circulação de conceitos no discurso ambiental. **Rev. Moara**, Belém, n. 34, p. 11-39, jul./dez. 2010.

SILVA, T. D. Educação ambiental: a educação para o consumo na sociedade da informação. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 11, n. 3, p. 563-584, set./dez. 2011.

SILVA, T. D. O ambiente e o turista: uma abordagem discursiva. **Revista Científica Ciência em Curso**, Palhoça, v. 3, n. 1, p. 21-27, jan./jun. 2014.

SILVA, T. D. O sujeito urbano e a notícia impressa – novos percursos de leitura. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 45, n 3, p. 1062-1071, 2016a.

SILVA, T. D. A linguagem e a questão ambiental – representações políticas, cidadania e produção social. **Entremeios**, Pouso Alegre/MG, v. 12, p. 129-142, jan./jun. 2016b.

SILVA, T. D. Produção de sentidos no jornalismo: efeitos de arquivo e divergência. **Cadernos do IL**, v. 52, p. 420-439, 2016c. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/view/67846/39946>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SILVA, J. C.; ARAÚJO, A. D. A metodologia de pesquisa em Análise do Discurso. **Grau Zero – Revista de Crítica Cultural**, v. 5, n. 1, p. 17-32, 2017.

SILVA, M. V; PFEIFFER, C. C. A pedagogização do espaço urbano. In: **RUA** [online]. Edição Especial. 2014,

SOARES, A. S. F. O discurso jornalístico e seus rituais. **Revista ECOPÓS**, v. 10, n. 2, p. 181-196, jul./dez. 2007.

STRUCHINER, N. **Direito e linguagem: uma análise da textura aberta da linguagem e sua aplicação ao direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

SUDRÉ, L. Brasil se afasta das metas de desenvolvimento da ONU. **Brasil de Fato**, 18 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/18/golpistas-afastam-brasil-das-metas-de-desenvolvimento-da-onu/>>. Acesso em: 1 jun. 2019.

VALENTE, J. A. Informática na educação. Porto Alegre, **Revista Pátio**, ano 3, n. 9, mai./jul. 1999.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

ZIZEK, S. **A visão em paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ZIZEK, S. **Lacrimae Rerumi**: ensaios sobre cinema moderno. São Paulo: Boitempo, 2009.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação. In: GUIMARÃES, E.; BRUM DE PAULA, M. R. (orgs.). **Sentido e Memória**. Santa Maria: UFSM/PONTES. 2005.